



Relatório Final do Contrato de Gestão

MCTI | CGEE

Dezembro

2021

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Sumário

1 - Apresentação	5
1.1 - Relatos dos Projetos	8
1.1.1 - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES	8
1.1.1.1 - Programa 14	8
1.1.1.1.1 - Estudo de rotas tecnológicas aplicadas a Tecnologias Estratégicas	8
1.1.1.1.2 - Evolução do Mapa da Conectividade em Território Nacional	8
1.1.1.1.3 - Informação Estratégica para o Programa de Computadores para Inclusão	9
1.1.1.1.4 - Conectividade no campo	9
1.1.1.2 - Programa 13	9
1.1.1.2.1 - Elementos Técnicos em CT&I para o Planejamento de Grandes Regiões Metropolitanas	9
1.1.1.2.2 - Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho	11
1.1.1.2.3 - Mapa Setorial da Conectividade em Território Nacional	12
1.1.1.3 - Atividade - Subsídios para a Formulação e Avaliação de Programas Estratégicos na Área de Educação	13
1.1.1.3.1 - Apoio técnico à formulação de políticas e programas em todos os níveis educacionais	13
1.1.1.3.2 - Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal	15
1.1.1.3.3 - Prospeção de oportunidades de projetos prioritários de interesse para o MEC	16
1.1.2 - ARTICULAÇÃO	17
1.1.2.1 - Programa 15	17
1.1.2.1.1 - Subsídios para a Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Equilibrado - PNDE	17
1.1.2.2 - Programa 10	18
1.1.2.2.1 - Subsídios técnicos para a implantação de	18

centros para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas	
1.1.2.2.2 - Subsídios para o monitoramento e a avaliação do Programa Ciência na Escola	20
1.1.2.3 - Atividade - Apoio Técnico ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)	22
1.1.2.3.1 - Apoio técnico às Comissões Temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia	22
1.1.2.4 - Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	23
1.1.2.4.1 - Agenda positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável	23
1.1.2.5 - Programa 3	25
1.1.2.5.1 - Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	25
1.1.2.6 - Programa 4	28
1.1.2.6.1 - Mapa da Educação Superior no Brasil	28
1.1.3 - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I	28
1.1.3.1 - Programa 16	28
1.1.3.1.1 - Subsídios para a modelagem de um núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária	28
1.1.3.1.2 - Subsídios para a elaboração de Política Nacional de Infraestrutura da Qualidade e modelo de governança do CONMETRO	29
1.1.3.2 - Programa 12	29
1.1.3.2.1 - Inovação para o Desenvolvimento Nacional: Subsídios Técnicos para Políticas Públicas	29
1.1.3.2.2 - Subsídios para criação, construção e implantação de Laboratório de Biossegurança Nível 4 no Brasil	30
1.1.3.3 - Programa 11	31
1.1.3.3.1 - Arquitetura digital de inteligência de negócios do MCTIC	31
1.1.3.4 - Atividade - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCT&I	32
1.1.3.4.1 - Intervenções estratégicas para o aprimoramento	33

contínuo do SNCTI

1.1.3.4.2 - Formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI	34
1.1.3.4.3 - Subsídios para as Câmaras 4.0, inclusive quanto aos seus impactos na transformação digital no Brasil	35
1.1.3.4.4 - Serviço de assessoramento no monitoramento, avaliação e produção de subsídios técnicos para a inovação	37
1.1.3.5 - Atividade - Notas Técnicas	38
1.1.3.5.1 - Notas Técnicas	38
1.1.3.6 - Atividade - Reuniões de Especialistas	38
1.1.3.6.1 - Reuniões de Especialistas	38
1.1.4 - DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CT&I	39
1.1.4.1 - Programa 18	39
1.1.4.1.1 - Pensar Alcântara 2040	39
1.1.4.2 - Atividade - Produção e disseminação de informação	39
1.1.4.2.1 - Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	39
1.1.5 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	42
1.1.5.1 - Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	42
1.1.5.1.1 - Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	43
1.1.5.1.2 - Serviço de Observação em Ciência, Tecnologia e Inovação	44
1.1.5.1.3 - Serviço de informação de RH para CT&I	46
1.1.5.2 - Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	47
1.1.5.2.1 - Exploração de dados e visualização de informação	47
1.1.5.2.2 - Boas práticas de gestão de projetos: modelagem e automação	49
1.1.5.2.3 - LGPD - Conformidade Jurídica e Tecnológica	51

1.2 - Quadro Síntese	53
2 - Quadro de Indicadores e Metas - QIM	55
3 - Informações sobre a gestão da OS	58
4 - Anexos	86
5 - Relatório dos Auditores Independentes	122
6 - Parecer do Conselho Fiscal	137
7 - Cumprimento das recomendações da CA	140

1. Apresentação

Durante todo o ano de 2021, o CGEE conduziu o grande quantitativo de ações previstas no âmbito do Contrato de Gestão em regime de teletrabalho, aproveitando as lições aprendidas e desenvolvendo novas formas de organização do trabalho, à luz das experiências acumuladas pelos seus colaboradores ao longo do período de pandemia. Ganha força a proposta de um modelo híbrido de trabalho, combinando o melhor do presencial com o virtual, a ser implantado em 2022, condizente com as características do CGEE como instituição de interface entre atores do SNCTI na formulação e monitoramento de políticas e programas estratégicos e CT&I.

Vale a pena destacar, como fator positivo do desempenho do CGEE no âmbito do Contrato de Gestão em 2021, o enorme esforço feito pelos seus empregados para adaptar suas metodologias ao regime de teletrabalho sem prejuízo para as entregas pactuadas ao longo do ano. Por outro lado, como aspecto negativo, seguramente deixaram de ser obtidos importantes intangíveis para o desempenho geral do Centro, no que se refere às interações entre as equipes e demandantes dos trabalhos do Centro, com perdas não mensuráveis de sinergias para o alcance de resultados ainda melhores para o SNCTI.

Importante mencionar que os compromissos negociados ao longo do ano de 2021, tanto no que se refere aos aspectos programáticos como aqueles de natureza orçamentária e financeira, foram plenamente cumpridos, conforme os termos pactuados nos Termos Aditivos de números 27, 28, 29 e 31, assinados com o MEC (27 e 29) e com o MCTI (28 e 31). O 30º Termo Aditivo foi firmado com o Órgão Supervisor do Contrato de Gestão (MCTI) com a finalidade única de prorrogar o prazo de vigência do Contrato para término em 30 de abril de 2022.

Nesse contexto, é importante destacar que o 28º Termo Aditivo incorpora Projetos Temáticos e Projetos e Serviços de Atividades constantes de Carta Proposta apresentada pelo CGEE, por meio do MCTI, ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), um resgate do papel do Centro no apoio técnico às instâncias de governança deste Fundo nas áreas de estudos e análises de avaliação e de futuro em CT&I. Já o de número 31 incorpora demandas por estudos oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA), Inmetro, Ministério das Comunicações (MCOM) e da

Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SEAE - PR), além de outras oriundas do próprio MCTI, ampliando significativamente a atuação do Centro junto a instâncias da União.

Destaques do Contato de Gestão ao longo do ano semestre incluem: i) o apoio continuado do CGEE ao MCTI no desenvolvimento Estratégia Nacional de Inovação e suas instâncias de governança; ii) a elaboração de proposta de Programa de Desenvolvimento Regional - CDR, para o MEC, a partir das experiências dos seis pilotos já implantados; iii) a produção de ambientes dinâmicos do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), que têm como objetivo facilitar o acesso aos usuários desse serviço para dados e informações relevantes dos panoramas nacional e internacional da CT&I, assim como para um conjunto de 18 indicadores da geografia da CT&I nacional, em apoio da gestão de iniciativas nessa linha nos estados e regiões do País; iv) a riqueza dos debates e informações disponibilizadas pelo Centro sobre o desenvolvimento da Bioeconomia no País; v) a conclusão dos mapas da conectividade à Internet no território nacional, inclusive incorporando os recortes setoriais recentemente produzidos; vi) o fortalecimento da coordenação de Comunicação Integrada do CGEE, com resultados expressivos na edição de cerca de 20 publicações e na realização de mais de cem eventos virtuais ao longo do ano; vii) o apoio ao MCTI na estratégia de diversificação de fontes de financiamento à CTI nacional, particularmente a partir de modelos voltados para a atração de investimentos de fontes extraorçamentárias; viii) a realização do Seminário Internacional sobre a criação do Laboratório Nacional de Máxima Segurança Biológica (LNMCB), uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento CT&I nacional; e ix) o desenvolvimento do Plano Nacional de EAD em apoio à SESu/MEC, importante, também, para o enfrentamento dos impactos da pandemia no ensino superior.

Assim como em anos anteriores, nossos métodos e ferramentas analíticas não param de crescer e sofisticar, de forma a facilitar o tratamento e análise de grandes volumes de dados e informações, ampliando nossas possibilidades de apoiar transversalmente o SNCTI, com seus potenciais demandantes no ambiente empresarial, no governo ou na academia.

Na área administrativa, destaque é dado ao processo progressivo de transformação digital de processos associados às coordenações administrativas, com progressos importantes na eficiência de gestão de contratos e de viagens corporativas, assim como as ações de aprimoramento do novo Plano de Carreira, Cargos e Salários a ser implantado em 2022.

Nessa oportunidade, a diretoria do Centro renova os seus agradecimentos às administrações do MCTI (Órgão Supervisor do Contrato de Gestão) e do MEC (Interveniente no Contrato de Gestão) pelo apoio contínuo ao longo do ano, trazendo para a nossa instituição trabalhos que fortalecem a posição do CGEE no SNCTI como organização de missão estratégica para o desenvolvimento do País.

Finalmente, registra-se um agradecimento especial ao Conselho de Administração do CGEE, pelo trabalho de análise, deliberação e encaminhamento de propostas de seis aditivos ao Contrato de Gestão, além de outros itens relevantes para o fortalecimento do Centro e sua inserção no SNCTI.

Desejamos que os leitores desse Relatório encontrem elementos novos que ampliem suas percepções sobre a importância do CGEE para a ciência, tecnologia, inovação e educação no País.

Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente

1.1. Relatos dos Projetos

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Programa 14

Estudo de rotas tecnológicas aplicadas a Tecnologias Estratégicas

Situação: Andamento

Dada a formalização do projeto por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho preliminar, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto no MCTI (Secretaria Executiva).

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho detalhado.

Evolução do Mapa da Conectividade em Território Nacional

Situação: Andamento

A demanda por esse projeto tem origem na Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (SETEL/MCOM) em articulação com o Departamento De Ciência, Tecnologia e Inovação Digital (DECTI) da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com vistas a atender a necessidade de manter e complementar o provimento de informações sobre conectividade das telecomunicações no território nacional, em apoio à formulação de políticas públicas para o setor. O projeto tem por objetivo a inclusão de novos indicadores estratégicos de monitoramento e avaliação de políticas públicas para a SETEL/MCOM, assim como o enriquecimento de informações para o acompanhamento da evolução dos índices de conectividade no território nacional. Contempla, também novas formas de integração com provedores de dados e outras melhorias na interface do usuário no Mapa Integrado de Conectividade em Território Nacional (Mapa da Conectividade), instrumento de gestão estratégica implementado pelo CGEE em parceria com o MCTI e MCOM no período de 2020 e 2021.

No segundo semestre de 2021, as atividades de elaboração do plano de trabalho preliminar se concentraram na articulação dos atores envolvidos, que culminou com a entrada da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no rol dos interessados diretos, com atuação no fornecimento de requisitos, dados e usuário direto do instrumento automatizado a ser desenvolvido no âmbito do projeto. Adicionalmente, foram realizadas interações com os interessados diretos nos resultados do projeto e identificação e disponibilização dos insumos necessários para o início dos trabalhos em 2022. A programação de trabalho inicial inclui a montagem da equipe e execução de mais uma rodada do Ciclo de Inteligência Estratégica em CTI, metodologia central definida para o planejamento e posterior condução do

projeto.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de trabalho preliminar.

Informação Estratégica para o Programa de Computadores para Inclusão

Situação: Andamento

Dada a formalização do projeto por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho preliminar, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto no MCOM.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho Preliminar.

Conectividade no campo

Situação: Andamento

Dada a formalização do projeto por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho preliminar, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto no MCOM.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho Preliminar.

Programa 13

Elementos Técnicos em CT&I para o Planejamento de Grandes Regiões Metropolitanas

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2022

O projeto "Elementos Técnicos em CT&I para o Planejamento de Grandes Regiões Metropolitanas" envolve uma série de atividades que visam reunir elementos para orientar a formulação de políticas públicas em diversas dimensões temáticas que afetam o desenvolvimento econômico, social e ambiental, assim como a qualidade de vida dos habitantes de grandes regiões metropolitanas do Brasil. O projeto tem a região metropolitana do Distrito Federal como o espaço territorial de referência para a realização de eventos e

provas de conceito, assim como um conjunto de debates para futuras proposições de políticas públicas, a partir da coleta das percepções da sociedade civil organizada e de atores distribuídos nos ambientes acadêmico, governamental e privado. Pretende-se, assim, apresentar um conjunto de ações prioritárias que apontem para a melhoria dos serviços públicos, para a transparência na aplicação dos recursos e para a modernização do Estado. Ao longo de 2021, dezenove (19) regiões administrativas do Distrito Federal foram palco de seminários de diálogo em uma sequência metodológica desenhada para engajar os cidadãos no direcionamento de políticas para as suas regiões, incluindo, entre outras, Planaltina, Sobradinho, Taguatinga, Recanto das Emas, Gama, São Sebastião, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Samambaia, Vicente Pires e Águas Claras. O projeto envolveu muitos especialistas vindos de áreas temáticas diversas. Para estes, foi desenhado um extenso programa de treinamento, envolvendo metodologias como: fundamentos da Teoria U, forças de caráter e investigação apreciativa, método de classificação Barrett, Canvas de projetos de impacto social, world café e design thinking. Os seminários foram precedidos de entrevistas com as principais lideranças dos territórios, a fim de identificar os principais temas mobilizadores para o planejamento urbano, a exemplo de saúde, educação, segurança, transporte e mobilidade, habitação, tecnologia, empreendedorismo, infraestrutura, turismo, regularização fundiária. Ao longo desses encontros, que reuniram representantes de diversos estratos sociais, várias ideias foram mapeadas e priorizadas pelos cidadãos, com o objetivo de serem, oportunamente, traduzidas em projetos e soluções que dialoguem com a realidade de cada região, com auxílio de ferramentas e abordagens de impacto socioambiental e desenvolvimento econômico. Desde o início do projeto, os eixos temáticos educação, saúde e segurança foram considerados como essenciais e trabalhados em todas as cidades. Dessa forma, esses três temas foram agrupados sob a denominação de serviços públicos. Foram levantados uma série de fatores limitantes para o desenvolvimento dos serviços de educação, saúde e segurança, sendo a infraestrutura considerada um grande desafio. A ineficiência das políticas públicas nessas esferas é um elemento de frustração entre os moradores, especialmente a não continuidade de projetos que funcionavam e, por vezes, eram considerados como referência. Esse ciclo do projeto mobilizou cerca de 2.000 cidadãos em 57 seminários virtuais, com a participação de 90 relatores e anfitriões divididos em 12 dimensões temáticas diferentes. Em alguns seminários realizados, identificou-se uma redução progressiva no número de participantes em relação à expectativa inicial de adesão. Parte dessa situação justificou-se pelo agravamento de contágios e mortes causadas pelo coronavírus nos meses de março e abril, momento em que muitas pessoas tiveram que se dedicar na busca de soluções para questões emergenciais de saúde. Para enfrentar essa situação, foi direcionada uma agência de comunicação que, em articulação com a Comunicação Integrada do CGEE, desenvolveu uma estratégia de acompanhamento de cada fase do projeto, criando pontos de contato bem específicos com os participantes dos eventos. No dia 15 de abril foi realizado o evento de encerramento desse ciclo de seminários, denominado "Repensar o Agora" - cujo objetivo foi mobilizar os cidadãos e compartilhar experiências exitosas de enfrentamento da pandemia. O seminário contou com a participação de cerca de 370 pessoas. Os resultados alcançados com a metodologia de diálogo são muito promissores. Muitos cidadãos de todas as áreas de atividades e classes sociais reportaram um grande entusiasmo com as entregas que o projeto fez, sendo positivamente impactadas pela experiência de dialogar e construir, coletivamente, futuros desejáveis. O projeto seguirá em 2022 para sua etapa final, reunindo e analisando elementos técnicos até então gerados com vistas à proposição de linhas de ação prioritárias para a proposição de políticas públicas que levem ao planejamento e à melhoria da qualidade de vida da população em regiões metropolitanas do Brasil, razão pela qual a diretoria do CGEE propõe que o prazo de término desse projeto

seja alterado para 31 de dezembro de 2022.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas e os Resultados Alcançados ao Longo dos Seminários na Região Metropolitana do Distrito Federal.

Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2022

O projeto Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho (DTMT) é fruto da percepção do Conselho de Administração do CGEE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e de membros do poder legislativo, de que é necessário o aprofundamento do conhecimento sobre os desenvolvimentos tecnológicos disruptivos, particularmente no que se refere à digitalização da indústria e dos serviços, sobre o trabalho e o emprego. A substituição de trabalho humano por máquinas, seja via robotização de atividades manuais ou via inteligência artificial, é uma tendência crescente e irreversível que deve impactar de forma decisiva o mercado de trabalho e as formas de emprego e absorção de mão-de-obra. Embora esse processo seja mais veloz nos países com alto grau de desenvolvimento tecnológico e seus desdobramentos nas cadeias globais de valor, países de industrialização intermediária, como o Brasil, também serão impactados de maneira crescente na próxima década. Nesse sentido, o projeto tem como objetivo gerar subsídios para formulação e aprimoramento de políticas públicas que consigam, simultaneamente, promover o trabalho qualificado, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, e contribuir para o aprimoramento de políticas e instrumentos de formação de recursos humanos para o enfrentamento das novas realidades de produção industrial. No início de 2021, foram concluídas três atividades: i) estudo sobre o mercado de trabalho e potencial impacto da digitalização no complexo econômico-industrial da saúde; e ii) dois estudos sobre os formatos de trabalho em setores de serviços intensivos em tecnologia (sistema financeiro e e-commerce). Estes estudos, assim como os dois trabalhos gerados em 2020, foram apresentados e discutidos em reunião de especialistas ocorrida em março. Após esta etapa, iniciou-se o processo de edição das respectivas publicações, resultando na série "Documentos Técnicos - Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho". Ao todo, em 2021, foram publicados 3 Documentos Técnicos: o estudo sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde e as publicações "Digitalização e relação homem-máquina"; além do relatório "Subsídios para políticas públicas". Adicionalmente aos estudos conduzidos em 2020 e concluídos no primeiro semestre, foi produzido um policy paper que, baseado na abordagem das políticas orientadas por missões, oferece elementos para a definição de políticas públicas que busquem simultaneamente promover a inovação e a geração de postos de trabalho qualificados. Devido ao interesse que o projeto DTMT gerou, novas emendas parlamentares foram negociadas por integrantes do Dieese para a sua continuidade. Neste sentido, o prazo do projeto foi estendido para 2022 e foram planejados dois novos estudos em parceria com o Dieese: trabalho e emprego na produção de alimentos; e o impacto do uso de inteligência artificial na questão de gênero das relações de trabalho, especialmente no setor de telemarketing. Até dezembro do corrente, avanços consideráveis foram feitos no que concerne à definição do escopo e da metodologia do primeiro estudo e planejamento de Oficina de Trabalho a ser realizada entre os parceiros deste projeto nos primeiros meses

de 2022.

Listagem dos principais produtos:

1. Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho: policy paper. 2021.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Definição de escopo de novos estudos

Local: google meet

Período: 28/09/2021 a 28/09/2021

Objetivo: Definir o escopo de novos estudos no projeto DTMT fase 2

2. Trabalho e Emprego na Produção de Alimentos

Local: Zoom

Período: 03/12/2021 a 03/12/2021

Objetivo: Discussão e definição do escopo e da metodologia do novo estudo "Trabalho e emprego na produção de alimentos".

Mapa Setorial da Conectividade em Território Nacional

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2021

O projeto Mapa Setorial da Conectividade em Território Nacional, encerrado no primeiro semestre de 2021, teve como resultado a nova versão do Mapa Integrado da Conectividade em Território Nacional que responde, com melhores dados e informações, a duas questões de interesse na formulação de políticas públicas no setor de telecomunicações, no tema estratégico Economia e Sociedade Digital: (i) em que locais no Brasil não há conectividade, pergunta que deu origem ao Mapa da Conectividade, e (ii) qual o grau de qualidade da conectividade em locais no território nacional, pergunta adicionada no contexto da execução do projeto. Essas questões foram trabalhadas por meio da aplicação de inteligência de dados aliado ao conhecimento especializado do setor e direcionadas pelas necessidades de informação dos gestores estratégicos do Ministério das Comunicações. Dentre os resultados alcançados, destacam-se: i) a revisão do índice de conectividade, com a inclusão de novas fontes de dados que melhoram substancialmente a informação provida, seja em termos de cobertura geográfica ou em termos de melhor caracterização da informação dada a granularidade geográfica; e ii) dois novos indicadores integrados foram criados: o IC município, que caracteriza a "infraestrutura" ou "distribuição" da conectividade, e tem foco no município, e o IC setor que caracteriza a disponibilidade ou acesso à internet com foco no setor censitário. O Ministério das Comunicações tem feito uso desses indicadores como insumo de informação para tomada de decisões e promoção de políticas públicas. Além disso, a natureza e as possibilidades de uso da informação provida pelo Mapa da Conectividade foram percebidas por outros entes de governo, provocando solicitações de outros Ministérios (Educação, Desenvolvimento Regional, Saúde, Turismo) e do Congresso Nacional para informar sobre o estado de conectividade em municípios, setores censitários e até proximidade de equipamentos públicos, como por exemplo, escolas e Unidades Básicas de Saúde. A nova funcionalidade que possibilita a verificação das condições de conectividade nas proximidades de

equipamentos públicos de outras funções de Estado, como por exemplo escolas, universidade, unidades básicas de saúde, pontos turísticos, deu origem ao título do projeto, em vista do grande potencial de exploração setorial dos dados de conectividade que se coloca disponível. O conjunto de indicadores foi ampliado, disponibilizando ao gestor público mais informações e de melhor qualidade sobre componentes de conectividade tais como: disponibilidade de fibra óptica, cobertura móvel e quantidade de operadoras no atendimento das demandas de conectividade dos cidadãos até o nível de setor censitário. Foi estendida a compatibilização de conceitos utilizados em mais de uma dezena de fontes de dados, advindas de organizações públicas e privadas do setor, e a inserção de uma nova funcionalidade de geração de informações sobre conectividade em uma determinada localidade selecionada pelo gestor.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório do Mapa Setorial de Conectividade no Território Nacional.

Atividade - Subsídios para a Formulação e Avaliação de Programas Estratégicos na Área de Educação

A criação de uma Atividade, no âmbito do Contrato de Gestão do CGEE e a União, voltada exclusivamente para a geração de subsídios técnicos para a formulação políticas públicas e avaliação estratégica de programas na área de educação, em todos os seus níveis, se justifica por duas principais razões: i) o tema educação consta explicitamente dos objetivos estatutários do CGEE, sendo desnecessário mencionar sua fortíssima interface com o desenvolvimento científico e tecnológico e a promoção da inovação; e ii) a Atividade abrigará um conjunto de ações de longa permanência em uma agenda programática de natureza estratégica, como aquelas que devem, prioritariamente, constar dos Planos de Trabalho do Contrato de Gestão do CGEE. Não bastassem esses dois aspectos, a que se considerar, acima de tudo, a natureza, a amplitude e a relevância das políticas e programas estratégicos em educação e seus impactos no desenvolvimento econômico e social do País, em particular os seus efeitos na redução das desigualdades sociais verificadas no território nacional. Na sequência, encontram-se descritos os relatos dos projetos conduzidos no âmbito dessa Atividade.

Apoio técnico à formulação de políticas e programas em todos os níveis educacionais

Situação: Andamento

O projeto Apoio Técnico à Formulação de Políticas e Programas em todos os Níveis Educacionais abarca diferentes estudos e temas em apoio às demandas do MEC. Um deles diz respeito à geração de subsídios para a formulação do Plano de Expansão da Educação Superior a Distância nas universidades públicas federais, demandado pela SESu. Este Plano tem por objetivo contribuir com a meta 12 do Plano Nacional de Educação que é a de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. A experiência do ensino remoto, provocada pela pandemia da Covid-19, tem contribuído para a diminuição da resistência em relação à modalidade de educação a distância e pode ser uma das formas de ampliação das matrículas no segmento público. O desenvolvimento da proposta do Plano contou com a valiosa colaboração de representantes das universidades e de outros de atores do sistema de educação, cuja participação foi formalizada com a criação de um Grupo Trabalho (GT) e do Comitê de Orientação Estratégica (COE), por meio de portaria do

MEC. Incluiu, ainda, a realização de um estudo de benchmarking internacional e um panorama nacional da EaD. Estes estudos preliminares subsidiaram a elaboração do Diagnóstico e Desafios da expansão da EaD no Brasil e a proposta do Plano que trata, dentre vários aspectos, das dimensões de infraestrutura institucional, estratégias de formação dos docentes e da acessibilidade e permanência dos alunos, além de uma proposta para o seu monitoramento. O benchmarking internacional abrangeu as experiências de Portugal, Espanha, Reino Unido, de Organizações Europeias e da Índia. A partir do Diagnóstico e Desafios, foi elaborada a proposta do Plano de Expansão que prevê ações sob a responsabilidade do MEC e das universidades federais, distribuídas em aspectos pedagógicos, tecnológicos e de gestão. Os documentos produzidos contaram com a contribuição do GT mencionado acima e a sua validação pelo COE. Outro trabalho desenvolvido foi a preparação dos documentos relativos aos estudos feitos, realizado em conjunto com a áreas de comunicação do MEC, diagramados em quatro volumes para distribuição e publicação conjunta do MEC e do CGEE. Outro estudo realizado nesse período refere-se às boas práticas para processos de seleção e escolha de reitores das universidades federais, com o objetivo de conhecer o arcabouço normativo e as experiências nacionais e internacionais congêneres, em universidades e outras instituições de pesquisa e formação de recursos humanos. Foram analisadas as principais características, vantagens, desvantagens, de modo a identificar possibilidades de melhoria do atual processo para as universidades federais. O estudo incluiu, ainda, uma análise de projetos de lei sobre a escolha de dirigentes universitários em tramitação no Congresso Nacional. Dois outros temas dizem respeito a estudos que buscam subsídios para a melhoria da eficiência dos recursos humanos e financeiros nas universidades federais. São eles os estudos relacionados à matriz de distribuição de recursos para IES públicas federais e o estudo sobre os indicadores da relação do número de alunos por professor (RAP) e de alunos por técnico (RAT). Para ambos foram desenhados os planos de trabalho detalhados, bem como foram identificados especialistas para participarem das atividades previstas para o ano de 2022.

No caso do apoio técnico ao MEC no que se refere ao Programa das Escolas Cívico-Militares, o CGEE pactuou com a Diretoria de Políticas para as Escolas Cívico-Militares (DECIM), vinculada à Secretária de Educação Básica (SEB), o seguinte: 1) a realização de um panorama das 213 escolas autointituladas Cívico-Militares e identificadas pelo INEP; 2) a pesquisa de percepção junto à comunidade escolar nas 54 escolas aderentes ao programa no ano de 2020 e 3) o desenvolvimento de uma metodologia de Monitoramento da Implantação do Programa. Ainda no primeiro semestre de 2021, foi entregue o Panorama previsto no item 1 acima, além de terem sido feitas duas apresentações para equipe da DECIM, no formato virtual. A pesquisa de percepção foi interrompida depois de ter sido realizada em duas escolas, devido às medidas de isolamento social impostas pela pandemia e o consequente fechamento das escolas. Esta pesquisa foi substituída pelo Panorama das 54 escolas que aderiram ao PECIM em 2020, a partir de entendimentos com a Diretoria do programa. No segundo semestre foram entregues os seguintes produtos: i) panorama das escolas que aderiram ao programa em 2021; e ii) estudo sobre boas práticas visando a troca de experiências no âmbito do modelo das ECIM. Para 2022 foram planejadas as seguintes tarefas: i) desenvolvimento de metodologia de avaliação dos resultados do PECIM; ii) desenvolvimento de um plano de comunicação para o PECIM; iii) aplicação da metodologia de monitoramento da implantação do PECIM; e iv) a estruturação de painel de monitoramento dos indicadores do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e das escolas autointituladas cívico-militares.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório sobre experiências nacionais e boas práticas para a escolha de reitores nas IES federais.

2. Relatório de boas praticas visando a troca de experiencias no ambito do modelo de Escola Civico-Militar (escolas ciclo 2020/2021).
3. Panorama das 54 ECIM que aderiram ao PECIM em 2020.
4. Panorama das 74 Escolas Cívico-Militares que aderiram ao PECIM em 2021 .
5. Plano de trabalho detalhado sobre o aprimoramento do cálculo da relação aluno/professor (RAP) e da relação alunos/técnicos (RAT) para universidades públicas federais.
6. Plano de trabalho do estudo sobre recomendações de aprimoramento da matriz de distribuição de recursos para universidades públicas federais.
7. Relatório do Benchmarking internacional sobre processos de escolha de reitores .
8. Relatório Final do Panorama da EaD no Brasil .
9. Proposta de monitoramento do Plano de Expansão da EaD.

Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal

Situação: Andamento

A avaliação de programas públicos na área de educação, por suas características estratégicas, é uma prática obrigatória em muitos países. O monitoramento sistemático e a avaliação periódica dos esforços, resultados obtidos e impactos derivados permitem uma orientação sistemática dos principais programas na busca de um apoio mais eficaz à formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas ao longo do tempo. Esse projeto, de escopo abrangente, mas focado em atividades de avaliação estratégica, tem sua origem no Ministério da Educação (MEC), por conta das suas atribuições institucionais de mais alto nível para o Estado brasileiro e poderá examinar, sempre que oportuno, possibilidades de monitoramento associadas aos dispêndios gerais incorridos pelas IES. Nesse sentido, um conjunto de estudos de interesse do MEC/SESu estão sendo delineados, incluindo-se a definição da demanda e escopo de cada um deles e as suas respectivas estratégias metodológicas. Um desses estudos é o mapeamento de competências - docentes e discentes das IES federais da área de saúde, que tem por objetivo identificar e analisar os principais temas e objetos de pesquisa dos programas de graduação e pós-graduação das áreas da saúde dessas instituições, por meio do mapeamento da produção técnica e científica dos docentes e discentes vinculados a esses programas. Esse mapeamento temático, em perspectiva com outras informações, auxiliará na identificação das principais competências temáticas locais e regionais, bem como compreender a contribuição efetiva e potencial dos programas das IFES para as prioridades e estratégias de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito nacional e na formulação de políticas públicas orientadas para o fortalecimento de áreas importantes para a saúde e bem estar social e formação de profissionais nas áreas de saúde. Neste período foi detalhada a abordagem metodológica, bem como a estratégia de condução e o cronograma previsto. A caracterização dos dados, inicialmente prevista para este período, não possível ser conduzida em função do não recebimento dos dados e informações necessárias para a realização do tratamento e da sistematização dos mesmos. O atraso da entrega dos dados deveu-se, principalmente, a questões envolvendo a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º13.709, de 14 de agosto de 2018) das atividades conduzidas pelo MEC. Outro estudo do visa a geração de subsídios técnicos para a

melhoria da eficiência de contratação de energia elétrica nas universidades públicas federais e tem por objetivo específico contribuir para a redução dos dispêndios com energia elétrica nos campi universitários. Essa demanda surge da constatação de que uma parte considerável dos recursos das universidades são gastos com esse item de despesa e que há espaço para a melhoria de gestão na contratação de tarifas, com consequente economia, que permitirá o direcionamento de mais recursos para itens finalísticos da atividade de educação. Nesse período foi elaborado um plano de trabalho detalhado, explicitando a metodologia, os dados necessários e o cronograma previsto para o desenvolvimento do projeto. Foram realizadas, ainda, reuniões com a área técnica da Sesu, para tratar, em especial, do acesso aos dados detalhados de consumo e custo de energia elétrica das universidades, necessários ao desenvolvimento do projeto. Para esse fim, foi constituído um grupo de trabalho pelo MEC, em atendimento às recomendações do TCU sobre a necessidade de se apresentar um plano de ação voltado para economia energia. Nesse sentido, propôs-se a realização de uma consulta às universidades para levantar os dados de consumo. Espera-se para o início de 2022 o recebimento desses dados, insumos fundamentais para a continuidade do projeto. O estudo voltado às boas práticas para processos de seleção e escolha de reitores das IES federais foi realizado a contento, porém no âmbito do projeto "Apoio técnico à formulação de políticas e programas em todos os níveis educacionais", também inserido no Plano de Ação do Contrato de Gestão por demanda do MEC.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de trabalho detalhado sobre o estudo de eficiência energética nas universidades públicas federais.
2. Detalhamento metodológico e caracterização dos dados para mapeamento de docentes e discentes das IES federais na área de saúde.

Prospecção de oportunidades de projetos prioritários de interesse para o MEC

Situação: Andamento

O Ministério da Educação - MEC, interveniente no Contrato de Gestão firmado entre a União e o CGEE, sob a supervisão do MCTI, apresenta, regularmente, demandas de estudos nas áreas de formulação e avaliação de políticas e programas estratégicos em educação, em tópicos variados. Esse projeto "Prospecção de oportunidades de projetos prioritários de interesse para o MEC" teve como objetivo trabalhar temas de interesse da Secretaria de Educação e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), identificando os assuntos de interesse para essa Secretaria, delimitando os seus escopos e analisando a viabilidade de transformação dos temas prioritários em projetos a serem conduzidos pelo CGEE no âmbito do Contrato de Gestão. A prospecção de projetos seguiu as fases iniciais da metodologia denominada "metaprocesso", que, de forma flexível, busca encaixar o ciclo de vida dos projetos (concepção, planejamento, execução e encerramento) com as fases e processos de criação e desenvolvimento. A prospecção de temas de interesse para o MEC concentra a fase de concepção do projeto onde se delimita a demanda e o escopo, são levantadas as assim chamadas "perguntas norteadoras" e a viabilidade de execução de estudos inseridos em novos projetos. Essa fase inicial foi realizada com reuniões entre as equipes do CGEE e da Setec, todas conduzidas de forma virtual. As equipes da Setec são vinculadas a duas diretorias: i) a Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal da

Educação Profissional, Científica e Tecnológica (DDR); e ii) a Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica (DPR). Dentro da metodologia proposta, a escuta ativa e o registro das reuniões são a matéria prima para o desenvolvimento dos trabalhos previstos neste projeto. Portanto, as reuniões com as diretorias da Setec foram fundamentais para o entendimento das demandas, motivações, formulação de problemas, além de pontos a serem enfrentados por meio da concepção e execução de novos projetos. As reuniões internas ao CGEE buscaram organizar e retomar os principais tópicos, levantar ideias e críticas para o desenvolvimento do trabalho, e discutir possíveis caminhos para o desenvolvimento do projeto em reuniões subsequentes com o MEC. Ao longo do trabalho de prospecção, quatro temas permaneceram como prioridades a serem desenvolvidas em 2022. O primeiro aborda a elaboração de uma proposta de indicador de empregabilidade para alunos e egressos dos cursos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT). O segundo propõe estudar os fatores mais relevantes para a evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O terceiro aponta para a realização de um panorama analítico e comparativo da literatura empírica acerca da Educação Profissional e Tecnológica brasileira e estrangeira. Por fim, o quarto tema identificado tem o intuito de atualizar o Mapa da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT), cujo a versão anterior foi desenvolvida com dados de 2014.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório contendo a indicação de novos projetos de interesse da SETEC para sua eventual incorporação no Contrato de Gestão.

Linha de Ação II - ARTICULAÇÃO

Programa 15

Subsídios para a Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Equilibrado - PNDE

Situação: Andamento

Dada a formalização do projeto por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho preliminar, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto na SAE.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho Preliminar.

Programa 10

Subsídios técnicos para a implantação de centros para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2021

A demanda por esse projeto tem origem na alta direção do MCTI como forma de mobilização das competências nacionais em torno de temas portadores de futuro e de alto conteúdo estratégico para o desenvolvimento do País. Essa estratégia visa aumentar, por meio da aplicação tecnológica, a competitividade da indústria e dos serviços nacionais de base tecnológica e dar maior eficiência aos serviços públicos e privados do país. Os Centros de Tecnologias Aplicadas - CTA devem se concentrar em áreas onde a aplicação de tecnologias podem trazer grandes avanços às condições atuais do País como, por exemplo, tecnologias para a gestão de grandes centros urbanos, inteligência artificial, segurança cibernética, gestão integrada de recursos hídricos, manufatura avançada, tecnologia assistiva e engenharia de novos materiais. Estes centros serão responsáveis, também, pelo estabelecimento de parcerias, formação e articulação de redes de pesquisa e a proposição de planos e projetos específicos que se concentrem na pesquisa aplicada, desenvolvendo projetos de elevada maturidade tecnológica (TRL maior que 7), em parceria com órgãos do setor público e, particularmente, com empresas privadas. Em uma primeira etapa do projeto, por orientação da direção superior do MCTI, serão implantados CTA com a missão de mobilizar competências e gerar subsídios para a tomada de decisão nos seguintes temas: (1) inteligência artificial; (2) segurança cibernética; (3) materiais avançados; (4) tecnologia assistiva; (5) recursos hídricos; (6) resíduos sólidos; e (7) eficiência urbana (cidades inteligentes), tendo como objetivos específicos: identificar elementos conceituais e de futuro que possibilitem a criação de condições para o funcionamento dos centros apoiados por secretarias técnicas especializadas; criar e estimular redes de trabalho por meio da mobilização das competências individuais e institucionais nas áreas específicas de ação dos centros; gerar e organizar informações para apoio à tomada de decisões em assuntos estratégicos relativos ao desenvolvimento de políticas, estratégias, planos e projetos; e apoiar a articulação de gestão entre os setores interessados (acadêmico e empresarial) e a administração pública central. O ambiente estratégico tem alto grau de dinamicidade e com a mudança estrutural interna no MCTI a demanda foi ajustada para atender a novas necessidades de criação de Centros de Tecnologias Aplicadas em outras áreas específicas e alinhadas com as novas orientações provenientes do Programa Pró-Brasil lançado em 22 de abril de 2020 pela Casa Civil da Presidência da República. Essas áreas de atuação foram ajustadas pelo MCTI para atender as novas demandas visando o desenvolvimento coordenado do País atendendo aos eixos e temas do programa. Consequentemente, o objetivo deste projeto foi então definido como subsidiar o MCTI com elementos que forneçam o suporte técnico no desenvolvimento de uma política pública de implantação de Centros de Tecnologias Aplicadas (CTA) em áreas estratégicas para ao País, nos seguintes temas: (1) inteligência artificial; (2) segurança cibernética; (3) materiais avançados; (4) micro e nanotecnologia; (5) tecnologia assistiva; (6) eficiência urbana (cidades sustentáveis e inteligentes); (7) recursos hídricos; (8) saúde - telemedicina; (9) saúde - ciber saúde; (10) saúde fármacos; (11) saúde radiofármacos; (12) resíduos sólidos; (13) energia renovável; (14) projetos de pesquisa avançada para defesa (APPAD); (15) tecnologias estratégicas (críticas, sensíveis, prioritárias); e (16)

eletromobilidade - acumuladores de energia. Como pode ser percebido, houve ampliação substantiva de escopo, tratado pela coordenação do projeto ao longo da sua execução, em articulação com as equipes técnicas do MCTI envolvidas para fins do pleno atendimento do demandado. A abordagem metodológica geral foi a de prospectiva estratégica onde foram avaliadas quais as condições essenciais para o funcionamento dos CTA, suas fragilidades, similaridades de referências internacionais, adaptações quanto às temáticas e mobilização das competências necessárias ao sucesso da implantação centros que terão a missão de mobilizar competências e gerar subsídios para a tomada de decisão nos temas selecionados. Destaca-se que cada tema terá uma estrutura de pesquisa alinhada às suas necessidades, determinada na medida do avanço do projeto. A metodologia empregada considera, como princípios, o alcance, amplitude e profundidade, usando o modelo cíclico - evolutivo atuando de maneira iterativa e incremental. A abordagem metodológica se inicia a partir do método científico complementado com o emprego da prospectiva estratégica, das ciências do conhecimento constituindo o que chamou de Engenharia da Solução de Sistemas. Visa, também, dominar o entendimento do ambiente temático de cada área de atuação dos centros, levantar e analisar informações, decidir a melhor abordagem estratégica e elaborar as ações de criação de cada centro, por meio de subsídios para a definição de programas e planos de ação para as áreas específicas. As atividades desenvolvidas envolveram, por meio de métodos participativos, os principais parceiros e clientes envolvidos nos setores da economia potencialmente impactados e suas cadeias produtivas, de suprimentos e de valor. Os procedimentos metodológicos foram colocados em operação no início do segundo semestre de 2020, tomando como referência o conjunto de temas prioritários definidos no escopo final do projeto. Os resultados esperados e orientados pela demanda foram entregues: políticas públicas, estrutura conceitual dos CTA, estratégias de implementação e sustentabilidade, e ações programáticas. Além desses, foram entregues outros resultados complementares: modelos; arquiteturas; análise SWOT; estudo de tendências; estudo de cenários; EVTECA geral; EVTECA para eletromobilidade; análise de riscos; cadeia produtiva; criação de agência; planos de ação; elementos fundamentais e complementares de desenvolvimento de longo prazo de cada CTA nos horizontes temporais selecionados; Áreas de conhecimento fundamentais e complementares de desenvolvimento de longo prazo de cada CTA nos horizontes temporais selecionados; Linhas de pesquisa transformadoras de desenvolvimento de longo prazo de cada CTA nos horizontes temporais selecionados; Projeto de concepção dos CTA segundo os princípios de transformação e modernização; Elementos necessários à continuidade do Estudo visando sua concepção, estruturação, criação, operação e manutenção. Ao longo da execução do projeto, notou-se que são poucos países que possuem solução de como criar CTA e que diversos países têm interesse nos resultados obtidos. Por essa razão, recomenda-se que os seus resultados sejam protegidos e utilizados no ambiente estratégico a que se destina. Com base em todas as informações analisadas, este projeto concluiu que os CTA são viáveis e exequíveis e que são vitais no tocante ao domínio e independência tecnológica e soberania do país considerando que são temas estratégicos relacionados a três eixos: segurança, saúde e sustentabilidade. As atividades conduzidas permitiram o delineamento e a definição de escopos e objetivos para cada CTA proposto, bem como a definição para a análise SWOT, análise de redes que permitiram o direcionamento das tendências em cada tema. Os modelos e arquiteturas concebidos são semelhantes e mostram uma inter-relação entre os centros com predominância do uso de aplicações em Inteligência Artificial e Segurança Cibernética em todos os CTA. O desenho geral das cadeias produtivas e de valor demonstrou que existem gargalos em quase todos os seus elos, bem como entre as diversas cadeias produtivas dos temas dos CTA, por serem semelhantes em suas formas de atuação estrutural, mantendo-se a especificidade das cadeias de

suprimento de cada tema. Assim, são necessárias ações de correção para que cada CTA específico proposto funcione adequadamente no estado da arte como se deseja e se faz necessário, ou seja, é fundamental que esses gargalos sejam solucionados a fim de proporcionar fluidez ao modelo proposto dos CTA. Por outro lado, dada a complexidade do projeto e as características específicas dos CTA, há que se aprofundar a busca pelos apontamentos dos elementos necessários à concepção, estruturação, criação, operação e manutenção dos CTA, com a continuação da coleta, processamento e análise de dados que apresentaram dificuldades de se realizar em 2020 e 2021, no ambiente causado pela pandemia e diante do novo escopo acordado com o MCTI. Essa necessidade de continuidade se dá principalmente em relação à análise prospectiva estratégica com estudo de cenários específicos e elaboração de mapas de rotas estratégicas e tecnológicas, monitoramento de tendências tecnológicas, bem como o detalhamento dos planos de implementação, fornecendo assim, o aperfeiçoamento dos subsídios necessários à formulação e implementação de programas e políticas públicas que possam vir a fortalecer a competitividade e desempenho inovador de cada um destes centros, cujas temáticas são estratégicas para o desenvolvimento do País, durante um horizonte temporal de 2020 a 2030 e de 2031 a 2050. A direção do CGEE está atenta às necessidades de desdobramentos futuros desse projeto, a partir de entendimentos com a alta administração do MCTI.

Listagem dos principais produtos:

1. Subsídios Técnicos para Implantação de Centros para o Desenvolvimento de Tecnologias Aplicadas.

Subsídios para o monitoramento e a avaliação do Programa Ciência na Escola

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2021

O Programa Ciência na Escola (PCE) é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em articulação com CNPq, Capes, Ministério da Educação (MEC) e RNP, com objetivo de aprimorar a qualidade do ensino de ciências nos cursos fundamental e médio das escolas públicas brasileiras por meio de quatro ações principais: i) Chamada Pública para Instituições; ii) Chamada Pública para Pesquisadores - Seleção de Projetos para o Aprimoramento do Ensino de Ciências na Educação Básica; iii) Olimpíada Nacional de Ciências (ONC); e iv) Especialização à distância em Ensino de Ciências (Ciência é Dez!). Desde 2019, o CGEE vem apoiando o Ministério na implementação do PCE, em particular no que tange à construção e consolidação de uma metodologia de monitoramento e avaliação do Programa. O projeto, que oficialmente teria fim no início do ano, foi contratualmente estendido até junho de 2022 a fim de seguir acompanhando o desenvolvimento do Programa e atualizando a metodologia de M&A à luz dos desafios impostos pela pandemia e a nova realidade do ensino nas escolas.

Ao longo do ano de 2021, o CGEE concentrou seus esforços no processo de sensibilização dos parceiros estratégicos para compartilhamento e atualização dos indicadores necessários ao acompanhamento e avaliação de cada uma das ações e do Programa como um todo. No início do ano, o CGEE apoiou o MCTI na organização de um seminário com os pesquisadores da Ação 2 (Chamada Pública para Pesquisadores), onde se fez um balanço dos projetos em curso, incluindo os principais desafios e resultados alcançados. A equipe do Centro participou da mediação em diversos subgrupos do seminário, além de acompanhar a inserção de informações e dados dos projetos da Ação na plataforma criada pela RNP. Nos meses

seguintes, seguiu-se o processo com as demais ações, refinando-se os indicadores das ações 3 (Olimpíadas Nacional de Ciências) e 4 (Ciência é 10!), acompanhando igualmente a prototipação da plataforma junto aos parceiros.

Com a nova prorrogação de prazo formalizada os produtos definidos para 2021 foram reprogramados para melhor se adequarem às necessidades do PCE. Desta forma, o produto contendo sugestões para um plano de ação emergencial no contexto da pandemia foi concebido e entregue ao Ministério visando apoiar a adaptação dos objetivos e estratégias do PCE em um cenário de retorno parcial e gradual das atividades presenciais nas escolas. Em seguida, como parte de uma nova revisão e atualização da metodologia de acompanhamento e avaliação do PCE, foi desenvolvida uma Nota Técnica para apoiar a formação de Comitê de Retomada da Ação 2, de modo a apoiar os coordenadores no processo de retomada das atividades presenciais. Ao final do ano, o CGEE debruçou-se sobre a atualização dos indicadores do Programa, buscando conferir-lhes maior sinergia e corrigir possíveis distorções ou lacunas causadas pela não efetivação da Ação 1, que segue tendo sua plena implementação renegociada para início em 2022. Para os primeiros meses de 2022, o CGEE pretende retomar o contato com a RNP, a fim de verificar o estágio atual da Plataforma, e com a CAPES, de forma a acessar e prover subsídios para o refinamento dos dados qualitativos referentes ao Ciência é 10.

Listagem dos principais produtos:

1. Proposta de metodologia de monitoramento e avaliação do Programa Ciência na Escola revisada.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. 1ª Reunião com a CAPES para alinhamento e refinamento da planilha de indicadores de monitoramento e avaliação no âmbito do PCE

Local: online

Período: 17/03/2021 a 17/03/2021

Objetivo: Alinhar objetivos e iniciar o refinamento dos indicadores

2. 2ª Reunião com a CAPES para alinhamento e refinamento da planilha de indicadores de monitoramento e avaliação no âmbito do PCE

Local: online

Período: 24/03/2021 a 24/03/2021

Objetivo: Alinhar objetivos e dar continuidade ao refinamento dos indicadores

3. 3ª Reunião com a CAPES para alinhamento e refinamento da planilha de indicadores de monitoramento e avaliação no âmbito do PCE

Local: online

Período: 31/03/2021 a 31/03/2021

Objetivo: Alinhar objetivos e finalizar o refinamento dos indicadores

4. Reunião com a CAPES para alinhamento e refinamento da planilha de indicadores de monitoramento e avaliação no âmbito do PCE

Local: online

Período: 07/04/2021 a 07/04/2021

Objetivo: Alinhar objetivos e refinar indicadores

5. Reunião com a CAPES para alinhamento e refinamento da planilha de indicadores de monitoramento e avaliação no âmbito do PCE

Local: online

Período: 22/04/2021 a 22/04/2021

Objetivo: Alinhar objetivos e refinar indicadores

6. Comitê de Retomada da Ação 2 do PCE

Local: RNP

Período: 16/09/2021 a 16/09/2021

Objetivo: Definir as diretrizes básicas p/ iniciar a formação do Comitê de Retomada da Ação 2 do PCE.

7. Alinhamento de informações sobre as Ações 1, 3 e 4 do PCE

Local: RNP

Período: 17/09/2021 a 17/09/2021

Objetivo: Alinhar os principais pontos do PCE com o novo coordenador geral de articulação em ciência e tecnologia e inovações no MCTI, Roberto Freitas.

8. PCE - Ação 2_Comitê de Retomada

Local: google meet

Período: 26/10/2021 a 26/10/2021

Objetivo: Discutir sobre a formação e operacionalização do Comitê de Retomada da A2: objetivos, composição, metodologia.

9. PCE - Comitê de Retomada

Local: RNP

Período: 19/11/2021 a 19/11/2021

Objetivo: Apresentar proposta de documento para criação de Comitê de Ativação da Ação 2 (PCE)

Atividade - Apoio Técnico ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)

A condução dessa Atividade, assim como a execução dos projetos e serviços que vierem a ser criados ao longo da sua existência, encontra pleno amparo no Capítulo II, Art. 5º - Da Finalidade e dos Objetivos, do Estatuto Social do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Mais ainda, a Atividade está perfeitamente alinhada ao disposto na Cláusula Segunda: Das Metas do Contrato de Gestão firmado com o MCTI, com a interveniência do MEC, em particular nos objetivos constantes das alíneas a, b e c. Recentemente, a Portaria número 5.274 do MCTI, de 04.11.2021, que designa os representantes para compor as Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, inclui um diretor e um assessor técnico nessas Comissões, exceto na Comissão I - Coordenação, o que formaliza o envolvimento do CGEE no apoio técnico a ser prestado ao CCT, de forma permanente, aspecto importante para a criação de uma Atividade na estrutura programática do Contrato de Gestão do CGEE.

Apoio técnico às Comissões Temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia

Situação: Andamento

A origem desse projeto foi motivada pela publicação da Portaria MCTI nº 5.274, de 14 de novembro de 2021, que dispõe sobre a composição das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT. Uma vez que a formalização deste projeto de Atividade se deu por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho detalhado, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e a participação das primeiras reuniões preparatórias das Comissões, além de outras definições conduzidas com os pontos focais das Comissões Temáticas no MCTI, para fins de produção do relatório anual de atividades - 2021 do projeto.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório anual de atividades.

Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais

Esta Atividade teve origem nas iniciativas do Centro para a Conferência Rio+20, tendo com alvo estratégico as contribuições potenciais da CT&I para o desenvolvimento sustentável. Contempla projetos que visam pesquisar, analisar e ainda apoiar eventos de disseminação e avanço do progresso do conhecimento técnico-científico em torno de algumas questões de relevo como o combate à desertificação e a problemática das terras secas; o esforço de compreensão e adaptação das sociedades às mudanças climáticas e o desafio de promoção do avanço das energias renováveis entre outros. No âmbito dessa Atividade, vem sendo conduzido um Projeto, cujo relato é encontrado a seguir

Agenda positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável

Situação: Andamento

Durante o ano de 2021 o Projeto Agenda Positiva da Mudança do Clima e do Desenvolvimento Sustentável desenvolveu diversas atividades nos temas: Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia; Inovação em Soluções Energéticas Sustentáveis; e Diálogos Internacionais. Na temática Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia, foram finalizadas as etapas referentes à iniciativa Oportunidades e Desafios da Bioeconomia (ODBio) no primeiro semestre com a realização de (i) 21 reuniões do GT ODBio; (ii) 3 reuniões do Ciclo de Oficinas ODBio; (iii) Framework de Projetos Orientados por Missão (POM); (iv) Relatório Estratégia de CTI para a Bioeconomia; (v) Aprimoramento da Proposta de modelo de governança para a bioeconomia brasileira; (vi) Proposta de Conferência Nacional de Bioeconomia - CNBio; (vii) Relatório ODBio integrado. Ainda nesse tema, ocorreram as atividades: (i) lançamento do Primeiro Boletim de Bioeconomia, intitulado "Bioeconomia no Brasil e no Mundo: Panorama da Produção Científica"; (ii) apoio à seleção de palestrantes e à realização de eventos de comemoração dos 100 anos do INT "Novos Futuros - Temas Estratégicos para Desenvolvimento Tecnológico - Bioeconomia"; (iii) apresentação do artigo Unravelling the bioeconomy - a semantic similarity analysis of scientific publications, elaborado como um recorte do Boletim de Bioeconomia e apresentado na 29ª European Biomass Conference and Exhibition

(EBCE); (iv) Apresentação da palestra Driving Bioeconomy Sustainable Development in Brazil, no Painel TS3 - Governing a Sustainable Bioeconomy: Assessment and Monitoring Experience and Perspective, do Biofuture Summit II and BBest 2020/2021. No segundo semestre foram realizados diversos trabalhos da temática Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia: (i) reuniões semanais para o desenvolvimento do segundo boletim, explorando as ferramentas de análise do Centro, IN e INB; (ii) produção do segundo boletim temático "A bioeconomia brasileira: panorama da produção científica nacional"; (iii) criação da página do Observatório em Bioeconomia (OBio) no site do CGEE, contendo produções relacionadas ao OBio; (iv) reuniões com o Senai para estabelecimento de parcerias entre o OBio e o Portal de Bioeconomia, lançado nesse segundo semestre; (v) encontros com BNDES, Finep e Embrapii, com o objetivo de compartilhar informações sobre o avanço da bioeconomia brasileira e apoiar a formulação de ações próprias dessas entidades; (vi) produção do relatório "Proposta de Modelo de Negócios do Observatório em Bioeconomia"; e (vii) produção de artigo científico sobre um framework em Políticas Orientadas à Missões (POM) para a bioeconomia, a ser finalizado em 2022. Na temática Inovação em Soluções Energéticas Sustentáveis (iSES), os trabalhos realizados ao longo do ano tiveram o objetivo de elaborar a primeira edição do Informe iSES, com foco em um panorama sobre publicações científicas, patentes e projetos comerciais sobre o hidrogênio renovável (H2R) no mundo. As atividades para a elaboração do Informe iSES contaram com (i) realização de reunião com Gesel/UFRJ e INT para aprofundamento do conhecimento na temática hidrogênio; (ii) formação de um grupo de trabalho GT H2R iSES, composto por 8 especialistas de instituições brasileiras: Unicamp (1), UFRJ (2), INT (2), EPE (2) e Instituto E+ (1); (iii) realização de reunião semanais com membros da equipe da agenda positiva e de ciência de dados do CGEE para exploração e análise de dados e criação de metodologias utilizando as ferramentas do Centro; (iv) encontro com especialista da Agência Internacional de Energia (IEA) para coletar contribuições e informações sobre o mapeamento de projetos em hidrogênio no mundo; e por fim (v) produção do informe Inovação em Soluções Energéticas Sustentáveis: Primeira Edição - Hidrogênio Renovável. A publicação está programada para ser lançada oficialmente no primeiro semestre de 2022. Finalmente, no âmbito dos Diálogos Internacionais em Desenvolvimento Sustentável foi realizada a "Mesa de Diálogo: A Era do Hidrogênio Renovável", em português e inglês, com o objetivo de conhecer, por meio do convite a jovens pesquisadores do tema em diversos países, quais ações estão sendo realizadas no mundo para sobre o tema. Os palestrantes do evento foram especialistas representantes de instituições mundiais que se destacam no tema: IEA com representante do Chile, GIZ com um colaborador do Quênia, BRICS YEA com um especialista da Rússia, Universidade Externado com uma pesquisadora da Colômbia e a ABH2 do Brasil, com sua Secretária Executiva. O evento contou também com a moderação da consultora do portfólio de energia do Instituto Clima e Sociedade - iCS e teve 85 participantes. Ainda dentro da temática de diálogos internacionais, o CGEE participou da COP 26 realizada em Glasgow, na Escócia, com um evento organizado pelo Centro, como entidade observadora credenciada pela Convenção do Clima, e os governos do Brasil e de Ruanda. O evento foi liderado pelo MCTI e Autoridade de Gestão Ambiental de Ruanda (REMA), no âmbito do Programa GEF UrbanShift, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Também foram acompanhados vários eventos sobre temas de interesse do Centro antes, durante e depois das duas semanas de realização da COP 26.

Listagem dos principais produtos:

1. 2º Boletim Panorama da Bioeconomia - A bioeconomia brasileira: panorama da produção científica nacional.

2. Primeiro Boletim Panorama da Bioeconomia .

3. Primeiro Informe sobre Inovação em Soluções Energéticas Sustentáveis (ISES) .

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Webinar de lançamento do Boletim Panorama da produção científica em bioeconomia no Brasil e no mundo

Local: Zoom

Período: 22/06/2021 a 22/06/2021

Objetivo: Lançar o boletim Panorama da produção científica em bioeconomia no Brasil e no mundo.

2. Mesa de Dialogo – A Era do Hidrogênio Renovável

Local: Zoom

Período: 23/11/2021 a 23/11/2021

Objetivo: Promover o diálogo entre jovens especialistas de diferentes países para compartilhar informações e trocar experiências sobre o futuro do hidrogênio verde e renovável.

Programa 3

Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR

Situação: Andamento

O desenvolvimento do Projeto CDR tem como objetivo subsidiar o Ministério da Educação (MEC) na constituição de um programa de apoio à criação de Centros de Desenvolvimento Regional, buscando aproximar a oferta de conhecimento existente ou a ser gerado pelas universidades, institutos federais e outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras, às demandas existentes em parte do território nacional, criando um espaço privilegiado de discussão, com atores sociais relevantes e a validação de agendas de trabalho em prol do desenvolvimento de seus territórios. Ao longo de 2021, uma intensa agenda de atividades de planejamento e de implementação foi realizada, resultando em conquistas e consolidação de etapas que validaram uma proposta de Programa CDR sob os pontos de vista conceitual, operacional, metodológico e estratégico, revelando-se como um elemento de política pública com forte aderência à educação superior, estabelecendo o protagonismo do MEC como agente de interface do desenvolvimento regional, derivado da educação. O produto pactuado, no âmbito do 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, foi elaborado identificando os principais atores no MEC que interagiram com o CGEE ao longo desse processo. No plano da coordenação do Programa junto ao MEC (SESU e SETEC) e parceiros da articulação federal como o CNPq e CAPES, foram realizadas reuniões e agendas de trabalho na perspectiva da consolidação do Programa. Afim de alcançar a sua institucionalização junto ao MEC/SESU, foram dedicados esforços e atenção no aperfeiçoamento do CDR, a partir da revisão do Documento Base do Programa CDR, validando seu conceito, propósitos e metodologia, tendo como prioridade, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento de estratégias para assegurar o financiamento das carteiras de projetos dos CDR piloto já implantados, consolidando a perenidade do programa em âmbito nacional. Ainda no âmbito da coordenação do projeto no CGEE, foi realizado levantamento da demanda por bolsas de fomento, pesquisa e desenvolvimento, indicadas pelos CDR, para o suporte técnico e

fortalecimento do desempenho pleno das atividades realizadas pelos Centros, resultando em agendas de reuniões com o CNPq, que sinalizou, positivamente, no sentido de contemplar os CDR adequando as possibilidades da demanda à disponibilidade dos recursos de fomento disponíveis naquela instituição. Neste mesmo contexto, foi realizada reunião de trabalho com apresentação do Programa Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) envolvendo equipes técnicas do CGEE e representantes da SETEC - Secretaria Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, abrangendo a Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional, Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, com vistas ao alinhamento das principais diretrizes do programa em convergência com a política desenvolvida pela SETEC. Sob o ponto de vista do fortalecimento institucional e financeiro do Programa, foi realizada reunião, envolvendo a equipe técnica do CGEE e membros das divisões de Ciência Tecnologia & Inovações e divisão de Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, apresentando o programa CDR, para identificar sinergias e convergências, através da eventual possibilidade de parceria com o Banco. A receptividade do BID foi positiva, resultando na necessidade de aprofundar o tema em análise e a sinergia das políticas do BID com as características do projeto. Sob o ponto de vista operacional, no plano da articulação local-regional, apesar dos impactos decorrentes da Pandemia de COVID-19, as agendas de trabalho de 2021 com os CDR regionais, se desenvolveram satisfatoriamente utilizando as plataformas digitais para o trabalho remoto. Atualmente existem seis CDR com atividades em execução, em estágios distintos. Em relação a negociação, prospecção de fontes de financiamento e captação de recursos para a carteira de projetos, O CDR de Campina Grande, na Paraíba, o CDR Sul de Tocantins e o CDR Região metropolitana de Belém, foram os que mais avançaram nas articulações para viabilizar o financiamento das suas carteiras de projetos. As negociações do CDR Sul de Tocantins com o Governo do Estado e com representantes da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO prosperaram, resultando no desenvolvimento e lançamento de um Edital específico, lançado em outubro de 2021, destinando R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), direcionados ao financiamento da Carteira de Projeto do CDR Sul/TO. Por sua vez, as negociações que vinham sendo entabuladas pelo CDR Campina Grande com representantes do Governo do Estado e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba FAPESQ-PB, no sentido de assegurar o financiamento da carteira de projetos do CDR, se concretizaram no segundo semestre de 2021, com a transferência do montante de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) para contas dos coordenadores dos projetos, após conclusão dos Termos de Outorga elaborados pela FAPESQ-PB e outras condições que orientam a execução dos recursos, possibilitando o início efetivo da implantação dos projetos. Os projetos já estão realizando suas primeiras atividades de planejamento e operação junto às equipes internas, bem como, contato com as comunidades beneficiadas. Simultaneamente, durante o período de formalização do processo com a FAPESQ, foi elaborado pelo CDR Campina Grande um projeto a ser submetido ao Edital CAPES nº 4/2021, visando a consecução de bolsas de mestrado, doutorado e pós doutorado para apoiar a execução e acompanhamento dos projetos. O projeto foi aprovado, as bolsas foram concedidas e atualmente estão em fase de implementação. O CDR Região metropolitana de Belém, também avançou, junto ao governo do Estado do Pará e a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa - FAPESPA no financiamento de sua carteira de projetos. Simultaneamente, o CDR-PA, tem prospectando, com o suporte do CGEE, o apoio de agências federais no sentido da concessão de bolsas de fomento, que se configurem como uma contrapartida federal aos investimentos a serem aportados pelo estado. Os demais CDR, que integram o piloto do Programa, CDR Sudoeste Paulista, CDR Região de Campanha-RS e CDR

Distrito Federal, encontram-se em fase precedente ao processo de financiamento. As negociações em curso se desenvolvem no âmbito da prospecção do parceiro ideal no território de abrangência dos respectivos CDR, para financiar sua carteira, bem como, ao identificá-lo, definir o meio adequado de viabilizar o financiamento dos projetos selecionados por cada CDR. Em 2021, foi, ainda, realizada a revisão do Guia para implantação das experiências piloto. Em razão das grandes diferenças entre as regiões do Brasil, inferiu-se necessário a elaboração de um guia que oriente a estruturação do CDR sem tolher as particularidades de cada localidade. Para tanto foram estabelecidos métodos e critérios para: a) instalação de CDR em territórios; b) escolha de instituições gestoras do contrato; c) seleção de coordenador regional; e d) seleção de projetos das carteiras. Por fim, em relação a estratégia de comunicação foi estabelecida a necessidade de intensificar a divulgação do Programa CDR, convertendo as agendas de reuniões, audiências e outros eventos em insumos, assegurando maior visibilidade e importância ao Programa e ao MEC, como agente de transformação sócio-econômica, promovendo o desenvolvimento regional através da Educação, assim como a necessidade de dar visibilidade aos parceiros locais como forma de potencializar a articulação do arranjo institucional e consolidar o Programa em âmbito nacional. Entendimentos com a SESu/MEC, ao final de 2021, apontam para uma possível continuidade deste projeto, decisão a ser tomada no começo de 2022.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório do Programa CDR Nacional Revisado.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Apresentação do Programa CDR à Instituição de fomento BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Local: google meet

Período: 09/06/2021 a 09/06/2021

Objetivo: O objetivo da reunião consisti em apresentar o Programa de Centros de Desenvolvimento Regional aos representantes do BID para alinhar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CGEE, identificando convergências com política desenvolvida pelo BID, canalizando as expectativas para potencializar as oportunidades de fortalecimento institucional e financeiro do Programa.

2. Apresentação do Programa CDR à Instituição de Fomento CNPq

Local: Online

Período: 08/07/2021 a 08/07/2021

Objetivo: Apresentar ao Presidente do CNPq levantamento de Bolsas de pesquisa demandadas pelos projetos-piloto do Programa CDR com vistas a concessão pelo CNPq das referidas bolsas como contrapartida federal aos projetos financiados pelas Fundações de Amparo à Pesquisa que contemplaram os CDR da Região metropolitana de Belém e o CDR Campina Grande.

3. Apresentação do Programa CDR à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

Local: online

Período: 14/10/2021 a 14/10/2021

Objetivo: Apresentação do Programa Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) pelo CGEE para a equipe do Ministério com vistas ao alinhamento das principais diretrizes do programa em convergência

com a política desenvolvida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no sentido do fortalecimento para a institucionalização do Programa no âmbito do Ministério da Educação.

Programa 4

Mapa da Educação Superior no Brasil

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2021

O Mapa da Educação Superior do Brasil (MESUP) é um projeto desenvolvido sob demanda da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, encerrado em junho de 2021, com o objetivo principal de gerar e sistematizar um conjunto de informações estratégicas relativas ao mercado de trabalho dos profissionais de nível superior e a formação desses quadros no País, com vistas a contribuir para o planejamento da oferta de educação superior no Brasil nos próximos anos. No período anterior foi elaborado o relatório no formato web com a caracterização da formação de nível superior no período 2010 a 2017, a partir dos dados do Censo da Educação Superior, (Inep/ MEC), que, combinados com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/ME), permitiu obter um quadro detalhado dos diplomas outorgados, do perfil dos egressos e da sua inserção setorial e ocupacional no mercado de trabalho, sempre que essa inserção implicou num vínculo de emprego formal. Nesse último período, foram incorporadas novas análises aos capítulos de remuneração e de desempenho regional. Também foram aperfeiçoados gráficos, padrão de cores, navegação, download de gráficos e tabelas. A análise sobre a estratégia de divulgação dos estudos sobre a educação superior indicou que a disponibilização, no mesmo ambiente na web dos estudos já tradicionais sobre mestres e doutores, deve contribuir para aumentar a visibilidade desses novos estudos. Assim, o site de RHCTI do CGEE foi reformulado e os desenvolvimentos de webdesign e TI realizados, de modo a hospedar o relatório web da educação superior. O relatório formação em nível superior e emprego formal está disponível em <<https://www.cgee.org.br/web/rhcti>>.

Listagem dos principais produtos:

1. Versão final do Mapa da Educação Superior no Brasil.

Linha de Ação III - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I

Programa 16

Subsídios para a modelagem de um núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária

Situação: Andamento

Dada a formalização do projeto por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de

2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho detalhado, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto no MAPA.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho Detalhado.

Subsídios para a elaboração de Política Nacional de Infraestrutura da Qualidade e modelo de governança do CONMETRO

Situação: Andamento

A origem desse projeto foi motivada pela publicação da Portaria INMETRO nº 334, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê de Supervisão e do Grupo de Trabalho para assessorar o Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro na elaboração da Proposta de Política Nacional de Infraestrutura da Qualidade, o que levou o INMETRO a manter entendimentos iniciais com o CGEE, dada a experiência do Centro em processos relacionados com a geração de subsídios para a formulação de políticas públicas. Uma vez que a formalização do projeto se deu por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho detalhado, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto no INMETRO.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho Detalhado.

Programa 12

Inovação para o Desenvolvimento Nacional: Subsídios Técnicos para Políticas Públicas

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2021

Este projeto foi encerrado ao final do primeiro semestre de 2021 por conta do aprimoramento do processo de geração de subsídios técnicos para o MCTI na área de gestão da inovação. Com isso, nova proposta de trabalho resultou na implantação do Projeto de Atividade "Serviço de Assessoramento no Monitoramento, Avaliação e Produção de Subsídios Técnicos para a Inovação", o qual está estruturado em quatro linhas de atuação que visam apoiar o MCTI como Ministério, especialmente no seu papel de Secretaria Executiva da Câmara de Inovação do governo Federal. Adicionalmente, as atividades executadas no decorrer do projeto apoiaram a construção da proposta da Estratégia Nacional de Inovação e dos seus Planos Temáticos,

aprovadas pela Câmara de Inovação em sua primeira reunião. O último produto do projeto foi a elaboração do "Apêndice Teórico da Estratégia Nacional de Inovação", documento de apoio à divulgação e apresentação da Estratégia e sua construção. Finalmente, os principais produtos resultantes do projeto são: i) relatório contendo subsídios técnicos para a elaboração da Estratégia Nacional de Inovação. Entre os documentos que compõem esse produto destacam-se a relatoria das oficinas, o relatório de compilação dos estudos que geraram o diagnóstico da Estratégia Nacional de Inovação e o relatório de análise da consulta pública realizada; ii) minuta da Estratégia Nacional de Inovação; iii) consolidação dos estudos para elaboração da Estratégia Nacional de Inovação; e iv) proposta de "Modelo de Serviço" a ser prestado pelo CGEE no contexto do apoio a ser prestado futuramente ao MCTI.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório final consolidado de elaboração da Estratégia Nacional de Inovação.

Subsídios para criação, construção e implantação de Laboratório de Biossegurança Nível 4 no Brasil

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2022

Título do projeto: Subsídios para criação, construção e implantação de Laboratório de Biossegurança Nível 4 no Brasil

Situação em 31/12/2021

Com o objetivo de subsidiar as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, bem como as do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução GSI/PR nº 7, de 20 de agosto de 2020 (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), no âmbito da Biossegurança e Bioproteção, o projeto Subsídios para criação, construção e implantação de Laboratório de Biossegurança Nível 4 no Brasil, formalizado com a celebração do 23º Termo Aditivo em 24 de dezembro de 2020, apoiou a elaboração da proposta de criação, construção e implantação do laboratório de máxima contenção biológica, fundamental para a ciência, a tecnologia e a inovação, inclusive por meio de subsídios técnicos gerados, na medida da necessidade, por três subgrupos:

1) para a elaboração do estudo de viabilidade; 2) de recursos orçamentários; e 3) de projetos de capacitação. O laboratório NB4 será uma instalação de uso múltiplo, civil e militar, público e privado, voltado para o diagnóstico, pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico com agentes e produtos biológicos de máximo risco que afetam a saúde humana. De acordo com a proposta, e conforme análise de forças, fraquezas, riscos e oportunidades, a melhor alternativa para a construção e operação do LNMCB, dentre as opções avaliadas, foi o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Esta opção tem como diferencial a possibilidade de integração com o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron para estudo e pesquisas in vivo de animais.

As principais ações do projeto desenvolvidas no ano de 2021 foram:

- 1) apoio na realização do Seminário Internacional Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB), que ocorreu entre 9 e 11 de março de 2021;
- 2) produção e publicação do livro - Seminário Internacional Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB). Relatório final;

3) apoio na impressão e diagramação do livro RELATÓRIO FINAL GT NB-4 - Proposta para a construção do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB);

4) apoio ao MCTI no GT da PNBB na estrutura e revisão da minuta do Decreto da Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção,

Cabe destacar que tanto a proposta de criação, construção e implantação do laboratório de máxima contenção biológica, quanto a minuta do Decreto da Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção, aguardam posterior aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) da Casa Civil - Presidência da República.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório anual dos estudos realizados para subsidiar a criação, construção e implantação de laboratório de biossegurança nível 4 no Brasil.

Programa 11

Arquitetura digital de inteligência de negócios do MCTIC

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2022

Alguns fatos relevantes impactaram o desenvolvimento do projeto no decorrer do segundo semestre de 2021. Dentre os mais importantes, destacam-se a ocorrência de mudanças de gestão em unidades organizacionais diretamente relacionadas aos temas estratégicos escolhidos e a implementação das alterações de infraestrutura de TI do MCTI, decorrentes da Medida Provisória Nº 980, de 10 de junho de 2020, que altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações. Vale ainda mencionar os casos de Covid-19 na equipe, que impediram que as ações fossem conduzidas em um plano de normalidade enquanto às participações e envolvimento previstos. Essas intercorrências implicaram, na linha do desenvolvimento experimental, em redefinição de temas estratégicos estabelecidas no primeiro semestre e na interrupção de acesso ao data lake implantado no Ministério. Assim, em deliberação conjunta com o Departamento de Governança Institucional - DGI, adotou-se como prioridade a revisão do Painel da Lei do Bem (segunda versão para o tema estratégico em questão), a elaboração de painéis para a Lei de TIC e Padis (como quarto tema estratégico). Nova extração de dados para a Lei do Bem foi empreendida. Como essa atividade foi afetada por várias semanas pela indisponibilidade da infraestrutura de TI do Ministério, a conclusão da nova versão dos painéis foi adiada para o início de 2022. Os painéis da Lei de TIC e Padis aguardam a disponibilização dos dados por parte do MCTI. Como resumo dos resultados alcançados, apontam-se: i) a implantação de três (dos oito) temas estratégicos previstos, a saber: Lei do Bem, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e Indicadores da Coordenação de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação - COICT; e ii) a implementação parcial da segunda versão dos painéis da Lei do Bem, e projeto dos painéis da Lei de TIC e Padis (quarto tema estratégico). Em paralelo às ações mencionadas, foi concluída a nova versão do modelo de processos alinhado com a Arquitetura Digital, debatida com o

Departamento de Tecnologia da Informação, incluindo o desenho da arquitetura de informação que o data lake implementa, considerando os quatro temas estratégicos trabalhados. Outro resultado alcançado foi a definição do CKAN como ferramenta de catálogo de dados e sua implantação na infraestrutura de TIC do Ministério, com apoio do CGEE. Essa decisão é relevante tendo em vista a importância que um catálogo de dados tem para uma arquitetura digital para o data lake.

A continuidade do projeto em 2022 requer a revisão de cronograma de trabalho originalmente proposto e nova rodada de definições de temas estratégicos que seja compatível com o tempo disponível para o projeto e a disponibilidade de engajamento das unidades organizacionais do MCTI envolvidas com os temas selecionados. O estudo culminará com uma análise tecnológica de arquiteturas digitais e o comparativo entre a situação implantada no Ministério e as principais tecnologias disponíveis e tendências que possam indicar necessidades de melhoria da arquitetura digital no futuro.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório anual da modernização da arquitetura digital de inteligência de negócio do MCTI, contemplando os painéis temáticos elaborados.

Atividade - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCTI

A Atividade está estruturada em torno do desafio estratégico de "Expansão, consolidação e integração do Sistema Nacional de CT&I", constante da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia 2016 - 2022. O SNCTI tem enfrentado dificuldades nos seus processos de articulação, alinhamento, integração e convergência em interesses temáticos vis-à-vis prioridades nacionais e internacionais. Acrescente-se a este processo a realidade econômico-fiscal atual por que passa o País nacional, o subfomento/subfinanciamento da CT&I, e a precária situação da institucionalidade e, particularmente, a baixa integração dos aparatos de pesquisa pública e privada. Tendo por paradigma que CT&I são os melhores instrumentos para o desenvolvimento econômico-social, geração de emprego e renda, promoção de qualidade de vida, e fortalecimento da soberania nacional, diversas iniciativas foram construídas ao longo dos anos, por exemplo, a Emenda Constitucional nº 85/2011; a Lei do Bem em CT&I (Lei nº 11.196/2005); a Lei de "incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica" (Lei nº 10.973/2004, alterada pela Lei 13.243/2016); a Lei de Organizações Sociais (Lei nº 9.637/1998); e, mais recentemente, a Lei de Fundos Patrimoniais (Lei nº 13.800/2019). A despeito da boa concepção das mesmas, todas sofreram, e continuam a sofrer, percalços na articulação, implementação e gerenciamento, indicativos de lacunas na governança do SNCTI que precisam ser equacionadas. O CGEE, ao longo de sua história, adquiriu competência relevante no apoio ao desenvolvimento e gestão de diversas instâncias do SNCTI, seja nas análises de convergência programática em temas de natureza estratégica, na geração de subsídios técnicos para a formulação e posterior avaliação de impacto da legislação de apoio ao desenvolvimento da CT&I nacional e na criação de novas institucionalidades em um sistema que se sofisticava progressivamente ao longo dos anos. Esta Atividade pretende, portanto, focar em atividades que promovam intervenções estratégicas para o aprimoramento permanente do SNCTI e na construção de novos formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI, devendo incorporar, paulatinamente, outros tipos de subsídios à gestão estratégica que também interessem ao SNCTI, em especial naquilo que se refere à atuação do MCTIC. Os trabalhos a serem conduzidos visam, sobretudo, superar os entraves institucionais que se colocam de forma mais pontual ou transversal ao SNCTI naquilo que se refere à sua

nível inclusive apoiando com informações e subsídios o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT e o aperfeiçoamento, articulação e racionalização dos diversos marcos legais e instrumentos de financiamento que permitam posicionar a CT&I brasileira orientada para os desafios presentes e futuros da sociedade brasileira, com visão estratégica de longo prazo. A inserção dessa Atividade na estrutura programática conduzida pelo CGEE se justifica, também, por se tratar de um conjunto de atividades de natureza permanente no desenvolvimento do SNCTI, razão pela qual não há como se antecipar todas as necessidades e possibilidades futuras de aprimoramento do Sistema a partir das dinâmicas que são próprias da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como superar cenários impostos pela EC nº 95/2016 (Teto de Gastos) que indica a absoluta necessidade de buscar novas alternativas de financiamento. Os relatos dos projetos que compõem essa Atividades são apresentados a seguir.

Intervenções estratégicas para o aprimoramento contínuo do SNCTI

Situação: Andamento

A demanda por esse projeto teve origem na alta administração do MCTI, a partir da compreensão de que o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação carece de mecanismos e instrumentos eficazes para a sua gestão, percepção que é compartilhada por todos os atores deste Sistema. Nesse contexto, o estudo das unidades de pesquisa vinculadas ao MCTI tem por objetivo construir uma visão técnica e contextualizada das unidades de pesquisa ligadas ao MCTI objetivando potencializar suas atuações e aumentar a eficiência de gestão, tendo como resultado uma maior capacidade de entrega à sociedade e alinhamento às políticas públicas e estratégias de Ciência, Tecnologia e Inovação. No início de 2021, iniciou-se uma segunda fase do projeto, com a apresentação ao MCTI de novas propostas de produtos a serem desenvolvidos no ano, sendo: P6 - Proposta de Plano de Ação da potencialização da gestão (modelo e mais 3 planos de unidades vinculadas a serem definidas); e P7 - Proposta de Plano de Implementação de uma das unidades vinculadas (modelo). Após alinhamento das unidades a serem contempladas com esse primeiro produto (P7)(CETENE, INMA e CBPF), partiu-se para o desenvolvimento da metodologia a ser utilizada, bem como o desenho inicial do modelo. Posteriormente, iniciaram-se as visitas técnicas a essas unidades para trabalho conjunto com as respectivas equipes de colaboradores e gestores das unidades. O trabalho teve como base as matrizes das dinâmicas aplicadas nas unidades na primeira fase (2020). Após as visitas presenciais da equipe do CGEE às unidades, foram realizados encontros virtuais para alinhamento e aprimoramento dos documentos técnicos finais de cada unidade. Para construção do P7, a equipe do CGEE contou com consultores especializados na área de metodologia de planejamento estratégico, levando em conta todo o material coletado em fases anteriores do projeto. Ressalta-se que os principais pontos de dificuldade encontrados durante o ano de 2021 e que tiveram impacto na implementação da metodologia do estudo foram: i) o isolamento social devido à pandemia da COVID 19, dificultando a compatibilização de agendas para a realização de visitas técnicas; e ii) mudanças frequentes na interlocução do CGEE no MCTI (SEXEC, SUV e CGPS).

Para o ano de 2022, o CGEE dará continuidade à elaboração dos Planos de Ação para três unidades vinculadas, dois Planos de Implementação, proposta de um modelo jurídico-administrativo de uma nova instituição para a macro gestão das unidades, para fins de tomada de decisão pela alta administração do MCTI.

Além disso, o CGEE apoiará a elaboração dos Planos Diretores das Unidades (PDU) que estava em negociação no primeiro semestre de 2021. Considerando as vigências dos referidos Planos Diretores, dezesseis unidades de pesquisa irão receber o apoio ainda em 2022. Para auxiliar na elaboração dos PDU

serão selecionados e contratados consultores especializados em planejamento estratégico mas, também, com perfil científico para atender as especificidades de cada unidade.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de implementação Piloto (uma unidade de pesquisa).
2. Plano de Ação I Piloto (3 unidades de pesquisa).

Formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI

Situação: Andamento

Os trabalhos desenvolvidos nesse projeto estão inseridos na Atividade de Subsídios técnicos para a Gestão Estratégica do SNCTI, estruturada em torno do desafio estratégico de "Expansão, consolidação e integração do Sistema Nacional de CT&I", constante da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia 2016 - 2022.

O projeto pretende focar em ações que promovam intervenções estratégicas para o aprimoramento permanente da matriz de financiamento do SNCTI através da construção de novos formatos, devendo incorporar, principalmente, aprimoramentos nos instrumentos financeiros para o capital privado no desenvolvimento do potencial nacional em temas estratégicos definidos pelo MCTI. Ainda em 2020, foram realizadas atividades de pesquisas e análises culminando como produto em um relatório recomendando melhorias na utilização dos instrumentos de financiamento de CT&I no Brasil e selecionando aqueles mais promissores. Já em 2021, foram executadas atividades que permitiram iniciar a entrega de produtos que efetivamente contribuem para o desenvolvimento de CT&I no Brasil através do aprimoramento da utilização de alguns instrumentos financeiros, permitindo as seguintes entregas: a) lançamento e conclusão de curso de 44 horas sobre Fundo Patrimonial com 54 participantes representando 23 instituições, a grande maioria de fundações de apoio ligadas ao MCTI. O curso utilizou técnicas de EAD e andragogia e contou com 3 professores reconhecidos no mercado pela sua reputação na criação, gestão e captação para Fundos Patrimoniais. O curso envolveu a realização de 3 webinars abertos ao público através dos canais do Youtube do CGEE e do MCTI. Os bons resultados atingidos nas avaliações feitas confirmam que curso é um bom canal de transferência de conhecimento e estímulo a mudanças nas entidades que compõem o SNCTI; b) lançamento do primeiro canal de conteúdo e serviços para o investidor do ecossistema de CT&I pelo MCTI, desenvolvido com o apoio do CGEE. Utilizando a marca "InvestMCTI", o portal está incorporado a uma plataforma digital que oferece serviços como, por exemplo, um catálogo de projetos de CT&I a serem financiados e a captura de potenciais detentores de recursos financeiros não orçamentários. Dentro desta frente de trabalho, o CGEE apoiou o MCTI em: i) interlocuções com os institutos de pesquisa sobre a seleção de projetos de interesse de investidores privados, além de outras organizações do Brasil que atualmente atuam na captação de recursos financeiros não orçamentários; ii) e atividades de prospecção realizadas pela equipe do MCTI, em destaque as realizadas na feira realizada em Dubai. c) propostas de estatutos para duas novas organizações gestoras de recursos não orçamentários, dois modelos operacionais distintos, uma delas apoiada pelo Lei 13.800/2019 utilizando o instrumento de Fundo Patrimonial através de uma OGFP (Organização Gestora de Fundo Patrimonial). Ambas as instituições têm

como objetivo captar e transferir mais recursos privados para projetos de desenvolvimento de CT&I no Brasil; d) algoritmos baseados em ciência de dados que possam ser oferecidos como serviços aos investidores e tomadores de recursos para projetos de CT&I. Esta entrega consistiu em difundir, nas equipes técnicas do CGEE e do MCTI, o conhecimento sobre tecnologias que possam ser utilizadas e a aplicação de melhorias no produto PPF - Portfólio de Produtos Financeiros, automatizando parte do trabalho de pesquisa por fontes de recursos para o financiamento de pesquisas; e e) relatório "2020/21 KSP Policy Consultation Report Brazil Enhancing the National System for Science, Technology, and Innovation in Brazil, em apoio ao MCTI no acompanhamento do programa KDI/KSP que faz parte do acordo de colaboração entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia do Brasil e Coréia do Sul. Os resultados obtidos até então no projeto orientarão a continuidade dos trabalhos em 2022, fortalecendo a CT&I no país através da maior participação de recursos financeiros privados no financiamento do SNCTI.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório consolidado anual dos resultados da implantação de práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI (2021).

Subsídios para as Câmaras 4.0, inclusive quanto aos seus impactos na transformação digital no Brasil

Situação: Andamento

O projeto visa elaborar estudos estratégicos para acelerar a transformação digital no Brasil a partir de uma análise das quatro verticais definidas como prioritárias pela Estratégia Brasileira para Transformação Digital - E-digital (Saúde, Agropecuária, Indústria, Cidades Inteligentes Sustentáveis e Turismo). A fim de propor ações para impulsionar as atividades das Câmaras 4.0, o projeto objetiva contribuir com o aprimoramento e a produção de políticas públicas. As linhas de atuação no âmbito do projeto são: a) apoio na atualização da E-digital; b) elaboração de notas técnicas para apoio às atividades das Câmaras 4.0; c) proposição de indicadores para composição da "Plataforma de Diagnóstico de Nível de Maturidade de Cidades Inteligentes", d) indicadores de inteligência artificial; e) Observatório da Transformação Digital. No primeiro semestre de 2021, no âmbito das atividades para a atualização da Estratégia Brasileira de Transformação Digital, foi proposto um planejamento inicial indicando a elaboração de uma série de produtos e atividades, dentre os quais um diagnóstico da situação da Transformação Digital nas Câmaras 4.0, assim como a realização de oficinas para discussão e proposição de novas ações a serem incorporadas em uma nova versão da estratégia. Adicionalmente a esta ação, foi estabelecida a execução de uma consulta pública. Ainda no primeiro semestre, foram realizadas discussões de refinamento do escopo do trabalho, definição de potenciais consultores que foram selecionados pela equipe do CGEE e discussões acerca das oficinas, tanto em termos de potenciais participantes quanto de metodologia e objetivos a serem alcançados.

Dando sequência ao planejamento, após a elaboração de um diagnóstico sobre Transformação Digital no Brasil, foram realizadas entre os dias 21 a 24 de setembro, as oficinas com especialistas para discussão e proposição de novas ações a serem incorporadas na nova versão da estratégia. As oficinas contaram com a participação de mais de 100 pessoas e resultaram em 100 propostas de ações consolidadas. Buscando reduzir o risco de conflito de agendas e limitação da participação nas oficinas, em 10 de novembro foi

lançada uma etapa de entrevistas digitais, por meio de formulário, buscando aumentar os meios de participação de especialistas no processo de atualização da e-digital.

Essas entrevistas foram realizadas por eixo e contemplavam questões relacionadas aos diagnósticos, às ações necessárias e a visão de futuro para a e-digital. Após a consolidação das contribuições, apresentou-se a proposta da consulta pública ao MCTI e CITDigital a qual foi lançada em 23 de novembro com previsão de encerramento em 14 de janeiro de 2022. Cabe destacar que foi notada uma dificuldade de engajamento dos atores no processo de atualização, em especial devido à falta de disponibilidade de agenda para participação nas atividades previstas no prazo estipulado.

No âmbito do trabalho das notas técnicas, decidiu-se pela redação de um documento para o grupo de trabalho de Regulação, Normalização Técnica e Infraestrutura, avaliando os conteúdos das normas técnicas já elaboradas e, em elaboração dos comitês de normalização selecionados. Definiu-se ainda pela redação de duas notas técnicas para apoio à Câmara Agro 4.0, relativas ao Mapeamento do Ecossistema de Inovação Agrícola e ao tema de Conectividade Rural no Brasil, cujo os escopos foram discutidos e aprovados pela respectiva Câmara. Vale ressaltar que os planos de trabalho já foram definidos e o acesso às bases de dados de interesse serão viabilizados. A nota técnica de Ecossistema de Inovação Agrícola está sendo desenvolvida, com previsão de entrega em fevereiro de 2022 e a nota técnica de Conectividade Rural, foi suspensa pelo MCTI, tendo em vista que o conteúdo definido para o documento já estava sendo elaborado por outras iniciativas governamentais.

Em relação às ações no âmbito da Câmara de Cidades 4.0, foi definido o escopo do projeto por parte do Ministério, o qual refere-se a identificação e disponibilização de indicadores já disponíveis nos seguintes projetos ou ações em execução no CGEE: "Regiões Metropolitanas", "OICS" e "CDR", com o objetivo de complementar aqueles disponíveis na "Plataforma de Diagnóstico de Nível de Maturidade de Cidades Inteligentes". No entanto, houve decisão de suspensão das atividades em decorrência de restrições orçamentárias.

No que se refere à elaboração de Indicadores de Inteligência Artificial, foram realizadas reuniões com o MCTI para a definição de escopo e orçamento para a linha de atuação. Em dezembro foi entregue uma primeira proposta de metodologia de trabalho, a qual será discutida com o grupo de governança no início de 2022.

Finalizando as atividades de 2021, o MCTI demonstrou interesse pela criação de um observatório da Transformação Digital, o qual terá escopo definido em reuniões entre as equipes do CGEE e MCTI no início de 2022.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório parcial contendo Prognóstico da situação da Transformação Digital nas Câmaras 4.0.

Serviço de assessoramento no monitoramento, avaliação e produção de subsídios técnicos para a inovação

Situação: Andamento

Este projeto de Atividade, tem como objetivo fornecer, de forma permanente, subsídios técnicos para atividades vinculadas à Política Nacional de Inovação e assessorar o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI em suas atribuições, no âmbito da Política Nacional de Inovação. O escopo do projeto está dividido em quatro linhas de ação: i) apoiar a Câmara de Inovação na gestão e implementação de suas iniciativas estratégicas; ii) fornecer subsídios técnicos em apoio à tomada de decisão; iii) apoiar no monitoramento da Política Nacional de Inovação e seus desdobramentos; e iv) apoiar a avaliação da Política Nacional de Inovação (PNI). Sobre a primeira linha de ação, foram executadas atividades de apoio aos grupos de trabalho instituídos pela Câmara de Inovação. Além disso, o CGEE foi um dos responsáveis pela organização da II Reunião Ordinária da Câmara de Inovação, que ocorreu na Casa Civil em novembro. Para a linha de ação "Fornecer subsídios técnicos em apoio à tomada de decisão", o CGEE avançou nos dois estudos encomendados pelo MCTI, a saber: i) Retorno de Investimento das Políticas de Incentivo à Inovação operadas pelo MCTI; e ii) Demanda Reprimida por Recursos Destinados à Inovação. Para ambos estudos, houve um trabalho de redefinição de escopo, causado pela dificuldade de acesso aos dados. Além disso, foi solicitado ao IBGE cruzamentos especiais de dados e foi feito um trabalho com os estatísticos do CGEE de limpeza e tratamento das bases de dados. Por fim, foi iniciado, já no final do ano, o cruzamento das bases para analisar a lei de Informática. Tais estudos dependem ainda de acesso a dados sigilosos do MCTI, IBGE, Finep, Embrapii, dentre outras instituições, aspectos que estão sendo tratados pelas administrações das instituições mencionadas. Em relação a linha de ação: "Apoiar no monitoramento da Política Nacional de Inovação e seus desdobramentos", foi entregue a cesta de indicadores para o MCTI, bem como o piloto do processo de monitoramento da política, em adição ao exame das possibilidades de uso de programas de avaliação e monitoramento da política. Para quarta linha de ação, "Apoiar na avaliação da Política Nacional de Inovação", foram realizados entendimentos entre o MCTI e o CGEE voltados para o alinhamento das ações de avaliação da PNI a serem conduzidas em 2022.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório circunstanciado da elaboração do primeiro estudo temático do ano.
2. Relatório circunstanciado da elaboração do segundo estudo temático do ano.
3. Relatório de monitoramento da Política Nacional de Inovação e seus desdobramentos.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Primeira Reunião Ordinária da Câmara de Inovação de 2021

Local: RNP

Período: 11/05/2021 a 11/05/2021

Objetivo: Apresentação da Estratégia Nacional de Inovação e dos Planos de Ação Temáticos. Deliberação sobre a aprovação da Estratégia. Aprovação de Grupos consultivos temáticos

Atividade - Notas Técnicas

A Atividade se insere nos Planos de Ação do Contrato de Gestão, de forma a permitir a realização de notas técnicas em áreas do conhecimento e temas de natureza estratégica que não estejam sendo tratados dentro do escopo de projetos de Atividades ou de projetos temáticos constantes do Contrato de Gestão. Isto facilita a geração de subsídios à tomada de decisão com bastante agilidade, qualificando esse processo dentro dos prazos previstos para tal. Essa atividade compreende a elaboração de Notas Técnicas cujas temáticas são definidas por demandas oriundas do próprio Centro ou do Órgão Supervisor. Correspondem a uma apreciação técnica no contexto dos objetivos do Contrato de Gestão mantido entre o MCTI e o CGEE ou ainda a uma abordagem sumária referente a considerações técnicas relativas a algum tema de interesse para o desempenho da missão do Centro. As Notas Técnicas deverão conter, quando couber e preferencialmente, os seguintes tópicos (1) título; (2) resumo; (3) conteúdo principal; (4) palavras chave; e (5) referências bibliográficas

Notas Técnicas

Situação: Andamento

Ao longo de 2021, não foram realizadas Notas Técnicas de natureza ad hoc por demanda do MCTI ou de interesse para o próprio CGEE fora do escopo dos Projetos Temáticos e Atividades conduzidos pelo Centro.

Atividade - Reuniões de Especialistas

A Atividade se insere nos Planos de Ação do Contrato de Gestão, de forma a permitir a realização de reuniões de especialistas em áreas do conhecimento e temas de natureza estratégica que não estejam sendo tratados dentro do escopo de projetos de Atividades ou de outros projetos conduzidos pelo Centro. Isto facilita a geração de subsídios à tomada de decisão com bastante agilidade. O CGEE conta com grande capacidade e agilidade para organizar reuniões de especialistas em temas candentes, de forma a gerar subsídios à tomada de decisão dentro dos prazos em que estes são requeridos. O procedimento adotado para tal envolve a formalização por parte do MCTIC ou de outras instituições do SNCTI por meio desse Ministério, indicando o tema a ser abordado, a data e, quando possível, nomes de eventuais participantes. Se solicitado, o CGEE poderá registrar os resultados das reuniões de especialistas por meio de gravação e produção de ajudas à memória.

Reuniões de Especialistas

Situação: Andamento

Não foram realizadas Reuniões de Especialistas no período coberto por este relatório.

Linha de Ação IV - DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CT&I

Programa 18

Pensar Alcântara 2040

Situação: Andamento

Dada a formalização do projeto por ocasião da celebração do 31º Termo Aditivo, em 30 de dezembro de 2021, as atividades concernentes ao seu desenvolvimento limitaram-se à fase de planejamento e elaboração do plano de trabalho detalhado, compreendendo, ainda, a seleção e contratação de consultoria externa especializada, constituição de equipe interna e outras definições conduzidas com o ponto focal do projeto no MCTI- SEAPC.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de Trabalho Detalhado.

Atividade - Produção e disseminação de informação

Esta Atividade visa apoiar a edição, impressão e distribuição de publicações derivadas de estudos realizados pelo CGEE no âmbito do Contrato de Gestão, de forma a facilitar a internalização dos resultados obtidos junto a interessados e tomadores de decisão. Justifica-se, ainda, pela carência de estudos publicados na língua portuguesa seja no que diz respeito a abordagens metodológicas utilizadas em prospecção avaliação estratégica e gestão da informação e do conhecimento, ou sobre temas estratégicos relevantes para o futuro da ciência da tecnologia e da inovação no País. Na execução de cada Plano de Ação, a diretoria do Centro identifica um conjunto mínimo de publicações a serem produzidas de forma a disseminar informações relevantes contidas nos estudos recentes realizados pelo CGEE. Para isso, o Centro conta com uma equipe que envolve profissionais especializados nos temas tratados, editores, designers e diagramadores. Quando necessário, o CGEE contrata revisores e tradutores de forma a manter a qualidade reconhecida das suas publicações. Os públicos-alvo destinatários das publicações do Centro são selecionados a partir de mala direta contendo nomes e endereços de uma ampla gama de interessados. O alvo estratégico dessa Atividade é o de divulgar as informações e o conhecimento produzido pelo Centro. O relato do serviço que compõe esta Atividade encontra-se a seguir.

Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI

Situação: Andamento

Em 2021, a equipe do Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o SNCTI desenvolveu atividades nas áreas de Jornalismo e Assessoria de Imprensa; Publicidade e Design; Relações Públicas e Eventos; e Editoração. No ano em que o Centro comemora 20 anos, a diretriz estratégica foi trabalhar ações de comunicação para dar ampla visibilidade e repercussão aos trabalhos do CGEE no Sistema Nacional de CT&I e contribuir, com estudos, análises, avaliações e criação de instrumentos de gestão, para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Ao longo do ano, foram realizados 103 eventos que contaram com a participação de autoridades do MCTI e do MEC, compreendendo 2.646 inscritos, 548 instituições e mais de 20.000 visualizações nos vídeos disponibilizados no canal do CGEE no Youtube. Entre esses eventos, destacam-se : 1) o lançamento do primeiro boletim do Observatório de Bioeconomia; 2) o lançamento do "Panorama da Ciência Brasileira: 2015-2020"; 3) o "Seminário Internacional para Coleta de Subsídios para a Construção de Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica"; 4) oficinas da Estratégia Brasileira de Transformação Digital; e 5) o 4º Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Vale destacar ainda as parcerias com a Fundação Dom Cabral para a realização dos webnários sobre economia digital "As 100 questões mais relevantes sobre a economia que move as organizações e países" e os eventos relativos à comemoração dos 100 anos do INT. Para atender a crescente demanda dos eventos virtuais, foram aperfeiçoados os processos de trabalho a aquisição de plataformas para a realização de eventos virtuais e a contratação da ferramenta "Sendinblue", que atende os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), permitindo que as pessoas deixem de receber convites do CGEE a qualquer momento. Todos esses eventos contaram com os trabalhos do setor de Publicidade e Design da equipe da Produção e Disseminação de Informação, que também tem como frente de atuação a divulgação das ações no ambiente virtual. A equipe do projeto conta com apoio de uma empresa de Publicidade e Propaganda, uma de Editoração e um consultor para produção de conteúdo diário para os perfis do CGEE nas mídias sociais (Twitter, LinkedIn, Youtube, Facebook e Instagram), além das publicações e divulgações. Para esses meios de disseminação de informação foram elaborados(as) identidades visuais, banners, convites eletrônicos, folders, capas de livros, vídeos, entre outras peças. De janeiro a dezembro, foram produzidas 1.676 peças gráficas, uma média de 4,5 trabalhos por dia, com diferentes graus de complexidade.

Toda a parte de conteúdo para as mídias sociais, site do CGEE, convites de eventos e e-mails marketing está a cargo do Jornalismo e Assessoria de Imprensa. Nas redes sociais: 1) Para o Twitter, foram postados 830 tweets que resultaram em 2.604 interações e alcance de 12.316 usuários. 2) Para o Facebook, foram produzidos 233 posts, com 1.931 interações. 3) No Instagram, foram 163 posts, com cerca de 5.000 interações. 4) No LinkedIn, foram 196 posts, com 2.200 interações. De janeiro a dezembro, foram produzidas 110 matérias para o site institucional do CGEE, oriundos da cobertura dos eventos organizados pelo Centro, notícias factuais e desenvolvimento dos projetos, gerando 56.500 acessos ao portal. Foram registradas, ainda, 130 inserções na imprensa e em sites de instituições parceiras. Vale ressaltar a divulgação em veículos como o Jornal da Ciência, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); sites e revistas de fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), como a Revista Pesquisa Fapesp; e o portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Além disso, por meio da plataforma "Comunique-se", foram enviados 15 newsletters com resumo das principais notícias para mais de 800 parceiros e associados do CGEE. Outras 12 campanhas com releases foram divulgadas aos mailings de imprensa, que somaram um total de 17 mil profissionais do setor. A equipe redigiu, ainda, 80 e-mails marketings e convites sobre as iniciativas da organização. Na parte de conteúdo digital, registra-se ainda a produção dos vídeos dos projetos Centro de Desenvolvimento Regional (CDR), Octi e do vídeo institucional comemorativo do CGEE.

No âmbito das atividades de edição, o CGEE submeteu à revisão ortográfica e gramatical, tratamento de linguagem, imagem e edição 21 (vinte e um documentos), entre relatórios institucionais, relatórios resultantes de produtos elaborados pelo Centro e textos destinados à produção de publicações. Além da edição 51 da Revista Parcerias Estratégicas, foram lançadas as publicações: 1) "Panorama da ciência brasileira: 2015 - 2020 - Boletim OCTI 2020"; 2) "Resumo Executivo - Diálogo Internacional: Oportunidades

e Desafios da Bioeconomia na América Latina"; 3) 8 (oito) Documentos Técnicos das séries Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho e Indústria 4.0; 4) Boletim temático do OCTI - Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação Ano 2 - Nº 4; e 5) Apêndice teórico da Estratégia Nacional de Inovação. Foram realizadas, ainda, a revisão e edição para entrega dos seguintes documentos ao Ministério da Educação (MEC), referentes ao "Panorama da Educação a Distância (EaD) no Brasil": 1) Expansão da EaD nas IES Públicas Federais; 2) Benchmarking internacional do EaD; e 3) Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil. Além disso, apoiou-se a revisão e o design para finalização dos seguintes documentos referentes à Implantação de Laboratório de Máxima Segurança: 1) Relatório Final GT NB4 + Sumário Executivo; e 2) Relatório Seminário Final.

Esse conjunto expressivo de atividades está alinhado a diretrizes emanadas pelo Conselho de Administração do CGEE, que orientam a diretoria do Centro para o fortalecimento das atividades de comunicação sobre os resultados obtidos, de forma integrada, tanto no âmbito do Contrato de Gestão como no de contratos administrativos.

Listagem dos principais produtos:

1. Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho - Digitalização e relação homem-máquina: mudanças e tendências na legislação em nível global Organização. Brasília; DF: CGEE. 2021, 112slides. v.23.
2. Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho - Estudo sobre relações de trabalho no setor financeiro. Brasília; DF: CGEE. 2021, 92slides. v.25.
3. Apêndice teórico da Estratégia Nacional de Inovação. Brasília; DF: CGEE. 2021, 54slides.
4. Indústria 4.0 Recursos humanos e educação para o mundo 4.0. Brasília; DF: CGEE. 2021, 100slides. v.28.
5. Diálogo internacional Oportunidades e desafios da Bioeconomia na América Latina. Brasília; DF: CGEE. 2021, 32slides.
6. Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho Subsídios para políticas públicas. Brasília; DF: CGEE. 2021, 38slides. v.24.
7. Revista Parcerias Estratégicas nº 51.
8. Boletim Temático da Bioeconomia: Bioeconomia no Brasil e no Mundo - Panorama da Produção Científica. Brasília; DF: CGEE. 2021, 30slides.
9. Relatório Final - Seminário Internacional: Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB) Brasília. Brasília; DF: CGEE. 2021, 72slides.
10. Panorama da ciência brasileira: 2015-2020 ; Boletim Anual OCTI - Ano 1 - Junho 2021. Brasília; DF: CGEE. 2021, 196 p.slides.
11. Gestão otimizada para uso da água na agricultura irrigada. Brasília; DF: CGEE. 2021, 42slides.
12. Panorama da EaD no Brasil. Brasília; DF: CGEE. 2021, 186slides. v.2.
13. Parcerias Estratégicas. Brasília; DF, CGEE, v.26, n.51, Junho, 2021, 196 p.
14. Boletim Temático do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília; DF, CGEE, v.4, n.2, Outubro, 2021, 37 p.

15. Análise dos grupos prioritários de normalização internacional no contexto da Indústria 4.0. Brasília; DF: CGEE. 2021, 210slides.
16. Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil. Brasília; DF: CGEE. 2021, 88slides. ReUni Digital, v.3.
17. Plano de expansão da EaD nas universidades federais. Brasília; DF: CGEE. 2021, 108slides. ReUni Digital, v.4.
18. Benchmarking internacional do EaD . Brasília; DF: CGEE. 2021, 113slides. ReUni Digital, v.01.
19. Percepção das empresas sobre a normalização técnica para a Indústria 4.0 no Brasil. Brasília; DF: CGEE. 2021, 72slides. v.30.
20. Arcabouço normativo para a implementação da Indústria 4.0 no Brasil. Brasília; DF: CGEE. 2021, 210slides. v.29.
21. Materiais de divulgação institucional produzidos em 2021.
22. Relatório 2021 da participação do CGEE em eventos de repercussão nacional.
23. Relatório 2021 sobre ações de Comunicação Integrada implementadas.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovações - 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: A Transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovações para o Planeta

Local: Plataforma Zoom e YouTube

Período: 06/10/2021 a 07/10/2021

Objetivo: O CGEE promove, nos dias 06 e 07 de outubro, três webinars que integram a programação do Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovações - 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), organizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

2. 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - A Transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovações para o Planeta

Local: Parque da Cidade Sarah Kubitschek

Período: 06/12/2021 a 10/12/2021

Objetivo: Disseminação de Informação em CT&I: Serviço de produção e disseminação de informação para o SNCTI

Linha de Ação V - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação

Esta Atividade tem como objetivo gerar inteligência antecipatória para uma melhor compreensão das transformações futuras relevantes para programas e políticas de Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I), por meio do emprego de métodos e ferramentas automatizadas quantitativas e qualitativas. A atividade tem como alvo estratégico monitorar sistematicamente tendências em áreas prioritárias da Estratégia Nacional de CT&I. Tendo este alvo em mente, um dos focos do observatório se dará sobre a avaliação do estágio de maturidade de tecnologias críticas em setores selecionados, tendo o setor espacial como referência para o

desenvolvimento dos principais métodos e ferramentas de observação. Outros setores e temas serão paulatinamente escolhidos para compor um observatório mais amplo para o monitoramento e análise do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação de acordo com políticas públicas e programas estratégicos do Estado brasileiro. Os relatos dos projetos que compõem essa Atividades são apresentados a seguir.

Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE

Situação: Andamento

Em 2021, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) deu continuidade ao monitoramento de tecnologias do setor espacial, mesmo com os seus membros atuando de forma remota, com ênfase para o monitoramento dos lançamentos de CubeSats e para a obtenção de informações sobre estações portáteis de recepção de dados de satélites de pequeno porte, em especial CubeSats. O banco de dados sobre CubeSats foi atualizado e, até 21 de dezembro de 2021, foram recolhidas e disponibilizadas informações sobre 1.616 CubeSats dos quais 292 lançados no ano, número superior ao de 2017 (288), o maior número até então. Dentre as principais atividades do ano, destaca-se a atualização projeto do CubeSat BRISA que visa ao desenvolvimento de um CubeSat capaz de fornecer imagens do território brasileiro nas faixas do visível e do SWIR (do inglês short-wavelength infrared). Nessa linha, a equipe do OTE e seus consultores mantiveram contato com os especialistas que desenvolveram o CubeSat Trisat, que foi lançado com a câmera Nanoimager, que deverá ser usada no BRISA. O objetivo desse contato foi obter informações acerca do desempenho dessa câmera em órbita. Infelizmente, devido a uma falha no circuito de alimentação do satélite, não foi possível ligar a câmera em órbita, de forma que não foram obtidas as informações desejadas. Ainda assim, terão sequência as atividades junto à IMBEL para a aquisição das partes necessárias para a construção da câmera do BRISA.

Outro destaque das atividades conduzidas pelo OTE refere-se à parceria com o Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Embarcados (ISI-SE), de Florianópolis, SC, que está desenvolvendo o projeto da constelação de nano satélites Catarina, cuja definição de missão (MDR - Mission Definition Review) da primeira frota de satélites desse projeto ainda não foi realizada. O CGEE, por meio do OTE, busca incluir o projeto preliminar do sistema de comunicações por CubeSats desenvolvido pelo observatório em 2020 na constelação Catarina, sistema que permite a comunicação ponto-a-ponto duplex, em tempo real, de voz e dados entre dois usuários localizados simultaneamente numa dada região de interesse e na cobertura instantânea do mesmo satélite através, respectivamente, de serviço tático de voz e de serviço tático de dados.

A décima segunda edição do Boletim do OTE foi publicada em junho. Mantendo a proposta dos anos anteriores, essa edição apresentou atualizações nos números de CubeSats lançados e deu destaque a projetos tecnológicos nacionais e internacionais relevantes para o Programa Espacial Brasileiro. Entre os projetos nacionais, o lançamento do CubeSat NanoSatC-Br 2, a Constelação Catarina, o lançamento do satélite Amazônia-1 e a potencial parceria com a Virgin Orbit para disponibilizar locais de lançamento em território brasileiro foram os principais temas dessa publicação. Adicionalmente, foi publicado o décimo terceiro número do Boletim do OTE no fim do ano. O tópico central dessa edição foi o uso da tecnologia de radar de abertura sintética (SAR, da sigla em inglês Synthetic Aperture Radar) em projetos de pequenos satélites, como o RainCube e a Constelação Capella de pequenos satélites meteorológicos. Ademais, foi feita uma atualização sobre os lançamentos do Projeto Blackjack da DARPA (EUA), que busca desenvolver uma constelação de pequenos satélites de baixo custo para o estabelecimento de uma rede de banda larga

de cobertura mundial.

Em relação às produções bibliográficas do OTE, o artigo Towards the Thousandth CubeSat: a statistical overview, publicado no International Journal of Aerospace Engineering (IJAE), vol. 2019, Article ID 5063145 (DOI: 10.1155/2019/5063145), contava, até 31 de dezembro, com 16.408 visualizações, 3.218 downloads, no site do periódico, e com 119 citações no Google Scholar, o que mostra o interesse que esse artigo despertou em termos nacionais e internacionais. De acordo com o IJAE, "this publication is extremely highly cited and has received approximately 18 times more citations than average".

Finalmente, foi elaborado o quinto número da série "Documentos Estratégicos para o Setor Espacial" que trata de estações portáteis de recepção de dados para uso com satélites de pequeno porte. Como parte desse número, foi produzido um projeto preliminar de uma estação portátil de recepção de dados de pequenos satélites, projeto que também interessa à IMBEL, com quem o CGEE vem mantendo contato regular.

Listagem dos principais produtos:

1. Documentos Estratégicos para o Setor Espacial - Estações de solo portáteis para recepção de dados e controle de CubeSats.
2. Relatório anual contendo análises e recomendações do OTE - 2021.

Serviço de Observação em Ciência, Tecnologia e Inovação

Situação: Andamento

Em 2021, as cinco principais frentes de trabalho do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) foram: I) o lançamento do primeiro Boletim Anual do OCTI; II) a construção, a análise e a validação dos Indicadores da Geografia da CT&I no Brasil e a subsequente elaboração do boletim sobre os seus resultados; III) os desenvolvimentos metodológicos, de infraestrutura e dos conteúdos do ambiente eletrônico do OCTI na web, para o lançamento da Plataforma OCTI; IV) avanços e inovações metodológicos nos dois eixos de análise do OCTI, que serão apresentados e divulgados no Boletim Anual 2021, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2022; e V) atendimento a demandas específicas, tanto de outros projetos do próprio CGEE quanto de outras instituições parceiras. O lançamento do Boletim Anual 2020, intitulado "Panorama da Ciência Brasileira 2015-2020", foi realizado no dia 01 de junho em um webinar que contou com a participação de representantes do MCTI, da SBPC e da ABC, comentando os resultados e a importância da iniciativa, além da apresentação dos principais resultados alcançados por parte da equipe e de colaboradores. Assistiram ao evento online (<https://youtu.be/zqCgQxsQNi0>) cerca de 350 pessoas, que contribuíram com comentários e questões encaminhadas à equipe do Serviço. Ao longo do primeiro semestre, além das reuniões realizadas com especialistas em avaliação e acompanhamento de universidades e do MCTI, a equipe do Serviço reuniu-se com representantes da Secretaria de C&T de Pernambuco para apresentar a proposta de indicadores da geografia de CT&I no País. Os resultados dessas discussões alimentaram o conteúdo do Boletim temático sobre "Indicadores de CT&I no Brasil", lançado no dia 06 de outubro. O ambiente eletrônico do Observatório, a Plataforma OCTI, foi desenvolvido com o propósito de disponibilizar uma diversidade de dados, visualizações e representações inovadoras das diversas metodologias e análises desenvolvidas

sobre a produção científica do Brasil e do Mundo, além dos resultados levantados sobre variáveis-chave que condicionam a dinâmica do ambiente de pesquisa, desenvolvimento e inovação nos estados e regiões do Brasil. A Plataforma OCTI foi lançada em 09 de dezembro em um webinar que contou com a participação de representantes do MCTI, SBPC e do Conselho de Administração do CGEE, além de palestrantes do próprio MCTI, da Secretaria de C&T de Pernambuco, da Finep e da UFRJ/Universidade de Utrecht. Ao longo do ano, especialmente durante o segundo semestre, o OCTI obteve avanços e inovações metodológicas em seus dois eixos de análise, que serão apresentados no Boletim Anual 2021. No eixo de Panoramas da C&T, destaca-se a aquisição, tratamento e análise de dados de publicações científicas para a construção de uma base de análise sobre a produção científica mundial. Já para os Indicadores de CT&I, foi realizado o aperfeiçoamento e a revisão do conjunto de Indicadores da Geografia da CT&I no Brasil com pesquisadores e atores-chave do SNCTI tais como o CONFAP e a SECTI/PE.

Na linha do apoio a demandas ad hoc, tanto de outros projetos do próprio CGEE quanto de outros atores do SNCTI, o OCTI realizou e participou dos seguintes trabalhos: I) planejamento e execução dos eventos temáticos em comemoração ao Centenário do Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Foram realizados dois eventos no primeiro semestre sobre soluções sustentáveis, com a participação da equipe do Observatório de Inovação de Cidades Sustentáveis (OICS) do CGEE, e um sobre Bioeconomia, com a participação do Observatório de Bioeconomia (ODBio), também conduzido pelo Centro. No segundo semestre, mais dois seminários temáticos foram realizados, um sobre Produtos para Saúde e outro sobre Tecnologias Digitais, além de um terceiro para a celebração final do centenário do INT. Redes de especialistas e apresentações foram geradas e compartilhadas com os técnicos e pesquisadores do INT, mapeamentos que contribuíram para a definição dos temas a serem discutidos nos seminários e, também, para a escolha dos pesquisadores e gestores convidados como palestrantes; II) por solicitação do OICS foram realizados dois estudos para mapeamento de competências, um sobre mobilidade urbana, para uma parceria com o Núcleo de Transporte Urbano (NTU) sobre mentorias tecnológicas para startups, e outro para levantar subsídios para oficinas com especialistas em temas relacionados a Futures Literacy e Foresight; III) para subsidiar um trabalho do Centro sobre "Ecossistema de Inovação - Agro 4.0", o OCTI mapeou as linhas temáticas e objetos de pesquisa relacionados à agricultura digital. Este trabalho tem forte relação com a linha de monitoramento do Observatório sobre temas emergentes e tecnologias habilitadoras; IV) por demanda da SEFAE/MCTI, foi realizado um mapeamento sobre o cenário da produção científica em edição genômica; e, V) desenho metodológico do trabalho sobre "Mapeamento de competências - docentes e discentes das IFES públicas na área de saúde" e iniciou os trabalhos de definição de escopo do estudo "Mapeamento de competências em educação profissional e tecnológica no Brasil e no mundo", ambos em parceria com o Serviço do CGEE de RH para a CTI e ambos por demanda do MEC.

Importante destacar, ainda, que o Observatório, ao longo do ano: i) deu início a trabalhos para subsidiar as reuniões de discussões de prioridades das Comissões Técnicas do FNDCT, por demanda SEPEF/MCTI, que incluíram mapeamentos temáticos a partir da produção científica no Brasil e no Mundo apresentados nas reuniões dos CTs Biotec, Agro, Saúde e Hidro; e ii) apoiou a geração de subsídios para às Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) no processo de elaboração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia (PNCT), particularmente no acompanhamento e apoio à Comissão Pesquisa, Infraestrutura e Cooperação. Ambas atividades demonstram a importância da observação sistemática de indicadores da CT&I nacional para fins de tomada de decisão de alto nível no País.

Listagem dos principais produtos:

Serviço de informação de RH para CT&I

Situação: Andamento

O objetivo do Serviço de Informação de RH para CT&I é ofertar informações qualificadas para formuladores de políticas e programas, em especial sobre a formação e o emprego de mestres e doutores no País. Visa, também, aperfeiçoar e desenvolver novas ferramentas e estratégias de divulgação dessas informações, de forma a facilitar o seu uso por interessados no tema. Esse Serviço integra a Atividade Observatório de CT&I a partir de 2019 e organiza-se em três frentes principais: 1) articulação institucional para a aquisição de dados, tratamento e cruzamento de dados, a fim de manter atualizadas e ampliar as informações sobre os RH para CT&I; 2) Geração e oferta de dados e informações, em diversos formatos em suporte físico ou digital; e 3) realização de estudos temáticos em temas estratégicos sobre RH para CT&I, como o emprego e outras inserções profissionais, e o apoio a projetos do Centro que tenham esse tema como parte de seus objetivos. Durante o ano de 2021, os esforços se dirigiram para uma primeira etapa de reformulação do site na página do CGEE na Internet, com incorporação de conteúdos da educação superior. Assim, os relatórios em formato interativo na web, que tratam da formação e emprego, tanto de mestres e doutores quanto dos egressos da educação superior, podem agora ser visualizados no mesmo ambiente, além de outras publicações e informações sobre o Serviço. A segunda etapa foi a reformulação do site do Serviço envolvendo o desenvolvimento dos novos painéis de titulação, emprego, remuneração e mobilidade (local da formação e do emprego) de mestres e doutores. Os painéis são totalmente novos, em nova plataforma de software, concebidos para melhorar o desempenho de carga dos gráficos e modernização do design, cores e estilos de gráficos. São utilizados os mesmos dados do estudo mais recentes, titulados entre 1996 a 2017 e empregados formais de 2009 a 2017. Os dados devem ser atualizados tão logo o CGEE tenha acesso aos dados mais atuais. Os painéis contam com filtros para as modalidades doutorado, mestrado acadêmico e profissional, áreas do conhecimento, unidades federativas e regiões. Com vistas a atualizar e expandir os dados disponíveis para o Serviço, esforços permanentes têm sido envidados para acessar bases de dados mais recentes tanto da Plataforma Sucupira, Capes/MEC, quanto da RAIS/ ME. Nesse período, a equipe do observatório obteve acesso aos dados mais recentes da Plataforma Sucupira, por meio do acordo de cooperação técnica CGEE/Capes. Os dados disponibilizados referem-se anos 2017 a 2019. No caso da RAIS, após dificuldades no restabelecimento da articulação para acesso a novos dados, em parte devido a mudanças da estrutura organizacional do ME e MTE, foi possível formalizar a solicitação por meio do envio de toda a documentação prevista e para a qual foi gerado o processo SEI/ME nº 19965.111782/2021-74. Espera-se que, em 2022, o CGEE possa ter acesso aos dados da RAIS 2018 a 2020, fundamentais para análises que se aproximam da realidade atual do emprego de M&D no País. No sentido de ampliar o conhecimento sobre a atuação de mestres e doutores, foi elaborado o estudo que utiliza a base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), gerida pela Receita Federal do Brasil. A sua combinação com informações de mestres e doutores permitiu ampliar a resposta fundamental sobre as atividades de mestres e doutores, para além dos vínculos formais de emprego obtidos pela RAIS. Foi possível identificar que entre os titulados entre 2013 e 2017 o grupo dos doutores titulados no exterior é aquele com maior incidência de sócios em empresas no Brasil (21,4%), em 2018. Entre titulados no Brasil este percentual é de 16,8% para doutores e 17,1% para mestres. Essas participações são também

analisadas em relação às áreas de formação, sexo do titulado, atividade econômica e local da empresa. Esses dados, associados aos de emprego formal e matriculados na pós-graduados, vão delineando o perfil de atuação profissional e empresarial dos egressos da pós-graduação. Estudos complementares sobre a atuação profissional autônoma e desemprego são, da mesma forma, fundamentais para a discussão e promoção de ações de retenção e melhor aproveitamento desses profissionais altamente qualificados para o desenvolvimento nacional.

Listagem dos principais produtos:

1. Estudos de interesse em temas de RH para CTI - Perfil da formação na pós-graduação de sócios proprietários no Brasil.
2. Bases de dados atualizadas.
3. Site de RH para CTI atualizado – 2021.

Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento

Esta Atividade foi criada em função da necessidade do CGEE poder contar, a qualquer tempo, com equipe técnica capacitada para formular alternativas metodológicas com o emprego de métodos e ferramentas no estado da arte das suas aplicações potenciais em estudos de futuro, de avaliação estratégica, de políticas e programas em CT&I e de gestão da informação e do conhecimento. Tem, portanto, como alvo estratégico o de capacitar o Centro no uso de métodos e ferramentas relacionadas com suas áreas nodais de atuação constituindo-se assim em um conjunto de projetos fortemente associados ao desenvolvimento do CGEE como um centro de excelência na sua área de atuação institucional. Nesse contexto, o reconhecimento e análise de padrões nas grandes massas de dados, atualmente acessíveis, permitem multiplicar a capacidade de atuação do CGEE, desde que as técnicas adequadas de extração e tratamento de dados sejam empregadas para obter essa informação. Essa Atividade incorpora, também, as preocupações que o Centro tem com a evolução da legislação associada à gestão de dados e informações pessoais, tais como aquelas trazidas pela edição e entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Os relatos dos projetos que compõem essa Atividade são apresentados a seguir.

Exploração de dados e visualização de informação

Situação: Andamento

O projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informações" visa fortalecer as competências do Centro em técnicas adequadas de extração, tratamento, carga e visualização de dados, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias com base em evidências e ferramentas, ampliando seu portfólio de serviços para clientes internos e externos. Entre os resultados obtidos e principais contribuições no período coberto por esse relatório, destacam-se: 1) Na linha de desenvolvimento de análises de redes de documentos e currículos Lattes, centrada no aprimoramento das ferramentas insightNet e insight Net Browser (iN e iNB) e metodologias associadas, destacam-se: a) Lançamento da versão 3.2.9 da ferramenta iN com: atualização para uso do novo web service do CGEE (banco de dados PostgreSQL),

implementação de um novo tratamento de duplicatas em registros das bases de dados bibliográficos, além de melhorias nos formatos de saída para o iNB que permitirão análises simultâneas de metadados das redes geradas; b) Lançamento da versão 1.7.0 do iNB, incluindo correções de bugs e o tratamento dos novos formatos de saída do iN para permitir análises simultâneas das redes geradas, além do lançamento da sua versão web; c) finalização e testes dos primeiros protótipos de um conjunto de soluções baseadas nos algoritmos já empregados na iN (escrito em Java), mas implementados em Python para cálculo e visualização de redes com volumes de dados pelo menos 10 vezes o volume da versão original; 2) Para a meta de padronização de processos de análise e de desenvolvimento de protótipos, foi realizada a consolidação da lista de melhores práticas elaborada em 2020 a práticas incorporadas pela equipe do projeto ao longo de 2021, sob a forma de um documento contendo uma proposta de padrões para desenvolvimento de protótipos de ferramentas de análise de dados para o CGEE; 3) Foi iniciada uma primeira elicitação de requisitos para a meta "Protótipo de ferramenta de apoio ao desenvolvimento de ambientes customizáveis de análises visuais de dados", que será construído a partir da base criada no ambiente de análise visual de dados desenvolvido em 2020. Além disso, foi avaliada a plataforma Apache Superset para a prototipação de dashboards; 4) Para a consecução do novo objetivo de desenvolver metodologias relacionados à inovação e à proteção de propriedade intelectual, destacam-se os seguintes avanços: a) realização de testes iniciais de construção e evolução temporal de redes de coocorrência de códigos de tecnologias a partir de dados da base de patentes Derwent; b) parte da equipe do projeto fez os cursos introdutórios da Organização Mundial da Proteção da Propriedade Intelectual, para disseminação de conceitos e aprendizado no tratamento de dados de propriedade industrial; c) desenvolvimento de piloto de uma nova metodologia para mapeamento temático de redes de tecnologias (com os nós sendo os códigos IPC e as arestas, suas coocorrências em registros de patentes), validada preliminarmente como contribuição para o boletim sobre economia do Hidrogênio, do projeto "Agenda positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável"; d) realização de pesquisa bibliográfica sobre o estado arte em algoritmos para as análises de dados de propriedade intelectual; e) realização de um primeiro teste de uso de base de dados de patentes nacionais extraídos da publicação Revista da Propriedade Industrial, do INPI; f) realização de reuniões com integrantes dos vários projetos do CGEE com interesse em propriedade industrial para harmonização e priorização de interesses sobre dados de patentes; 5) Foi finalizada a versão inicial de uma plataforma de acesso, através da intranet do Centro, aos protótipos desenvolvidos no projeto com uma arquitetura que compreende: a) alocação dos códigos dos protótipos desenvolvidos ou em desenvolvimento no gitlab gerenciado pela TI; b) definição de um espaço no servidor para acesso por parte dos empregados do CGEE aos protótipos prontos para teste e uso; c) elaboração de uma página com identidade visual para centralizar conceitos, tutoriais e links para os protótipos alojados no servidor mencionado no item anterior, com previsão de atualização e manutenção contínuas de seus conteúdos; 6) Foram realizados workshops com os empregados do Centro, nos quais foram feitos treinamentos em ferramentas disponíveis no Centro para análises de dados de interesse; 7) Como forma de testar possibilidades de futuras implementações em ferramentas próprias do Centro, foram desenvolvidos ou aprimorados os seguintes protótipos de programas: a) desenvolvimento de extrator de dados de patentes registradas em currículos Lattes; b) realização de testes iniciais de algoritmos para transcrição "speech to text", com o propósito de automatizar a gravação de reuniões; c) implementação de melhorias na interface de usuário e na importação de planilhas da ferramenta de visualização de dados categóricos estruturados, desenvolvida em 2020; d) desenvolvimento e testes de uma primeira versão de ferramenta para visualização, análise e transformação de dados numéricos estruturados, incluindo cálculos de 4 tipos

de correlação e exportações de redes dessas correlações, integrando os resultados da ferramenta a análises com o iN; e) evolução do aplicativo para mineração de termos conectores, com a incorporação de funcionalidade para a criação de redes de termos conectados pelas suas relevâncias em textos de um corpus, incluindo uma funcionalidade de exportação dos dados, para análises no iN; f) desenvolvimento de ferramenta para segmentação automática de textos, para a classificação temática de trechos de textos de interesse; h) realização de testes do conceito de um "empacotador" de aplicações, para gerar versões desktop das aplicações web desenvolvidas no projeto; i) criação de uma ferramenta para a consolidação de conjuntos de dados semiestruturados em formato CSV, como os conjuntos baixados do WoS, Derwent e Scopus; j) realização de testes de ferramenta de processamento de grandes volumes de dados (Spark), aplicada à base de artigos do OCTI para o estudo da evasão de pesquisadores brasileiros para o exterior;

8) Ao longo do ano, foi dada continuidade nas reuniões técnicas periódicas sobre conceitos e técnicas inovadoras em Ciência de Dados e Representação do Conhecimento com impacto estratégico para o Centro, com destaque para: a) estudo sobre usos de modelagem de tópicos com base na técnica estatística "alocação latente de Dirichlet", amplamente empregada nos últimos anos em vários contextos do processamento de linguagem natural; b) otimização de modelagem com redes neurais com operadores neurais de Fourier, com possíveis aplicações na identificação de sinais de tecnologias emergentes em dados de patentes; c) discussões sobre algoritmos inovadores para análises dados de patentes; d) realização de estudos, treinamentos e testes de uso das ferramentas de big data da Amazon Web Services; e) realização de estudos, treinamentos e testes de performance de algoritmos de machine learning treinados a partir de anotações de humanos (dados do MCTI) e posterior classificação de websites de interesse para o Ministério; 9) Foi ainda da continuidade às apresentações do Journal Club do CGEE, evento mensal tradicional, dedicado à discussão e ao aprofundamento de aspectos metodológicos (conceitos, métodos e ferramentas) de potencial interesse para uso no Centro. Foram apresentados e debatidos os artigos "Impactos da pesquisa sobre COVID no campo da publicação científica em 2020", "The Future of Future Studies", "The state-of-the-art on Intellectual Property Analytics (IPA): A literature review on artificial intelligence, machine learning and deep learning methods for analysing intellectual property (IP) data", "Quantitative analysis for a better-focused international STI collaboration policy: A case of BRICS", "Purpose of Place - History and Future of The Office ", "Approaches to disruptive change: The contribution of complexity science to futures studies", "Science of science", "Complex scenarios with competing factors", " Higher education and start-up intentions: The role of intellectual capital in entrepreneurial processes" e "Discurso de ódio pelo Facebook: transparência e procedimentos de contenção."

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório de evolução de desenvolvimento de ferramentas de monitoramento, análise e visualização de dados do CGEE.

Boas práticas de gestão de projetos: modelagem e automação

Situação: Andamento

No ano de 2021, o projeto "Boas práticas de gestão de projetos: modelagem e automação" conduziu duas principais linhas de trabalho, a saber: i) manutenção do Certificado ISO 9001 para o Sistema de Gestão da Qualidade do CGEE; e ii) avanços no processo de Transformação Digital do Centro. Em relação ao

Certificado ISO 9001, foram realizadas duas auditorias internas, sendo a primeira nos meses de abril e maio e a segunda nos meses de novembro e dezembro. As auditorias abrangeram toda a carteira de projetos e serviços do Centro, assim como todos processos administrativos que os suportam. Conforme previsto, o BSI - British Standards Institution (organismo certificador ISO 9001) realizou a auditoria externa em junho, que ocorreu dentro dos parâmetros desejados e sem o registro de não conformidades para o sistema de gestão da qualidade, com a recomendação de manutenção do certificado ISO 9001 por mais um ano. No que diz respeito ao processo de Transformação Digital do CGEE, vários avanços foram registrados ao longo do ano, com destaque para a implantação do processo de "Solicitação de Contratação" no segundo semestre. Tal processo, crítico para o funcionamento do Centro e para a execução dos projetos e serviços finalísticos, trabalha de forma conjunta com os processos de "Recebimento, homologação e pagamento de produtos" (implantado no primeiro semestre de 2021) e com o processo de "Atesto de Nota Fiscal - Serviços" (implantado no final de 2020). Adicionalmente, foi implantado o processo de "Solicitação de Alteração Contratual", relacionado com as alterações e aditivos contratuais. Com esses desenvolvimentos, o ciclo de vida dos processos de compras e contratação encontra-se quase completo, faltando apenas a parte de compras de pequena monta (sem contrato) e rescisões contratuais. Tais processos têm implantação prevista para o primeiro trimestre de 2022 e já estão modelados e em fase final de testes. Em relação à integração da plataforma de gestão de processos (SêniorX BPM) com o Sistema Integrado do CGEE, destaca-se o desenvolvimento do Módulo de Gestão de Contratos, que precisará de ajustes para adaptar-se às mudanças e melhorias realizadas nos processos ao longo do segundo semestre de 2021. A previsão para a realização desta integração e entrada em produção do módulo é o primeiro semestre de 2022. Ainda no âmbito das ações voltadas para a Transformação Digital dos processos administrativos do Centro, o projeto deu sequência à automação dos procedimentos relacionados à gestão de viagens corporativas, com a implantação da plataforma eletrônica Pay Track, adaptada para as necessidades do CGEE, no segundo semestre de 2021. Em 2022, o projeto irá apoiar as atividades de transformação digital dos demais processos administrativos do CGEE, tais como os conduzidos pela Coordenação de Comunicação Integrada, processos da área de Recursos Humanos, Gestão Documental, de acordo com prioridades definidas pela diretoria do Centro.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório sobre a transformação digital dos processos administrativos do CGEE - 2021.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Apresentação do Processo de Contratação do Senior X

Local: Plataforma Zoom

Período: 15/10/2021 a 15/10/2021

Objetivo: Apresentar para os empregados da casa o processo de contratação com ênfase na Plataforma Sênior X.

2. Treinamento Senior X - Processo de Solicitação de Contratação (sem contrato)

Local: Google Meet (<https://meet.google.com/gyh-umtd-rux>)

Período: 14/01/2022 a 18/01/2022

Objetivo: Capacitar as equipes administrativas no uso do processo de Solicitação de Contratação sem contrato

LGPD - Conformidade Jurídica e Tecnológica

Situação: Andamento

Atividade - Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento

Título do projeto: LGPD - Conformidade Jurídica e Tecnológica

Situação em 31/12/2021

No ano de 2021, o projeto LGPD Conformidade Jurídica e Tecnológica concentrou seus esforços em realizar um 'setup' inicial com a estrutura fundamental exigida pela nova LGPD e que permita ter a documentação básica para blindagem do que gera maior exposição ao risco, tais como: política para portal/plataforma digital, clausulado contratual, contratos de RH, procedimento terceirizado, documentação de segurança da informação. Nesse sentido o projeto realizou uma "live" de capacitação para os empregados do CGEE, e conduziu três principais linhas de trabalho, a saber: i) Mapeamento e Diagnóstico dos fluxos de dados pessoais; ii) elaboração de documentos para atender as determinações advindas da Lei Geral de Proteção de Dados; e iii) Aprovação dos documentos junto à Diretoria e Conselho de Administração do CGEE, para posterior implementação. No que tange ao mapeamento e ao diagnóstico, a partir da análise documental, técnica e qualitativa com relação aos requisitos legais estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (Lei nº 13.709 de 2018, "LGPD"), bem como da legislação europeia General Data Protection Regulation (GDPR) naquilo que possa ser aplicável, elaborou-se um diagnóstico com gap analysis, para atendimento à nova regulamentação, e foi elaborado de um plano de ação para alcançar aderência técnica e jurídica à legislação. Também foram realizadas entrevista com áreas técnicas do CGEE. Cada entrevista levou em média 90 minutos, com o objetivo de levantar quais são os fluxos de dados pessoais presentes na respectiva área mapeada. No processo de mapeamento dos dados pessoais, foi elaborado um documento contendo os registros das operações de tratamento, o ROPA - Records of Processing Activities. Com relação à produção de documentos, foram concebidos documentos e recomendadas ações a serem implementados nos processos e atividades do CGEE, com a finalidade de garantir sua conformidade à LGPD. Quanto à aprovação e implementação dos documentos desenvolvidos, destaca-se que foram aprovados pelo Conselho de Administração do CGEE o conjunto de documento de blindagem legal da plataforma do CGEE, bem como foram aprovados pela Diretoria os clausulados para os contratos de trabalho, a serem implementados pela área de RH, e os clausulados para os contratos com clientes e prestadores de serviços do CGEE, a serem implementados pela área de Contratos. Um conjunto de documentos orientativos e reguladores do processo de conformidade ainda carecem de aprovação superior para a sua implementação.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório técnico de implementação e adequação das atividades conduzidas pelo Centro em relação à LGPD.

1.2. Quadro Síntese

[illegible]

2. Quadro de Indicadores e Metas - QIM

QIM – QUADRO DE INDICADORES E METAS - 2021

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META QUANTITATIVA	VALOR ATINGIDO	CÁLCULO DO INDICADOR	NOTA
I (peso 3)	Razão entre o número total de produtos concluídos até 31 de dezembro e o número total de produtos pactuados. O denominador da razão mencionada será obtido pelo total de produtos pactuados menos o número de produtos cancelados ou descontinuados mais 1.	48	48	48/48 = 1	PLENA (100%)
II (peso 2)	Razão entre o número de produtos de Projetos de Atividades não entregues no prazo inicial estipulado no Termo Aditivo em que foi pactuado e o número total de produtos pactuados em todas as Atividades	0	0	0/31	PLENA (100%)
III (peso 1)	Razão entre o número de produtos divulgados e o número de produtos concluídos. São considerados “produtos divulgados” aqueles que tenham sido disponibilizados na <i>homepage</i> do CGEE ou publicados em meio impresso. Serão excluídos do cálculo do indicador (numerador e denominador) aqueles produtos cujos resultados sejam considerados sigilosos ou que a publicação inviabilize ações/políticas a serem implementadas pelo demandante.	40	40	40/40	PLENA (100%)
IV (peso 0,5)	Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados de projetos concluídos pelo Centro no ano em avaliação, em conformidade com o subconjunto selecionado de produtos identificados no anexo Demonstrativo de Produtos com prazo de entrega em 31/12. (*)				
V (peso 0,5)	Serão contabilizados os acessos de duração superior a 1 minuto	≥ 15.000	81.385		PLENA (100%)
VI (peso 1)	Será contabilizado o número de <i>downloads</i>	≥ 70.000	168.410		56 PLENA (100%)

VII (peso 0,5)	Avaliar a capacidade de mobilizar atores da sociedade brasileira na realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos elos do processo de geração de conhecimento e de inovação.	≥ 200	548		PLENA (100%)
VIII (peso 0)	Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes quanto à aderência dos produtos constantes do Anexo III aos objetivos estabelecidos nos Planos de Projetos Temáticos. Não serão considerados no cálculo os produtos de Projetos Temáticos que ainda se encontrarem em fase de análise pelos atores relevantes selecionados, por ocasião da avaliação de desempenho do Contrato de Gestão. (**)				
IX (peso 1)	Medir o custo da hora técnica trabalhada no CGEE com relação ao pago no mercado em trabalhos similares	1,25 ≥ Indicador ≥ 0,75 do mercado	88,58%		PLENA (100%)
X (peso 0,5)	Comparar o valor das despesas de manutenção e operação em relação ao valor médio desses gastos no quinquênio anterior	4.982.944,57 – 4.047.980,58	934.963,99		PLENA (100%)

(*) Os resultados obtidos a partir da consulta junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados obtidos pelo Centro no ano de 2021 referentes aos produtos indicados nos anexos: III do 31º e II do 29º Termos Aditivos, serão disponibilizados por ocasião da reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, dado que só podem ser obtidos após as entregas dos produtos ao final de 2021.

()** O procedimento de obtenção e aferição desse indicador foram discutidos entre o Órgão Supervisor, o CGEE e a CAA para a sua efetiva incorporação nas novas métricas de avaliação de desempenho constantes da proposta de novo ciclo do Contrato de Gestão.

3. Informações sobre a gestão da OS

Orientações, recomendações e deliberações dos Órgãos de Controle (TCU e CGU)

Durante o exercício de 2021, o CGEE não foi submetido a nenhuma inspeção *in loco* por parte dos Órgãos de Controle (Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU).

Por outro lado, o CGEE manteve o atendimento às recomendações específicas da CGU feitas em anos anteriores, de forma contínua e atualizada no sistema Monitor. Com a migração do sistema da CGU do Monitor para o E-aud, o CGEE foi solicitado a se cadastrar no novo sistema, o que foi feito em 29/12/2020. A aprovação da lotação no novo sistema se deu em 23/04/2021 e, até o final do ano, não houve recomendações adicionais a serem seguidas.

Adicionalmente, destaca-se que não houve, durante o exercício de 2021, deliberações do Tribunal de Contas da União referentes ao CGEE. Esse monitoramento é realizado via sistema de acompanhamento Conecta-TCU.

Diretoria de Administração e Finanças do CGEE, Coordenações e Assessoria

Com a aprovação do novo Regimento Interno do CGEE (86ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, 18/05/2021), foi constituída a Diretoria de Administração e Finanças do CGEE (Art. 45 do Regimento Interno), bem como eleito seu titular (Art. 27, X, Art. 30, §§ 1º e 2º e Art. 29 caput, do Estatuto, e o disposto no Art. 45, § 2º, do Regimento Interno). Da mesma forma, foram constituídas as seguintes Coordenações e Assessoria, conforme Art. 52 do Regimento Interno:

- Assessoria Jurídica do CGEE;
- Coordenação de Comunicação Integrada e Gestão de Projetos;
- Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Coordenação de Recursos Humanos;
- Coordenação de Serviços e Suprimentos;

- Coordenação de Contratos e Parcerias;
- Coordenação de Finanças e Contabilidade.

Recursos Humanos

a) Força de Trabalho

O CGEE continua empregando esforços para manter um corpo técnico e administrativo constantemente atualizado e em plenas condições de oferecer respostas às demandas recebidas do SNCTI, buscando no mercado nacional e internacional profissionais que possam somar à inteligência interna, sem onerar, substantivamente, a folha de pagamento e o quadro fixo de pessoal.

Em 31/12/2021 o quantitativo de 100 profissionais contratados foi alcançado, sendo: 67 ocupantes do quadro permanente, 28 contratados por prazo determinado e 05 servidores públicos cedidos. Desse total, 17 foram custeados com recursos de contratos administrativos em ao menos 51% dos seus custos. Seguem as informações e o perfil da equipe vinculada ao Contrato de Gestão e a contratos administrativos:

- ✓ 01 – Diretor-Presidente.
- ✓ 02 – Diretores.
- ✓ 38 – Assessores Técnicos, sendo 05 cedidos por órgão da Administração Pública Federal e 33 em regime CLT (quadro permanente).
- ✓ 14 – Profissionais Técnicos Administrativos – PTA – (CLT - quadro permanente).
- ✓ 09 – Profissionais Técnicos Administrativos – PTA– (CLT - contratados por prazo determinado vinculado a duração de uma Atividade/Projeto).
- ✓ 17 – Profissionais Técnicos Especializados – PTE – (CLT - quadro permanente).
- ✓ 17– Profissionais Técnicos Especializados – PTE – (CLT - contratados por prazo determinado vinculado a duração de uma Atividade/Projeto).
- ✓ 02 – Menores Aprendizizes (Lei 10.097/2000) – contratados por prazo determinado.

A caracterização dessa força de trabalho é apresentada em um conjunto de gráficos abaixo, nos quais se demonstrada a estrutura de cargos, faixa etária, nível de escolaridade e tipo de vinculação contratual (prazo determinado ou prazo indeterminado).

Gráfico 1 - Força de Trabalho do CGEE

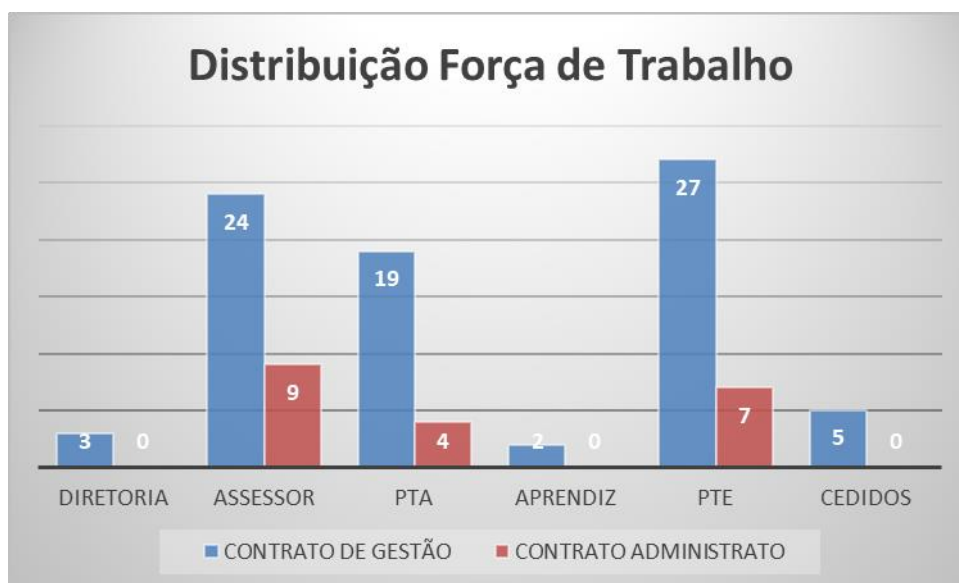


Gráfico 2 – Faixa Etária

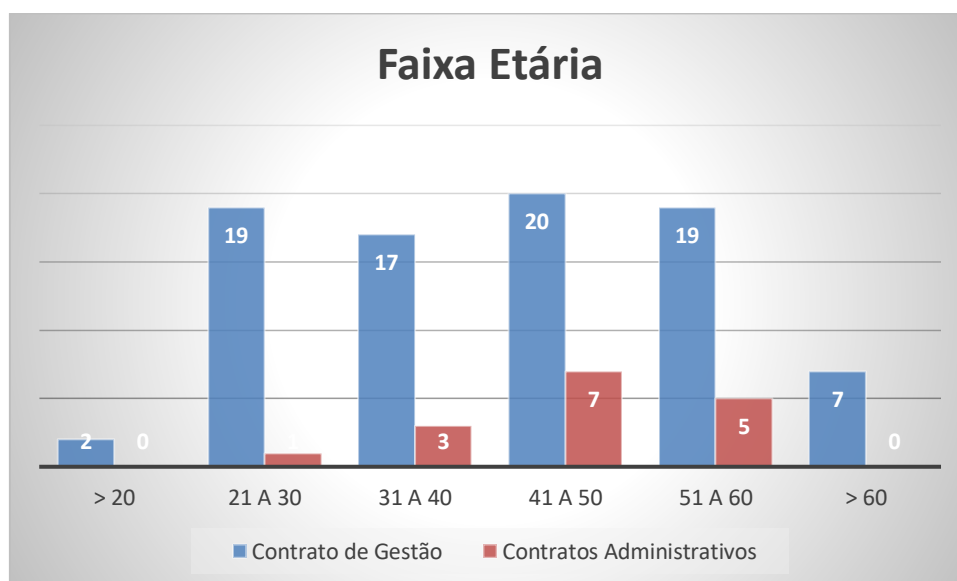


Gráfico 3 - Nível de Escolaridade

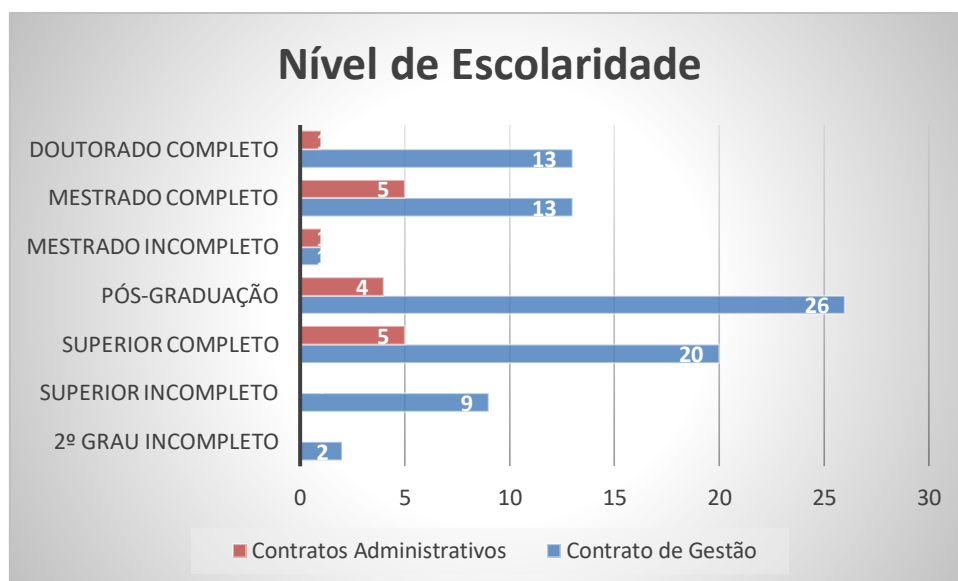
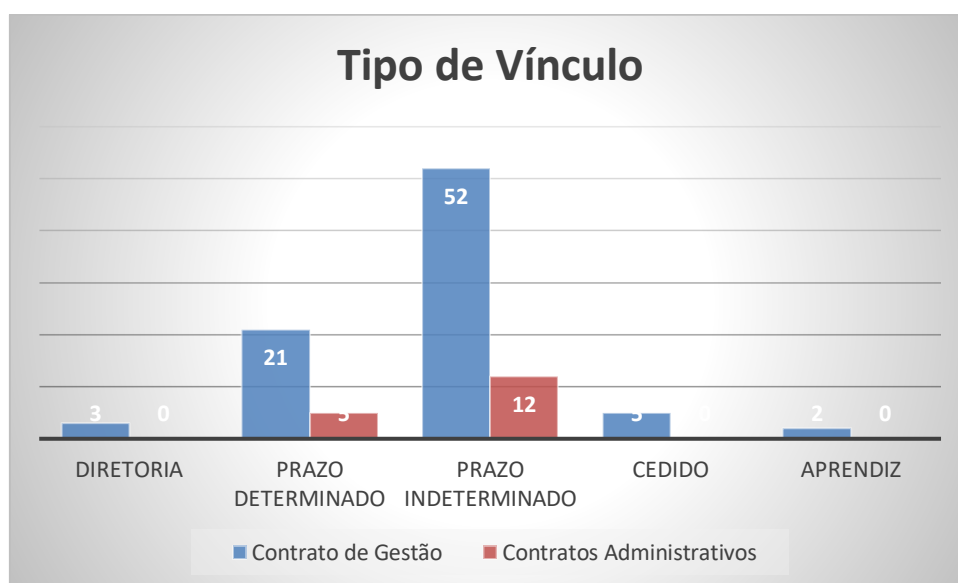


Gráfico 4 - Tipo de Vinculação



Atendendo à recomendação do Órgão Supervisor, é demonstrada a seguir a relação nominal dos empregados – permanentes e temporários – que compunham a força de trabalho em 31/12/2021, conforme vínculo profissional.

Contrato de Gestão

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Adriana Badaro de Carvalho Villela	PTE IV-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.116-37	01/10/2009
Alberto Akira Okata	Assessor Técnico	xxx.xxx.349-61	14/04/2016
Alessandra de Moura Brandão	Assessor Técnico	xxx.xxx.721-20	01/10/2014
Alexandra Joyce Kruger	PTA V -Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.501-06	01/10/2002
André Luis Ramos	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.401-97	04/05/2020
Ary Antonio Mergulhão Filho	Assessor Téc.Ced.	xxx.xxx.567-53	24/10/2019

Bárbara Bressan Rocha	Assessor Técnico	xxx.xxx.151-91	01/07/2020
Bianca dos Anjos Torreão	PTEII-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.761-20	06/08/2013
Carlos Duarte de Oliveira Junior	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.711-68	03/09/2007
Carlson Batista de Oliveira	Assessor Téc. Ced.	xxx.xxx.301-06	16/06/2011
Carolina Conceição Rodrigues	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.631-09	18/02/2019
Caroline Nascimento Pereira	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.888-90	24/05/2021
César Augusto Costa	Assessor Técnico	xxx.xxx.489-04	03/02/2020
Cleyton Santos Ferreira	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.521-50	12/08/2021
Daniella Fartes dos Santos e Silva	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.354-85	01/07/2021
Dayre Isidorio Pimentel	Assessor Técnico	xxx.xxx.551-66	03/02/2020
Diêgo Ivan Pereira dos Santos	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.071-12	21/05/2020
Dulcilene Claudia Xavier	Assessor Técnico	xxx.xxx.146-14	01/12/2021
Eduardo Amadeu Dutra Moresi	Assessor Técnico	xxx.xxx.816-20	14/10/2014
Eduardo Jose Lima de Oliveira	PTEIII-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.211-49	10/09/2008
Elaine Mara Michon Nehme	PTA VI -Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.189-87	03/09/2007
Emilly Caroline Costa Silva	Assessor Técnico	xxx.xxx.708-50	17/06/2020
Fabiola Brandão Maia Pitta	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.431-69	01/08/2012
Fernando Teixeira Bueno	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.311-12	12/02/2020
Gabriel Quatrochi Carvalho	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.038-02	02/08/2021
Genilda Carlos da Mota	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.611-00	23/07/2018
Gerson Jose de Miranda	Assessor Técnico	xxx.xxx.147-16	06/05/2020
Gilson da Silva Spanemberg	Assessor Técnico	xxx.xxx.680-49	01/06/2020
Guilherme Rodrigues Araruna	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.201-00	03/08/2015
Gutemberg Uchôa de Araújo Júnior	Assessor Técnico	xxx.xxx.164-20	01/11/2019
Henrique Amorim Costa Melo	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.591-94	02/09/2021
Icaro Lorrán Lopes Costa	Assessor Técnico	xxx.xxx.361-57	09/09/2021
Israel Garcia de Oliveira	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.031-17	01/10/2021
Ivone Alves de Oliveira Lopes	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.561-04	17/06/2013
Jackson Max Furtunato Maia	Assessor Téc.Ced.	xxx.xxx.474-53	21/01/2013
Jean Marcel da Silva Campos	PTE IV-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.621-03	13/04/2020
Jeanny Emanuela dos Santos Soares	Aprendiz	xxx.xxx.061-54	03/08/2020
Jenyfer Ingrid de Almeida Araújo	Aprendiz	xxx.xxx.851-77	21/09/2020
João Carlos Paschoal Freitas	Assessor Técnico	xxx.xxx.278-06	15/12/2021
João Vitor Rodrigues Martins	Assessor Técnico	xxx.xxx.915-54	20/08/2021
José Salomão Oliveira Silva	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.075-91	02/09/2020
Juliana Machado Ceccato	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.218-47	08/07/2020
Kleber de Barros Alcanfôr	Assessor Técnico	xxx.xxx.401-97	12/06/2007
Larissa Gabrielle Vieira de Sousa	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.741-38	01/07/2021
Lorena Ferreira e Silva Rodrigues Araru	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.481-81	06/08/2021
Lucas Varjão Motta	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.484-80	02/03/2020
Luciane Penna Firme Horna	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.191-04	15/12/2020
Luis Paulo Aganete Reis	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.066-54	18/01/2021
Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior	Diretor de Adm. e Finanças	xxx.xxx.701-06	03/06/2019
Maisa Aparecida Silva Alvares Cardoso	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.621-34	22/07/2013

Marcelo Augusto de Paiva dos Santos	Assessor Técnico	xxx.xxx.151-97	01/07/2020
Marcelo Khaled Poppe	Assessor Técnico	xxx.xxx.107-34	01/12/2004
Marcia Soares da Rocha Tupinambá	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.371-34	01/10/2002
Marcio de Miranda Santos	Diretor Presidente	xxx.xxx.877-91	21/10/2004
Marco Antonio Andrade Dias	PTE IV-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.351-49	01/04/2004
Maria Clara Ismael Rodrigues	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.661-13	08/01/2021
Matheus Figueiredo Pimenta	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.231-70	15/09/2008
Mayra Jurua Gomes de Oliveira	PTE IV-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.137-56	15/09/2008
Milton Pombo da Paz	Assessor Técnico	xxx.xxx.807-30	23/04/2020
Monique Lohane Xavier Silva	Assessor Técnico	xxx.xxx.701-00	08/07/2021
Naiara Andrade Camelo	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.451-10	17/05/2021
Neila Cruvinel Palhares	PTE IV-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.136-49	01/10/2002
Paulo Roberto Bonfim Medeiros	Assessor Técnico	xxx.xxx.901-44	23/02/2017
Rayany de Oliveira Santos	Assessor Técnico	xxx.xxx.951-81	01/06/2017
Regina Maria Silverio	Diretora	xxx.xxx.248-76	15/06/2018
Renata Barbosa Santos	Assessor Técnico	xxx.xxx.366-49	16/07/2021
Ricardo Carvalho Gonçalves	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.150-08	01/09/2021
Rivanda Tavares Martins	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.901-10	01/09/2006
Roberta Andrade Cestari Capelotto	Assessor Técnico	xxx.xxx.068-03	02/07/2021
Rogério da Silva Castro	Assessor Técnico	xxx.xxx.311-15	01/02/2018
Sandra Lucia Teles	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.811-72	18/02/2019
Sandra Mara da Silva Milagres	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.701-63	03/07/2006
Silvana Helena Alves Rolon	PTA V -Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.101-97	01/10/2002
Sofia Cristina Adjuto Daher Aranha	Assessor Téc. Ced.	xxx.xxx.041-34	01/02/2007
Solange de Castro	PTE IV-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.981-91	11/08/2021
Stênio Neves Muniz	PTA IV-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.661-04	09/08/2017
Susan Soares Luz	PTA II-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.061-06	13/05/2020
Tatiana Farias Ramos	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.881-49	23/07/2018
Theresa Regina Moraes Scafe	PTA IV-Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.775-72	01/08/2006
Thiago Rodrigues Costa Silva	PTE I -Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.281-60	13/01/2014
Thyrso Villela Neto	Assessor Téc.Ced.	xxx.xxx.371-87	08/10/2012
Valdiana Passos Santos da Cunha	PTA V -Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.195-15	01/10/2002
Verena Hitner Barros	Assessor Técnico	xxx.xxx.178-52	18/03/2020

Além dos profissionais anteriormente informados, faziam parte do quadro de pessoal do CGEE em 31.12.2021 os profissionais a seguir listados, cujo custeio foi coberto com recursos de contratos administrativos em ao menos 51% do seu total.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Andre Luiz Farias de Souza	Assessor Técnico	xxx.xxx.504-68	03/06/2020
Andréa Paula de Carestiatto Costa	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.727-68	04/12/2020
Daniel Fagundes	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.021-68	02/12/2020
Evandro Augusto Soares	Assessor Técnico	xxx.xxx.520-07	17/06/2020

Homel Pedrosa Marques	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.298-28	02/12/2020
Iris Mary Duarte Cardoso Vieira	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.871-34	17/07/2006
Katia Regina Araujo de Alencar	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.407-53	03/06/2020
Lucas de Melo Alves	Assessor Técnico	xxx.xxx.731-24	03/11/2021
Luciana Lima Cruz	PTE II-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.911-49	16/01/2020
Marco Aurelio Lobo Júnior	Assessor Técnico	xxx.xxx.701-06	19/08/2019
Monique Pinheiro Santos	Assessor Técnico	xxx.xxx.997-98	03/06/2020
Nazaré Lima Soares	Assessor Técnico	xxx.xxx.522-04	04/06/2020
Patrícia Reis Ferreira de Andrade	Assessor Técnico	xxx.xxx.471-53	03/11/2021
Raiza Gomes Fraga	Assessor Técnico	xxx.xxx.670-63	03/06/2020
Ricardo Alexandre Ribeiro Neves	PTE III-Prof.Téc.Esp.	xxx.xxx.801-49	10/03/2021
Vera Sacchi Boeira	PTA III Prof.Téc.Adm.	xxx.xxx.910-53	18/02/2019
Yuri Cesar Silva	Assessor Técnico	xxx.xxx.491-30	21/07/2021

Servidores Públicos Cedidos

Fazem parte da força de trabalho do CGEE, e permaneceram atuando no Centro durante o ano de 2021 na condição de cedidos, 05 (cinco) servidores públicos da carreira de C&T oriundos do CNPq e do INPE, a seguir relacionados:

Nome	Cargo	Data Cessão	Órgão Origem
Ary Antonio Mergulhão Filho	Assessor Téc.	24/10/2019	CNPq
Carlson Batista de Oliveira	Assessor Téc.	16/06/2011	CNPq
Jackson Max Furtunato Maia	Assessor Téc.	21/01/2013	INPE
Sofia Cristina Adjuto Daher Aranha	Assessor Téc.	01/02/2007	CNPq
Thyrso Villela Neto	Assessor Téc.	08/10/2012	INPE

b) Dispêndios com Pessoal e Encargos

Em 2021 os gastos com pessoal e encargos no âmbito do Contrato de Gestão atingiram a cifra de R\$ 16.819.788,02, sendo 66,17% referente à pessoal permanente e 33,83% a pessoal temporário.

Os gastos com pessoal e encargos apropriados no Contrato de Gestão representaram 76,80% do total (R\$ 21.899.952,98) despendido pelo Centro nesse item.

Em números absolutos, os dispêndios com pessoal e encargos representaram 58,46% de todos os dispêndios do Contrato de Gestão em 2021.

Assim como em 2020, a tabela salarial do Centro não sofreu correção. Isso quer dizer que a variação observada em relação ao ano de 2020 diz respeito às recomposições do quadro de pessoal de acordo com as necessidades dos trabalhos conduzidos.

c) Capacitação de Pessoal

Mesmo sob impacto da pandemia, e estando a grande maioria dos colaboradores em regime de teletrabalho, o CGEE teve investimentos em capacitação ao longo de 2021.

Os treinamentos realizados, a maioria de forma virtual, estão apresentados na tabela abaixo, resumindo-se a 10 (dez) iniciativas de capacitação com um custo total de R\$ 11.733,70 (onze mil, setecentos e trinta e três reais e setenta centavos), totalizando 220 horas de treinamento.

Relatório de Participação de Empregados em Eventos e Treinamentos de janeiro a dezembro de 2021									
atualizada em 06/12/2021									
Empregado	Quantidade de participantes	Classificação	Empresa/Instrutor	Capacitação/Evento	Custo	Custo Passagem /Diária	Local	Data do evento	Carga Horária
Jeanny Emanuela dos Santos Soares e Jenyfer Ingrid de Almeida Araujo	2	Treinamento	CIEE	Treinamento de Aprendiz - CIEE	3.240,00	-	Brasília/DF	Janeiro a Dezembro 2021	132
André Luis Ramos, Maria Helenice e Íris Mary Duarte	3	Treinamento	Escola Superior de Contabilidade, Tributos e RH.	DIRF 2021 – Revisão das Regras de Retenção e Cruzamentos x EFD	1.155,00		Brasília/DF	26/01/2021	8
André Luis Ramos, Guilherme Rodrigues Araruna, Maria Clara Ismael Rodrigues e Maria Helenice Alves da Silva	3	Treinamento	MGP - Administração, Serviços e Treinamentos	e-Social com foco nos eventos periódicos	2.280,00	-	Brasília/DF	23, 24 e 26/03/2021	12
Íris Cardoso e Maria Clara Ismael	2	Treinamento	Escola Superior de Contabilidade, Tributos e RH.	ECF - Escrituração Contábil Fiscal. Leiute 7 para 2021	770,00		Brasília/DF	11/05/2021	8
Íris Cardoso e Maria Clara Ismael	2	Treinamento	Escola Superior de Contabilidade, Tributos e RH.	EFDREINF X DCTFWEB E PGDXPERDCOMPWEB	770,00		Brasília/DF	09/06/2021	8
André Luis Ramos, Gabriel Helenice Alves da Silva	3	Treinamento	MGP - Administração, Serviços e Treinamentos	DCTFWEB	1.300,00	-	Brasília/DF	14/06	4
Daniella Fartes dos Santos e Silva e Emily Caroline Costa e Silva	2	Participação em Evento / Treinamento	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	Semana da Indústria e OCDE - Missão Virtual	900,00	-	Brasília/DF	05 a 09/07/2021	10
Elaine Mara Michon Nehme e Susan Soares Luz	2	Treinamento	SRB Comunicação e Editora LTDA	3º Congresso Nacional dos Profissionais de Eventos - CONAPE 2021	234,00		Brasília/DF	17 e 18/08/2021	16
Empregados	70	Participação em Evento / Treinamento	Grof & Groff	Palestra sobre setembro amarelo	222,30		Brasília/DF	10/09/2021	2
Íris Cardoso e Maria Clara Ismael	2	Treinamento	Escola Superior de Contabilidade, Tributos e RH.	Contabilidade Avançada na prática IFRS X UGAAP	862,40		Brasília/DF	07,13 e 14/12/2021	20
Total Carga Horária (Anual)								220	
Total de Empregados Capacitados								91	
Total Anual do Custo								R\$ 11.733,70	

d) Avanços no Plano Normativo

No dia 14 de setembro de 2021 o Conselho de Administração do CGEE aprovou a nova política de Recursos Humanos. Como destacado no referido documento, a Política servirá de guia para a construção das práticas e garantirá que estas estejam sintonizadas com as diretrizes estratégicas da organização.

Também foi aprovado o normativo para concessão de Auxílio Moradia (Resolução 019/2021 do Conselho de Administração), regularizando um passivo da instituição com o Fisco Federal e trazendo segurança jurídica ao processo.

Outra iniciativa foi a inclusão de aditivos a todos os contratos de trabalho, um em cumprimento à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e outro para normatização do Teletrabalho. Ainda com relação ao Teletrabalho, em 29/09 foi aprovada Resolução da Presidência (006/2021) estabelecendo as normas e diretrizes relativas ao retorno ao trabalho presencial e a implantação do Teletrabalho durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia.

Quadro resumo de contratações de prestadores de serviços, realizadas pelo CGEE em 2021

Em função das necessidades apontadas no conjunto de projetos e serviços conduzidos ao longo do ano, foram realizadas as seguintes contratações de serviços técnicos pelo CGEE:

Contratações de prestadores de serviços CGEE 2021			
Contratado	Forma de Contratação	Quantidade	Valor
Pessoa Física	Contratação direta	27	R\$ 1.355.128,47
Pessoa Jurídica	Contratação direta	55	R\$ 7.528.610,46
Pessoa Jurídica	Certame Seletivo	37	R\$ 6.754.702,38
Total		119	R\$ 15.638.441,31

Lei Geral de Proteção de Dados

Para atender a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, o Centro concentrou seus esforços em realizar uma implementação inicial focada na estrutura fundamental exigida pela nova LGPD, que permita ter a documentação básica para blindagem do que gera maior exposição ao risco, tais como: Política de Cookies, Política de Privacidade e Aviso de privacidade para a sua plataforma digital, itens incorporados a cláusulas de contratos com fornecedores e terceiros, contratos de RH e documentação de segurança da informação.

Atualizações e melhoramentos de infraestrutura

a) Atualização das Instalações e Equipamentos:

No ano de 2021, as instalações e os equipamentos de escritório e de comunicação do Centro não sofreram modificações. Foram efetuadas apenas as manutenções preventivas e de rotina com vistas à manutenção da sua plena operacionalidade.

Cabe destacar, no entanto, a negociação efetuada com a PREVI, instituição proprietária das instalações ocupadas pelo CGEE, no sentido de obter uma redução no valor pago a título de aluguel ou a redução do percentual do reajuste anual. Na vigência do contrato anterior, o CGEE pagaria, a partir de novembro de 2021, o valor mensal de R\$ 167.797,96 pelos 1.802,28 metros de área no Ed. Parque Cidade Corporate. Por meio de negociação, o valor do aluguel mensal teve um reajuste menor concedido pela Previ e fixado em R\$ 160.124,80, o que representa uma economia de R\$ 7.673,16 por mês ou R\$ 92.077,92 por ano.

Com relação a investimento, o montante de R\$ 121.876,01 (cento e vinte e um mil e oitocentos e setenta e seis reais e um centavo) foi destinado a aquisição de bens patrimoniais. Parte desse valor foi destinado a substituição de equipamentos obsoletos e aquisição de novos equipamentos para atender ao sistema de teletrabalho adotado pelo Centro no período de pandemia.

Cabe o registro de que o Centro mantém em suas instalações o patrimônio cedido pelo MCTI ao CGEE. Tal patrimônio é periodicamente inventariado, com seus controles encaminhados ao Ministério para acompanhamento e fiscalização.

b) Atualizações na infraestrutura de tecnologia da informação

No ano de 2021 a atuação da área de Tecnologia de Informação (TI) foi pautada pela continuidade nas medidas de trabalho remoto devido à pandemia de COVID-19 com a consolidação de ferramental para trabalho integrado em equipes remotas. A atuação da área teve como foco viabilizar o trabalho remoto e garantir os serviços prestados, interna e externamente, e manter o andamento

dos projetos de forma segura, tanto para saúde dos colaboradores como, também, para a integridade da infraestrutura do Centro. Outras duas linhas de trabalho importantes foram as preparações e adaptações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as melhorias para a arquitetura tecnológica de apoio à Gestão de Dados no CGEE. Merecem destaque as iniciativas relacionadas a seguir:

i) Adaptações da forma de trabalho para endereçar as mudanças derivadas da pandemia da COVID -19

Ajustes e melhorias nas adaptações realizadas com o objetivo de prover um ambiente de trabalho remoto seguro e efetivo para o Centro, que contemplaram: a) a expansão do uso das ferramentas voltadas para o trabalho remoto (acesso seguro à rede do CGEE via VPN; e b) o suporte remoto ao usuário final com *TeamViewer*; serviços reuniões virtuais, web seminários e conferências virtuais – Zoom, RNP Conferência *WEB* e *Google Meet*).

Com objetivo de melhorar a interação interpessoal nas equipes de projetos e equipes administrativas, foi contratado o serviço de nuvem *Microsoft 365* com a opção de *Teams* (equipes). Os testes realizados na coordenação de TIC mostraram benefícios importantes na integração de equipes de trabalho (remotas ou presenciais) facilitando a organização e acompanhamento dos trabalhos, assim como a troca de informação por um canal institucionalmente estabelecido.

ii) Renovação do parque tecnológico

Visando a renovação do parque tecnológico, bem como atender as necessidades de mobilidade e trabalho remoto, foi realizada a aquisição de notebooks, consistente com a política de renovação do parque de equipamentos do CGEE, e a aquisição de monitores de vídeo para experimentação de nova forma de trabalho contemplando a transformação (automação completa de processos e escritório sem papel).

iii) Consolidação de ambiente de computação em nuvem pública

Diante da necessidade de um ambiente com alta disponibilidade e escalável para algumas aplicações do Centro, e das experiências de sucesso realizadas em 2020, foram realizadas as seguintes ações relativas à consolidação de

ambiente computacional em nuvem: a) revisão da infraestrutura em nuvem contratado, alterando a base computacional para *Kubernetes*; b) participação em capacitação de serviços de inteligência em ambiente em nuvem; e c) nova contratação de nuvem pública com serviços técnicos especializados, reforçando a capacidade disponível nessa infraestrutura.

Essas ações resultaram em melhorias em termos de conhecimento da equipe sobre computação em nuvem, assim como em sistemas mais confiáveis, sem o alto custo de aquisição e manutenção de servidores.

Em 2021 foi adicionado ao ambiente em nuvem a Plataforma InvestMCTI, e mantidos os serviços de Consulta Estruturada, o Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS) e o processo de atesto de faturas de contratos de TI via BPM SeniorX.

iv) Revisão da Política de Segurança da Informação do CGEE

Em alinhamento com as adequações das atividades do Centro para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados, foi realizada a revisão da Política de Segurança da Informação (PSI) do CGEE. Uma nova versão da PSI está disponível para entrar em pauta de deliberação no Conselho de Administração do CGEE.

v) Incremento de serviços no Sistema de Monitoramento das Ferramentas do Centro

Novos serviços e sistemas foram incluídos no monitoramento contínuo provido pelo Sistema de Monitoramento das Ferramentas do Centro, ferramenta que já se encontra em produção e permite a atuação de forma preventiva, nos diversos serviços disponibilizados pela TI. Avisos como de indisponibilidade do serviço e alto consumo dos recursos de hardware auxiliam a equipe de suporte na gestão da infraestrutura.

vi) Evolução do data *lake* do CGEE

Novas fontes de dados foram incorporadas ao data *lake* do CGEE, tais como os conjuntos de dados que subsidiam o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), o Serviço de Monitoramento da Estratégia Nacional de Inovação e o Mapa da Conectividade no Território Nacional.

Foi implantado mais uma infraestrutura para a camada de ingestão do data *lake* via o serviço *Drive.CGEE* para armazenamento de conjuntos de dados nos formatos CSV, planilhas eletrônicas e documentos (XML e JSON). Por meio desse serviço pode-se realizar a disponibilização de dados aos interessados, com controle de acesso. Agora são duas infraestruturas para o data *lake* do CGEE: *Drive.CGEE* e *SGBD Postgres*.

Com objetivo de registrar e administrar os metadados dos conjuntos de dados disponíveis no data *lake* do CGEE, foi realizado estudo de alternativas de ferramenta de catálogo de dados, que culminou com a escolha da ferramenta CKAN. A ferramenta já foi internalizada e configurada para o início de funcionamento provendo as funcionalidades complementares para consulta a fontes de dados disponíveis, organização de conjuntos de dados por projeto, controle de acesso a metadados e também ao conjunto de dados, propriamente dito, e possibilidade de integração via API com sistemas internos da Casa.

vii) Implementação da nova Intranet na plataforma *Liferay 7.2*

Diante de constantes atualizações de conteúdo na intranet do CGEE, identificou-se a necessidade de migração para uma plataforma mais moderna e eficiente. Foi implementada nessa nova plataforma uma página para cada uma das seguintes áreas: Gestão da Qualidade, Documentos Administrativos e para o projeto Exploração de dados e visualização da informação (EDVI).

viii) Manutenções evolutivas no Sistema Integrado

Em 2021 o Sistema Integrado (SI) recebeu evoluções para apoiar a implantação do processo de solicitação de contratação na plataforma Senior-X, possibilitando a integração e customização de etapas desse processo, dentro das diretrizes da transformação digital dos processos, finalísticos e administrativos, conduzidos pela casa. Também teve como ponto de melhoria a importação de lista de participantes de eventos, o que evitará um grande esforço manual por parte dos assistentes administrativos.

ix) Manutenções evolutivas no Sistema ERP do CGEE

Em 2021 foi realizada a integração do novo módulo de gestão de diárias e passagens - Paytrack - ao sistema ERP da Sênior. Com o novo módulo, todo o

processo de deslocamento de empregados, consultores e convidados fica automatizado.

b) Execução e acompanhamento de consultas estruturadas na ferramenta *Insight Survey*

Ao longo de 2021, o Centro utilizou a ferramenta *Insight Survey* para coletar informações estratégicas de vários projetos através de formulários eletrônicos, dentre os quais, destacam-se:

- Planos de ação da Estratégia Nacional de Inovação ENI - Essa consulta teve como objetivo coletar informações detalhadas acerca das ações a serem empreendidas no âmbito da ENI e discutidas nos Grupos Consultivos Temáticos;
- OICS - Metodologia de avaliação - Permitiu avaliar alternativas sustentáveis para alguns desafios urbanos. Essas alternativas foram mapeadas por especialistas e compõem o banco de soluções do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS).
- Consulta - Programa de Desenvolvimento Regional do Nordeste - Foi desenvolvido com objetivo de coletar percepções e recomendações da rede de *stakeholders* que permitam validar a proposta de revisão do PRDNE, priorizando ações divididas pelos seis eixos estratégicos que fazem parte do plano: Dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação, Dimensão Econômica, Dimensão Educação, Dimensão Social, Dimensão Ambiental e Dimensão Institucional.

c) Avanços no processo de transformação digital do CGEE

A respeito do processo de Transformação Digital do CGEE, em 2021, foram conduzidas quatro linhas de trabalho, a saber: 1) implantação da plataforma de gestão de viagens corporativas; 2) modelagem de processos, desenvolvimento e implantação de processos administrativos, com foco nos processos atinentes a contratações, na plataforma eletrônica de gestão de processos adquirida pelo CGEE (plataforma BPMS - *Business Process Management System*); 3) integração da plataforma de gestão de processo com o sistema integrado do CGEE; e 4) assinatura eletrônica.

Sobre o avanço na automação e implantação dos procedimentos relacionados à gestão de viagens corporativas, e considerando as exigências da Secretaria da

Receita Federal, no que tange à comprovação das despesas relativas aos pagamentos de diárias, fornecendo todo um programa de viagens em um único ambiente, da reserva à conciliação de pagamentos.

Após o período de implantação, construção e parametrização dos recursos e políticas, o sistema entrou em produção em 01 de outubro de 2021. Em paralelo, o normativo de viagens corporativas foi elaborado e aprovado pela diretoria do CGEE, entrando em vigor também em 01 de outubro de 2021. Atualmente a plataforma está em pleno funcionamento, buscando algumas melhorias, visando um melhor atendimento as exigências do CGEE.

No que diz respeito aos avanços da segunda linha de trabalho, ao longo do ano de 2021, destaca-se a implantação do processo de “Solicitação de Contratação” no segundo semestre. Tal processo, crítico para o funcionamento do Centro e para a execução dos projetos e serviços finalísticos, trabalha de forma conjunta com os processos de “Recebimento, homologação e pagamento de produtos” (implementado no primeiro semestre de 2021) e com o processo de “Atesto de Nota Fiscal – Serviços” (implementado no final de 2020). Adicionalmente, foi implantado, no segundo semestre, o processo de “Solicitação de Alteração Contratual”, relacionado aos aditivos contratuais. Com esses desenvolvimentos, o Ciclo de Vida dos Processos de Compras e Contratações encontra-se quase completo, faltando apenas a parte de compras de pequena monta (sem contrato) e rescisões contratuais. Tais processos tem implantação prevista para o primeiro trimestre de 2022, e já estão modelados em fase final de testes.

Em relação à integração da plataforma de gestão de processos (Senior X) com o Sistema Integrado do CGEE, destaca-se o desenvolvimento do Módulo de Gestão de Contratos, que precisará de ajustes para adaptar-se às mudanças e melhorias realizadas nos processos ao longo do segundo semestre de 2021, a previsão para a realização desta integração e entrada em produção do módulo é o primeiro semestre de 2022.

Sobre a última linha de atuação, cabe mencionar que a implantação da assinatura eletrônica no CGEE foi plenamente efetivada, com a eliminação da assinatura física em documentos. Todos os envolvidos no CGEE estão aptos a processar documentos digitalmente na plataforma de autenticação de documentos.

Planejamento e Gestão Orçamentária Financeira

No ano de 2021, o CGEE assinou oito Termos aditivos ao Contrato de Gestão. Esse fato demonstra o engajamento da sua diretoria e das suas equipes técnicas, junto ao órgão fomentador, em busca de novas demandas de trabalho, de recursos financeiros e de prorrogação do prazo do Contrato de Gestão.

O Centro iniciou o ano diante de uma realidade orçamentário-financeira adversa, progressivamente revertida ao longo do ano, a partir de novas demandas para execução de projetos e atividades em parcerias com outros órgãos governamentais, além da previsão de repasses de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) intermediadas pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação – MCTI.

Ainda em 2021, o Centro adotou medidas para regulamentar seus procedimentos e processos administrativos e financeiros reestruturando suas áreas meio, mantendo como foco a aplicação eficaz dos seus regulamentos, regimento interno e Estatuto Social. Com isso, foi criada uma Assessoria Jurídica e editadas resoluções internas de delegação de competências.

Para implementar a nova estrutura organizacional, o Centro investiu em sistemas de automação que tem aderência aos já existentes, reduzindo custos e aprimorando os processos internos, trazendo mais segurança no acompanhamento e gestão das atividades pelas áreas envolvidas, em função do aumento progressivo da sua operação nas áreas finalísticas.

Com relação ao atendimento aos órgãos de fiscalização tributária, foi priorizada a regularização dos débitos levantados por meio dos processos administrativos de números 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3, emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008, referindo-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e

“AUXÍLIO MORADIA”, débitos parcelados em 60 vezes e com saldo devedor em 2021 corresponde a R\$ 1.680.045,17.

Observando recomendação do Conselho Fiscal e visando mais transparência na execução orçamentária dos recursos recebidos pelo CGEE, em 2021 foram segregadas as contas bancárias referentes ao MCTI, MEC e Reserva Técnica. O valor recebido do MEC referente ao 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (R\$ 3.000.000,00) foi creditado na conta específica enquanto que o saldo acumulado dos aditivos anteriores está sendo levantado para a realização da transferência financeira correspondente.

I - HISTÓRICO DOS VALORES REPASSADOS NO ÂMBITO DO CONTRATO DE GESTÃO

Em janeiro de 2021 foram recebidos R\$ 4.399.695,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil reais) do saldo remanescente referente ao ano de 2020. Esse montante corresponde a soma dos valores constantes no 22º Termo Aditivo (R\$ 2.899.695,00) repassados diretamente pelo Ministério da Educação e o 23º Termo Aditivo (R\$ 1.500.000,00) repassados pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI).

Da programação de repasses fixados em cinco Termos Aditivos assinados no ano de 2021, apenas um foi recebido integralmente (27º), restando um saldo a receber de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) do 26º e de 44.418.545,00 (Quatro e quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) relativos ao 28º, 29º e 31º Termos Aditivos.

Dos Termos Aditivos pactuados no ano, temos:

O Vigésimo Quarto Termo Aditivo, assinado em 31/03/2021, tratou da prorrogação de prazo do Contrato de Gestão para 31/05/2021.

O Vigésimo Quinto Termo Aditivo, assinado em 24/05/2021, prorrogou mais uma vez o prazo do Contrato de Gestão para 30/09/2021.

O Vigésimo Sexto Termo Aditivo, assinado em 24/09/2021, estabeleceu a reprogramação dos saldos financeiros do exercício de 2020 das ações continuadas demandas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI e adicionou o

montante de R\$ 8.912.858,00 (oito milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) a programação financeira para o ano.

O Vigésimo Sétimo Termo Aditivo, assinado em 14/12/2021 reprogramou o saldo das ações continuadas do Ministério da Educação e acrescentou R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a programação financeira para 2021.

O Vigésimo Oitavo Termo Aditivo foi assinado em 24/12/2021, com a finalidade de atualizar preliminarmente a programação de trabalho para o ano de 2021 e estabelecer o cronograma de desembolso referente a ingressos de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ficando estabelecida a disponibilização de R\$ 11.053.000,00 em 2021 e o repasse do saldo remanescente de R\$ 20.947.000,00 em 2022, de acordo com disponibilidade orçamentária e financeira do Órgão Supervisor.

O Vigésimo Nono Termo Aditivo foi assinado em 29/12/2021 e estabeleceu o repasse de R\$ 2.330.391,00 do Interviente (Ministério da Educação – MEC) a fim de complementar o orçamento de 2021.

O Trigésimo Termo Aditivo prorrogou o prazo do Contrato de Gestão para 30/04/2022.

O Trigésimo Primeiro Termo Aditivo acrescentou a programação orçamentária de 2021 com o quantitativo de R\$ 10.088.154,00. Sendo assim distribuído: a) R\$ 3.496.000,00 (Três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil) para a execução de projetos demandados em parceria com o Ministério das Comunicações (MCOM); b) 1.239.000,00 (Um milhão, duzentos e trinta e nove mil reais) para a execução de iniciativas demandadas em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); c) R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) para execução de atividades demandadas em parceria com a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SEAE/PR; d) R\$ 253.154,00 (Duzentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais) para execução de atividades demandadas em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, qualidade e Tecnologia (INMETRO); e e) R\$ 4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais) oriundos do órgão supervisor.

A planilha abaixo apresenta o histórico dos repasses financeiros no atual ciclo de vigência do Contrato de Gestão

HISTÓRICOS DOS VALORES REPASSADOS PELO CONTRATO DE GESTÃO - 2010/2021							
FONTE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
MCTI	3.500.000,00	8.200.000,00	6.927.150,00	5.391.850,00	5.391.850,00	0,00	8.000.000,00
FNDCT/FINEP	11.310.000,00	19.440.000,00	20.240.000,00	32.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	0,00
MEC	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
TOTAL ANUAL	14.810.000,00	27.640.000,00	27.167.150,00	41.024.700,00	26.950.000,00	27.558.150,00	13.000.000,00
FONTE	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL GERAL POR FONTE	
MCTI	18.813.326,00	11.926.896,00	15.976.896,00	33.850.000,00	9.812.858,00	127.790.826,00	
FNDCT/FINEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.739.150,00	
MEC	8.000.000,00	5.600.000,00	15.550.000,00	0,00	5.899.695,00	43.049.695,00	
TOTAL ANUAL	26.813.326,00	17.526.896,00	31.526.896,00	33.850.000,00	15.712.553,00	303.579.671,00	

Relativamente aos saldos remanescentes do Contrato de Gestão do exercício de 2020, ficam reprogramados os saldos financeiros em conta corrente e aplicações financeiras, no montante de R\$ 25.791.707,07 (vinte e cinco milhões setecentos e noventa e um mil setecentos e sete reais e sete centavos), apurados em 31/12/2020, a serem utilizados no pagamento de contratos e compromissos firmados antes de 31/12/2020, no âmbito de projetos e serviços em andamento e no desenvolvimento de novos trabalhos, de acordo com reprogramação constante no Anexo I do 26º TA (consolidado no 28º e 31º TA) e no 27º TA (consolidado no 29º TA)

II – REPASSES REALIZADOS NO ÂMBITO DO CONTRATO DE GESTÃO, EM 2021.

A seguir é apresentado um demonstrativo dos repasses recebidos no âmbito do Contrato de Gestão, as respectivas datas e o Termo Aditivo a que se referem:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS			
	2021		TERMO ADITIVO
Fonte de recurso	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	VALOR	DATA	
MCTI	1.500.000,00	04/01/21	
	8.312.858,00	14/10/21	26º

TOTAL MCTI	9.812.858,00		
MEC	2.899.695,00	04/01/21	22º
	3.000.000,00	31/12/21	27º
TOTAL MEC	5.899.695,00		
TOTAL GERAL	15.712.553,00		

III – RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras do CGEE correspondem aos rendimentos com aplicações no mercado financeiro e aos descontos obtidos junto aos fornecedores.

Durante o ano de 2021, essas receitas representaram um total de R\$ 772.156,91 (Setecentos e setenta e dois reais, cento e cinquenta e seis reais, noventa e um centavos), gerando um acréscimo de 11,83% comparado ao mesmo período de 2020.

IV – SALDOS FINANCEIROS EM 31.12.2021

Os saldos financeiros disponíveis na conta corrente e na aplicação financeira do CGEE em 31.12.2021, relativos à movimentação de recursos do Contrato de Gestão, correspondem a R\$ 14.067.390,08 (Quatorze milhões, sessenta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais, oito centavos).

Os recursos recebidos no âmbito do Contrato de Gestão são aplicados pelo Centro no mercado financeiro, utilizando modalidades conservadoras de investimento, nas quais o fator segurança é priorizado.

BANCO DO BRASIL S/A	SALDO
CONTA CORRENTE 435.002-2 - MCTI	0,00
CONTA CORRENTE 22.320-4 - MEC	3.000.000,00
CONTA CORRENTE 22.319-0 – RESERVA TÉCNICA	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	11.067.390,08
TOTAL	14.067.390,08

O saldo de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), referente a suprimento de fundos sob responsabilidade da Coordenadora de Serviços e Suprimentos do Centro para pagamento de pequenas despesas, deve ser acrescentado aos saldos bancários verificados ao final do ano.

No ano de 2021 foi iniciado o processo de separação dos recursos financeiros do Contrato de Gestão por fonte de origem. Com isso, foram abertas contas bancárias específicas para movimentação financeira de acordo com a origem e destinação do recurso.

Nesse sentido, os saldos financeiros acumulados originados dos recursos repassados pelo Ministério da Educação serão levantados a fim de serem alocados adequadamente em sua respectivamente conta bancária ao longo de 2022, a ser demonstrado no relatório semestral desse exercício.

A conta bancária relativa ao MEC finalizou o ano com um saldo de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais) relativo a entrada de recurso previsto no 27º Termo Aditivo. O crédito desse valor foi realizado em 31/12/2021 data que não há expediente bancário, o que impossibilitou a sua imediata aplicação financeira.

V – OUTRAS RECEITAS

Durante o ano de 2021 o CGEE obteve ainda outras receitas, que correspondem ao cancelamento de provisão de contratos de bens e restituição de impostos junto a Receita Federal, como mostrado a seguir:

<u>Receitas</u>	<u>Total</u>
Recuperação de despesas/Ressarcimentos	300.614,18
<u>Total Geral</u>	300.614,18

VI – DEMONSTRATIVO DAS PREVISÕES DE DISPÊNDIOS X GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS POR LINHA DE AÇÃO E FONTE DE RECURSO

Mesmo diante do maior número de demandas originadas pelo MCTI e MEC, o Centro segue sua estratégia de contenção de custos, com destaque para a utilização do capital intelectual próprio no desenvolvimento de suas ações reduzindo, assim, o custo com a contratação de terceiros. Os quadros abaixo apresentam as previsões orçamentárias versus os dispêndios realizados, por fonte de recurso.

1) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Demonstrativo das Previsões de Dispêndio X Gastos Efetivamente Realizados				
MCTI	Previsto	Realizado	Participação Percentual	
			Previsto	Realizado
LINHAS DE AÇÃO				
Estudos, Análises e Avaliações	12.691.000,00	3.579.569,22	31,76	16,88
Articulação	2.518.000,00	709.914,50	6,30	3,35
Apoio Técnico a Gestão Estratégica do SNCT&I	8.312.153,00	3.403.647,08	20,80	16,05
Disseminação da Informação em CT&I	3.500.000,00	1.005.020,38	8,76	4,74
Desenvolvimento Institucional (Gestão Operacional)	12.943.532,20	12.502.455,65	32,38	58,98
TOTAL	39.964.685,20	21.200.606,83	100,00	100,00

2) Ministério da Educação

Demonstrativo das Previsões de Dispêndio X Gastos Efetivamente Realizados				
MEC	Previsto	Realizado	Participação Percentual	
			Previsto	Realizado
LINHAS DE AÇÃO				
Estudos, Análises e Avaliações	3.079.251,00	894.834,49	29,48	11,82
Articulação	1.200.000,00	507.009,54	11,49	6,70
Desenvolvimento Institucional (Gestão Operacional)	6.167.257,90	6.167.257,90	59,03	81,48
TOTAL	10.446.508,90	7.569.101,93	100,00	100,00

VII – HISTÓRICO DOS VALORES DA RESERVA TÉCNICA

Conforme estabelecido na Cláusula Sexta do Contrato de Gestão, a Reserva Técnica do CGEE foi constituída para assegurar condições de operação do Centro, com custeio de suas atividades básicas, pagamentos de contratos ou direitos trabalhistas não previstos e para a realização de outros gastos em atividades de relevante interesse para os

objetivos do Contrato de Gestão. O histórico dessa Reserva pode ser acompanhado por meio da tabela abaixo:

No final do exercício o saldo da reserva técnica correspondia ao valor de 1.450.000,00 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais) assim distribuído: R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais) com recursos oriundos do MCTI e R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) com recursos do MEC.

HISTÓRICO RESERVA TÉCNICA					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
5.916.479,32	5.916.479,52	7.457.102,40	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69
2016	2017	2018	2019	2020	2021
4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71	9.921.555,62	3.632.889,94	1.450.000,00

Em 2021, tem-se a seguinte distribuição:

RESERVA TÉCNICA EM 2021	
MCTI	650.000,00
MEC	800.000,00
TOTAL	1.450.000,00

VIII – RELATÓRIO COMPARATIVO DE RECEITAS

As receitas efetivamente recebidas no ano de 2021 correspondem ao demonstrado a seguir:

RELATÓRIO COMPARATIVO DE RECEITAS 2021/2020						
Fonte de recurso	2021			2020		
	Previsto	Arrecadado	A receber	Previsto	Arrecadado	A receber
	2021			2020		
Contrato de Gestão						
MCTI	52.501.012,00	9.812.858,00	42.688.154,00	35.350.000,00	33.850.000,00	1.500.000,00
MEC	8.230.086,00	5.899.695,00	2.330.391,00	2.899.695,00		2.899.695,00
Receitas Financeiras		772.156,91			690.488,26	
Outras Receitas		300.614,18			4.994,78	
TOTAL	60.731.098,00	16.785.324,09	45.018.545,00	38.249.695,00	34.545.483,04	4.399.695,00

IX – RELATÓRIO COMPARATIVO DE DISPÊNDIOS

A seguir, é apresentada a distribuição dos gastos gerais efetuados em 2021, observada a sua **aplicação por Linha/Conta Contábil de dispêndio**:

CEE	2021			2020		
Dispêndios Realizados Por Linha Contábil	Valor Parcial	Valor Total	%	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo	11.130.000,00	16.819.788,02	58,46	13.563.505,95	14.547.243,40	55,79
Pessoal e Encargos – Quadro Vinculado às ações	<u>5.689.788,02</u>			<u>983.737,45</u>		
Eventos, Diárias, hospedagens e Passagens		113.317,91	0,39		239.011,39	0,92
Consultoria Externa		6.920.240,05	24,05		7.422.062,80	28,47
Manutenção Administrativa		4.047.980,58	14,07		2.893.701,83	11,10
Outras Despesas Operacionais		746.506,19	2,59		772.077,81	2,96
Investimentos		121.876,01	0,44		200.000,00	0,76
TOTAL		28.769.708,76	100,00		26.074.097,23	100,00

Nos quadros abaixo destacamos os dispêndios realizados em 2021 de forma segregada por fonte de recurso.

1) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

MCTI	2021		
Dispêndios Realizados Por Linha Contábil	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo -	6.530.000,00	12.219.788,02	57,64
Pessoal e Encargos – Quadro Vinculado às ações	5.689.788,02		
Eventos, Diárias, hospedagens e Passagens		113.317,91	0,53
Consultoria Externa		5.519.333,34	26,03
Manutenção Administrativa		2.480.722,68	11,70
Outras Despesas Operacionais		745.568,87	3,52
Investimentos		121.876,01	0,58
TOTAL		21.200.606,83	100,00

2) Ministério da Educação

MEC	2021		
Dispêndios Realizados Por Linha Contábil	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo - MEC	4.600.000,00	4.600.000,00	60,77
Consultoria Externa		1.400.906,71	18,51
Manutenção Administrativa		1.567.257,90	20,71
Outras Despesas Operacionais		937,32	0,01
TOTAL		7.569.101,93	100,00

X – ARRECADAÇÃO X DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

O montante aplicado no custeio de pessoal e encargos durante o ano de 2021 representou um total de 107,05 % dos valores efetivamente recebidos no âmbito do Contrato de Gestão. O percentual apurado foi prejudicado pela demora na assinatura dos Termos Aditivos do ano e consequentemente, a efetiva entrada dos recursos que foram pactuados e previstos no cronograma de desembolso.

2021		
VALOR REPASSE FINANCEIRO	DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	%
15.712.553,00	16.819.788,02	107,05

Como forma de acompanhamento, segue abaixo os dados relativos à receita versus pessoal e encargos, durante todo o ciclo do atual Contrato de Gestão.

RELAÇÃO PERCENTUAL DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS X REPASSE FINANCEIRO CONTRATO DE GESTÃO						
2010 A 2021						
ANO	*2010	2011	2012	2013	2014	2015
REPASSE FINANCEIRO	10.290.000,00	27.640.000,00	27.167.150,00	41.024.700,00	26.950.000,00	27.558.150,00
2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
13.000.000,00	26.813.326,00	17.526.896,00	31.526.896,00	33.850.000,00	15.712.553,00	299.059.671,00
ANO	2º SEM/2010	2011	2012	2013	2014	2015
PESSOAL E ENCARGOS	6.030.395,59	12.553.301,51	14.819.866,57	15.999.283,75	17.320.141,95	18.239.712,25
2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
14.101.539,05	11.052.554,01	11.898.773,30	13.362.957,17	14.547.243,40	16.819.788,02	166.745.556,57
ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
%	58,60	45,42	54,55	39,00	64,27	66,19
2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
108,47	41,22	67,89	42,39	42,98	107,05	55,76

*Recurso específico do Contrato de Gestão assinado em 2010 (novo ciclo)

XI – DOCUMENTOS REFERENCIADOS

Os documentos referenciados, que subsidiaram as informações econômico-financeiras, encontram-se nos anexos:

- Anexo I - Demonstrativo da Evolução dos Números do Contrato de Gestão;
- Anexo II - Demonstrativo de Receitas e Despesas por Centros de custo (Inversão Gerencial);
- Anexo III - Conjunto de Notas Técnicas Relativas à Programação Orçamentária;

4. Anexos

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - 2010 / 2021

EXERCÍCIOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Saldos acumulados (orçamentário) ano anterior (A)	18.377.287,30	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71	1.424.659,62	28.181.974,62	14.400.002,58
Reserva Técnica	5.916.479,32	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71	9.921.555,62	3.632.889,94
Saldo das ações continuadas - ano anterior	5.922.770,03	5.579.066,05	10.171.003,66	11.303.401,88	14.866.993,50	15.038.740,38	7.929.033,40	5.923.146,44	3.445.747,21	1.265.230,39	16.526.022,15	15.238.341,83
Saldos de anos anteriores a serem reaplicados	6.203.841,37	3.517.674,79	6.125.369,25	-636.878,57	-156.746,06	5.790.347,56	-6.199.985,12	-3.603.078,73	-3.649.182,96	-4.431.615,13	4.312.053,55	336.340,62
Excentes financeiros a reprogramar	334.196,58	860.478,51	-9.796.272,53	1.384.299,75	1.324.574,15	4.613.541,31	2.331.277,59	628.331,56	315.403,64	504.439,65	-2.577.656,70	-4.807.569,81
Reincorporação de Saldos ao Contrato de Gestão - TCU (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.439.838,42		305.604,58					
Créditos no exercício (C)	19.866.834,86	23.564.095,07	29.374.668,78	29.615.936,97	16.996.083,10	7.985.204,33	10.773.840,17	23.078.446,88	25.149.667,82	39.111.491,07	23.838.607,86	30.364.895,84
Recebido do exercício corrente - CG	14.810.000,00	17.850.000,00	13.967.150,00	18.391.850,00	5.391.850,00	0,00	0,00	15.218.016,00	17.526.896,00	31.526.896,00	12.700.000,00	11.312.858,00
Recebido do exercício anterior - CG		9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	13.000.000,00	11.595.310,00	0,00	0,00	21.150.000,00	4.399.695,00
Compensação de crédito/débito já programado	3.316.946,99	-5.711.043,94	1.256.546,69	-12.487.067,61	-11.658.001,85	-21.607.012,72	-2.947.006,75	-4.303.402,05	7.207.863,17	7.328.418,17	-10.706.875,18	13.579.571,75
Créditos de aplicações financeira /outras	1.739.887,87	1.635.139,01	950.972,09	1.078.304,58	1.704.084,95	2.034.067,05	720.846,92	568.522,93	414.908,65	256.176,90	695.483,04	1.072.771,09
Total de créditos (D=A+B+C)	38.244.122,16	39.437.793,74	43.331.871,56	49.336.946,90	44.888.351,16	40.178.242,40	24.094.068,31	30.504.586,97	30.839.376,53	40.536.150,69	52.020.582,48	44.764.898,42
Despesas no exercício	27.964.067,14	23.332.693,14	35.387.546,92	34.915.638,02	34.828.970,07	30.705.731,10	21.807.008,70	18.614.878,50	22.259.178,98	22.961.007,16	25.874.097,23	28.647.832,75
(-) Depreciação	0,00	0,00	0,00	0,00	-669.419,35	-667.762,64	-648.034,41	-372.798,95	-210.086,00	-300.873,05	-329.683,85	-290.586,77
Investimentos no exercício	117.400,29	966.215,39	716.933,43	1.625.581,89	158.935,49	125.601,09	40.410,91	8.023,25	37.205,76	400.917,14	200.000,00	121.876,01
Dispêndios pagos com saldos de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Total de Gastos (desembolso) no exercício (D)	28.081.467,43	24.298.908,53	36.104.480,35	36.541.219,91	34.318.486,21	30.163.569,55	21.199.385,20	18.250.102,80	22.086.298,74	23.061.051,25	25.744.413,38	28.479.121,99
Superávit para o próximo exercício (E=C-D)	10.162.654,73	15.138.885,21	7.227.391,21	12.795.726,99	10.569.864,95	10.014.672,85	2.894.683,11	12.254.484,17	8.753.077,79	17.475.099,44	26.276.169,10	16.285.776,43
Ajuste superávit exercícios anteriores, recuperação de despesas, entre outros (F)		74.864,26	6.551,11	-1.299,20	16.160,40	52.943,96	228.054,93	643.087,71	0,00	0,00	1.703.405,23	
Superávit para o próximo exercício ajustado (G=E+F)		15.213.749,47	7.233.942,32	12.794.427,79	10.586.025,35	10.067.616,81	3.122.738,04	12.897.571,88	8.753.077,79	17.475.099,44	27.979.574,33	16.285.776,43
Créditos a receber (H)	9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.558.150,00	32.558.150,00	13.000.000,00	11.595.310,00	0,00	0,00	21.150.000,00	4.399.695,00	45.018.545,00
Compromissos a pagar (I)	-4.078.956,06	-14.456.546,69	-10.145.782,39	-9.900.148,15	-10.951.137,28	-10.052.993,25	-7.291.907,95	-7.207.863,17	-7.328.418,17	-10.443.124,82	-17.979.266,75	-8.133.338,24
Ajuste de compensação (J)												
Créditos / Débitos futuros a reprogramar (K=H-I-J)	5.711.043,94	-1.256.546,69	12.487.067,61	11.658.001,85	21.607.012,72	2.947.006,75	4.303.402,05	-7.207.863,17	-7.328.418,17	10.706.875,18	-13.579.571,75	36.885.206,76
Sub-total (E-I) (Superavit liquido a reprogramar)	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71	1.424.659,62	28.181.974,62	14.400.002,58	53.170.983,19
Reserva Técnica (L)	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71	9.921.555,62	3.632.889,94	1.450.000,00
Saldo das ações a serem continuadas no ano seguinte (M)	5.579.066,05	10.171.003,66	11.303.401,88	14.866.993,50	14.238.740,38	7.929.033,40	5.923.146,44	3.445.747,21	1.265.230,39	16.526.022,15	15.238.341,83	19.930.690,63
Saldo de ações encerradas (concluídas ou canceladas) a ser reaplicado no ano seguinte (N)	3.517.674,79	6.125.369,25	-636.878,57	-156.746,06	6.590.347,56	-6.199.985,12	-3.603.078,73	-3.649.182,96	-4.431.615,13	4.312.053,55	336.340,62	59.759,45
Excentes ou déficit financeiros a reprogramar (O)	860.478,51	-9.796.272,53	1.384.299,75	1.324.574,15	4.613.541,31	2.331.277,59	628.331,56	315.403,64	504.439,65	-2.577.656,70	-4.807.569,81	31.730.533,11
Total dos saldos a serem reprogramados no ano seguinte (P=I+J+K+L+M)	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71	1.424.659,62	28.181.974,62	14.400.002,58	53.170.983,19

Legendas:	
H,I,J	Informações para subsidiar a definição dos valores a serem renegociados para o exercício seguinte (posição orçamentária)
Créditos a receber	Valores pendentes de repasse ao final do exercício
Compromissos à pagar	Contratos já firmados, com pagamentos a serem feitos em exercícios posteriores
Ajustes de compensação	Débitos ou créditos oriundos de classificações incorretas que impactam os saldos acumulados do CG - resultaram de diferenças identificadas por ocasião dos levantamentos feitos para atender ao TCU e a transferência de saldos de ações em que os gastos excederam o orçamento.

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 Grupos de Contas: 1.000

Grupo de Centro de Custos: 810

Máscara Solicitada: A.BB.1.2.33.44.55

Reduzida C. Custos		Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
0	800000	8	8 - CGEE	0,00	36.457.174,09C	36.457.174,09
0	800090	8.10	CONTRATO DE GESTÃO	0,00	36.457.174,09C	36.457.174,09
1.000	800090	8.10.3	RECEITAS	0,00	36.457.174,09C	36.457.174,09
1.010	800090	8.10.3.1	RECEITA LÍQUIDA	0,00	36.457.174,09C	36.457.174,09
1.020	800090	8.10.3.1.01	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	35.685.017,18C	35.685.017,18
1.030	800090	8.10.3.1.01.01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	35.384.403,00C	35.384.403,00
1.040	800090	8.10.3.1.01.01.01	Transferências da União	0,00	35.384.403,00C	35.384.403,00
1.045	800090	8.10.3.1.01.02	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	300.614,18C	300.614,18
1.081	800090	8.10.3.1.01.02.05	Recuperação de Despesas/Ressarcimentos	0,00	300.614,18C	300.614,18
1.110	800090	8.10.3.1.03	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	772.156,91C	772.156,91
1.130	800090	8.10.3.1.03.02	Rendimentos de Aplicações Financeira	0,00	768.657,59C	768.657,59
1.140	800090	8.10.3.1.03.03	Descontos Obtidos	0,00	3.499,32C	3.499,32

Período: **01/01/2021 a 31/12/2021** Grupos de Contas: **2.000** Grupo de Centro de Custos: **810**
Máscara Solicitada: **A.BB.1.2.33**

Reduzida C. Custos	Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
0	800000	8 - CGEE	50.411.194,10	28.647.832,75D	21.763.361,35
0	800090	8.10 CONTRATO DE GESTÃO	50.411.194,10	28.647.832,75D	21.763.361,35
2.000	800090	8.10.4 DESPESAS	50.411.194,10	28.647.832,75D	21.763.361,35
2.010	800090	8.10.4.1 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	0,00	2.069.060,62D	2.069.060,62-
2.020	800090	8.10.4.1.01 Água e Esgoto	0,00	1.201,14D	1.201,14-
2.030	800090	8.10.4.1.02 Energia Elétrica	0,00	158.843,77D	158.843,77-
2.040	800090	8.10.4.1.03 Telecomunicações	0,00	76.903,31D	76.903,31-
2.050	800090	8.10.4.1.04 Transporte de Cargas	0,00	3.695,75D	3.695,75-
2.070	800090	8.10.4.1.06 Material de Escritório	0,00	1.828,18D	1.828,18-
2.080	800090	8.10.4.1.07 Licença de Uso de Software	0,00	587.452,28D	587.452,28-
2.090	800090	8.10.4.1.08 Propaganda e Publicidade	0,00	42.811,76D	42.811,76-
2.100	800090	8.10.4.1.09 Transporte Urbano	0,00	4.040,23D	4.040,23-
2.106	800090	8.10.4.1.11 Suprimentos de Informática	0,00	52.297,85D	52.297,85-
2.107	800090	8.10.4.1.12 Seguros	0,00	114.467,25D	114.467,25-
2.108	800090	8.10.4.1.13 Locação de Veículos	0,00	149.066,06D	149.066,06-
2.110	800090	8.10.4.1.15 Limpeza, Copeiragem, Recepção e Vigilância	0,00	502.954,13D	502.954,13-
2.111	800090	8.10.4.1.16 Gráfica/Fotocópia/Gravação de CD-DVD	0,00	54.754,69D	54.754,69-
2.113	800090	8.10.4.1.18 Manutenção e Conservação de Bens	0,00	190.855,66D	190.855,66-
2.114	800090	8.10.4.1.19 Aquisição de Publicações Técnicas	0,00	898,52D	898,52-
2.115	800090	8.10.4.1.20 Assinaturas de Jornais/Revistas e acesso a banco de dados	0,00	19.526,35D	19.526,35-
2.116	800090	8.10.4.1.21 Expedição, Serv.Postais/Mailing	0,00	6.866,13D	6.866,13-
2.099	800090	8.10.4.1.24 Bens não Imobilizados	0,00	313,10D	313,10-
2.092	800090	8.10.4.1.27 Ressarcimento de Transporte	0,00	3.210,00D	3.210,00-
2.093	800090	8.10.4.1.28 Material de Uso e Consumo	0,00	265,83D	265,83-
2.094	800090	8.10.4.1.29 Filmagens/Edição e Editoração/Diagramação	0,00	52.500,00D	52.500,00-
2.119	800090	8.10.4.1.99 Outras Despesas	0,00	44.308,63D	44.308,63-
2.120	800090	8.10.4.2 DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	0,00	16.819.788,02D	16.819.788,02-
2.130	800090	8.10.4.2.01 Ordenados e Salários	0,00	8.176.279,73D	8.176.279,73-
2.140	800090	8.10.4.2.02 Gratificações e Prêmios	0,00	309.274,79D	309.274,79-
2.150	800090	8.10.4.2.03 Férias	0,00	1.022.302,34D	1.022.302,34-
2.160	800090	8.10.4.2.04 13º Salário	0,00	740.704,32D	740.704,32-
2.170	800090	8.10.4.2.05 INSS	0,00	2.396.835,65D	2.396.835,65-
2.180	800090	8.10.4.2.06 FGTS	0,00	1.043.460,69D	1.043.460,69-
2.190	800090	8.10.4.2.07 Indenizações e Aviso Prévio	0,00	117.700,62D	117.700,62-
2.200	800090	8.10.4.2.08 Assistência Médica e Social - Complementar	0,00	857.430,62D	857.430,62-
2.210	800090	8.10.4.2.09 Auxílio Alimentação	0,00	1.484.457,79D	1.484.457,79-
2.230	800090	8.10.4.2.11 Hora Extra	0,00	9.840,68D	9.840,68-
2.250	800090	8.10.4.2.13 Treinamento de Pessoal	0,00	17.499,20D	17.499,20-
2.260	800090	8.10.4.2.14 PIS s/Folha	0,00	112.909,30D	112.909,30-
2.270	800090	8.10.4.2.15 Auxílio Transporte	0,00	1.502,80D	1.502,80-
2.272	800090	8.10.4.2.17 Seguro/Previdência em Grupo	0,00	11.481,60D	11.481,60-
2.276	800090	8.10.4.2.21 Auxílio Moradia	0,00	308.370,50D	308.370,50-
2.277	800090	8.10.4.2.22 Bolsa Estagiários/menor aprendiz	0,00	205.637,91D	205.637,91-
2.279	800090	8.10.4.2.99 Outras Despesas com Pessoal	0,00	4.099,48D	4.099,48-
2.280	800090	8.10.4.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS	0,00	6.920.240,05D	6.920.240,05-
2.295	800090	8.10.4.3.02 Auditoria e Consultoria - PJ	0,00	27.769,00D	27.769,00-
2.301	800090	8.10.4.3.04 Honorários	0,00	15.020,00D	15.020,00-
2.310	800090	8.10.4.3.05 Serv.Prof.Espec.- PF	0,00	776.860,09D	776.860,09-
2.320	800090	8.10.4.3.06 Serv.Prof.Espec.- PJ	0,00	5.911.141,33D	5.911.141,33-
2.340	800090	8.10.4.3.08 INSS Empregador	0,00	168.807,10D	168.807,10-
2.311	800090	8.10.4.3.10 Serv.Prof.Espec-PF/Remessa exterior	0,00	15.443,92D	15.443,92-
2.341	800090	8.10.4.3.12 IRRF/Remessa exterior-0422	0,00	431,38D	431,38-
2.343	800090	8.10.4.3.14 PIS/Remessa exterior-5434	0,00	279,56D	279,56-
2.344	800090	8.10.4.3.15 CIDE/Remessa exterior-8741	0,00	3.200,00D	3.200,00-
2.345	800090	8.10.4.3.16 COFINS/Remessa exterior-5442	0,00	1.287,67D	1.287,67-
2.400	800090	8.10.4.4 ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	0,00	1.978.919,96D	1.978.919,96-
2.410	800090	8.10.4.4.01 Aluguél de Imóveis	0,00	1.572.399,38D	1.572.399,38-
2.420	800090	8.10.4.4.02 Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	0,00	8.196,20D	8.196,20-
2.431	800090	8.10.4.4.04 Taxas Condominiais	0,00	340.225,94D	340.225,94-
2.432	800090	8.10.4.4.05 Outras Despesas c/Aluguéis	0,00	58.098,44D	58.098,44-
2.440	800090	8.10.4.5 IMPOSTOS, TAXAS E MULTAS FISCAIS	0,00	100.283,81D	100.283,81-

Período: **01/01/2021 a 31/12/2021** Grupos de Contas: **2.000**

Grupo de Centro de Custos: **810**

Máscara Solicitada: **A.BB.1.2.33**

Reduzida C. Custos	Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
2.450	800090	8.10.4.5.01 IPTU	0,00	61.830,30D	61.830,30-
2.470	800090	8.10.4.5.03 Taxas Diversas	0,00	7.707,20D	7.707,20-
2.495	800090	8.10.4.5.07 COFINS - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	30.746,31D	30.746,31-
2.500	800090	8.10.4.6 DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	319.310,90D	319.310,90-
2.520	800090	8.10.4.6.02 Juros	0,00	1.720,21D	1.720,21-
2.530	800090	8.10.4.6.03 Despesas Bancárias	0,00	181.559,13D	181.559,13-
2.540	800090	8.10.4.6.04 IRRF s/Aplicações Financeiras	0,00	130.806,50D	130.806,50-
2.550	800090	8.10.4.6.05 Multas	0,00	5.225,06D	5.225,06-
2.560	800090	8.10.4.7 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS E PROVISÕES	0,00	149.642,62D	149.642,62-
2.580	800090	8.10.4.7.02 Diárias	0,00	31.795,21D	31.795,21-
2.590	800090	8.10.4.7.03 Passagens	0,00	548,70D	548,70-
2.600	800090	8.10.4.7.04 Promoções e Eventos	0,00	80.734,00D	80.734,00-
2.605	800090	8.10.4.7.05 Despesas Miudas de Pronto Pagamento	0,00	36.324,71D	36.324,71-
2.606	800090	8.10.4.7.06 TX de Emissão Passagens Aéreas	0,00	240,00D	240,00-
2.610	800090	8.10.4.8 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	290.586,77D	290.586,77-
2.620	800090	8.10.4.8.01 Depreciações	0,00	274.173,68D	274.173,68-
2.630	800090	8.10.4.8.02 Amortizações	0,00	16.413,09D	16.413,09-
2.640	800090	8.10.4.9 DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	50.411.194,10	0,00	50.411.194,10
2.699	800090	8.10.4.9.99 .Orçamento	50.411.194,10	0,00	50.411.194,10

COORDENADORIA FINANCEIRA**NOTA TÉCNICA nº 001/2021****Assunto: Saldos do Contrato de Gestão para 2021.****1 - Objeto:**

Ações projetos e atividades do Contrato de Gestão com execução programada para este exercício.

2 - Os fatos:

Com vistas à abertura das dotações nos respectivos centros de custos dentro da 'Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2021, procedeu-se à apuração dos saldos disponíveis, tendo como base o Balanço Patrimonial do CGEE/2020.

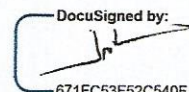
O objetivo da reprogramação é estabelecer o fluxo financeiro do Centro, iniciando com o levantamento do saldo financeiro extraído do item. 4 das notas explicativas as demonstrações contábeis do CGEE/2020, considerando todos os recursos disponíveis, seja em conta corrente ou em aplicações financeiras, como segue:

BANCO DO BRASIL – AG 1003-0	R\$
Conta corrente – 435.002-2	2.495,21
Aplicação de Liquidez Imediata	25.789.211,86
TOTAL	25.791.707,07

Ao saldo financeiro acima deverá ser acrescentado o valor a receber do Contrato de Gestão correspondente a R\$ 4.399.695,00 que consta dos restos a pagar do 22º e 23º Termos Aditivos, ficando o total de créditos orçamentários para 2021, distribuídos da seguinte forma:

(+) CRÉDITOS	R\$
Saldo Financeiro	25.791.707,07
Saldo a Receber 22º e 23º TA - CG	4.399.695,00
TOTAL	30.191.402,07


 DS

 DocuSigned by:

 671FC53F52C540F...



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

Dos créditos, acima apurados, deverá ser deduzido o saldo das ações iniciadas em 2020 que terão continuidade em 2021, os compromissos a liquidar e o saldo da reserva técnica, conforme apresentado abaixo:

(-) DÉBITOS	R\$
Saldo das ações continuadas	(15.238.341,83)
Compromissos a liquidar	(17.979.266,75)
Reserva Técnica	(3.632.889,94)
TOTAL	(36.850.498,52)

Dessa movimentação resta demonstrado um déficit orçamentário de R\$ 6.659.096,45. Para registro da abertura do orçamento 2021 será considerado o saldo das ações continuadas e no momento da repactuação esses valores poderão ter destinações diferentes que deverão ser ajustadas em Nota Técnica própria.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 28 de janeiro de 2021.

DocuSigned by:

Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
671FC53F52C540F...
Coordenadora Financeira

Ao Sr. Presidente do CGEE
Submeto à consideração e aprovação.

De acordo.
CGEE, 29.01.2021

Edmundo Antonio Taveira Pereira
Gestor Administrativo

DocuSigned by:

7D2E1605578457...
Marcio de Miranda Santos
Diretor Presidente

C/ANEXOS

- I – Demonstrativo do Saldo de Ações Continuadas;
- II – Demonstrativo da Evolução do Saldo do Contrato de Gestão
- III- Item 4 das Notas explicativas as demonstrações contábeis 2020

CONTRATO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2020 E PROPOSTA 2021

AÇÃO/SUBAÇÃO	Dotações	GASTOS REALIZADOS		SALDOS	
		Ações Encerradas	Ações Continuadas	Ações Encerradas	Ações Continuadas
CONTRATO DE GESTÃO	41.648.779,68	18.113.354,38	7.960.742,85	336.340,62	15.238.341,83
CONTRATO DE GESTÃO = INVERSÃO GERENCIAL (-/+ INVESTIMENTOS)		17.913.354,38	7.960.742,85	536.340,62	15.238.341,83
- ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES	15.147.887,01	485.033,43	3.267.073,78	114.986,57	11.280.813,23
Conectividade das Telecomunicações no Território Nacional	600.000,00	485.033,43		114.986,57	
Atividade Subsídios para Formulação e Avaliação de Programas Estratégicos na Área de Educação	6.647.887,01		1.328.896,95		5.318.990,06
Elementos Técnicos em CT&I para o Planejamento de Grandes Regiões Metropolitanas	7.000.000,00		1.547.757,05		5.452.242,95
Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho	550.000,00		390.419,78		159.580,22
Mapa Setorial da Conectividade em Território Nacional	350.000,00		0,00		350.000,00
- ARTICULAÇÃO	2.391.206,76	0,00	1.771.614,82	0,00	619.591,94
Atividade - Inserção do CGEE em Agendas Internacionais	150.000,00		150.000,00		0,00
Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	1.650.992,34		1.326.213,06		324.779,28
Mapa da Educação Superior no Brasil	290.214,42		17.865,86		272.348,56
Subsídios para o Monitoramento e a Avaliação do Programa Ciência na Escola	150.000,00		127.535,90		22.464,10
Subsídios Técnicos para a Implantação de Centros p/o Desenv. De Tecnologias Aplicadas	150.000,00		150.000,00		0,00
- APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I	5.489.990,91	15.120,00	2.009.121,54	134.880,00	3.330.869,37
Atividade - Notas Técnicas	200.000,00		158.512,54		41.487,46
Atividade - Reuniões de Especialistas	0,00		0,00		0,00
Subsídios Técnicos para a Formulação de Programas Nacional de Proteção e Valorização da Inteligência em CTI	150.000,00	15.120,00		134.880,00	0,00
Arquitetura Digital de Inteligência de Negócio do MCTIC	1.400.000,00		170.758,56		1.229.241,44
Inovação - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCTI	2.039.990,91		1.243.675,06		796.315,85
Inovação para o Desenvolvimento Nacional: Subsídios Técnicos para Políticas Públicas	700.000,00		436.175,38		263.824,62
Subsídios para a Criação, Construção e Implantação de Laboratório de Biosegurança Nível 4 no Brasil	1.000.000,00				1.000.000,00
- DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CT&I	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00
Atividade - Produção e Disseminação de Informação	120.000,00		120.000,00		0,00
- DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	18.489.695,00	17.613.200,95	792.932,71	86.494,05	7.067,29
Pessoal e Encargos	13.600.000,00	13.555.823,13		44.176,87	0,00
Manutenção e Operação	3.849.695,00	3.849.695,00		0,00	0,00
Investimentos	200.000,00	200.000,00		0,00	0,00
Capacitação de pessoal	50.000,00	7.682,82		42.317,18	0,00

CONTRATO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2020 E PROPOSTA 2021

AÇÃO/SUBAÇÃO	Dotações	GASTOS REALIZADOS		SALDOS	
		Ações Encerradas	Ações Continuadas	Ações Encerradas	Ações Continuadas
Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	600.000,00		592.932,71		7.067,29
Atividade - Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prospecção, Avaliação Estratégica,	200.000,00		200.000,00		0,00

Lota 1: O relatório de inversão gerencial não totaliza o gasto com o imobilizado por ser conta do ativo.

Lota 2: O valor apresentado como gasto na subação investimento foi extraído do razão - imobilizado

Lota 3: Ações encerradas

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - 2010 / 2020												
EXERCÍCIOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Saldos acumulados (orçamentário) ano anterior (A)	18.377.287,30	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71	1.424.659,62	28.181.974,62	
Reserva Técnica	5.916.479,32	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71	9.921.555,62	
Saldo das ações continuadas - ano anterior	5.922.770,03	5.579.086,05	10.171.003,66	11.303.401,88	14.866.993,50	15.038.740,38	7.929.033,40	5.923.146,44	3.445.747,21	1.265.230,39	16.526.022,15	
Saldos de anos anteriores a serem reaplicados	6.203.841,37	3.517.674,79	6.125.369,25	-636.878,57	-156.746,06	5.790.347,56	-6.199.985,12	-3.603.078,73	-3.649.182,96	-4.431.615,13	4.312.053,55	
Excentos financeiros a reprogramar	334.196,58	860.478,51	-9.796.272,53	1.384.299,75	1.324.574,15	4.613.541,31	2.331.277,59	628.331,56	315.403,64	504.439,65	-2.577.656,70	
Reincorporação de Saldos ao Contrato de Gestão - TCU (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.439.838,42		305.604,58					
Créditos no exercício (C)	19.866.834,86	23.564.095,07	29.374.668,78	29.615.936,97	16.996.083,10	7.985.204,33	10.773.840,17	23.078.446,88	25.149.667,82	39.111.491,07	23.838.607,86	
Recebido do exercício corrente - CG	14.810.000,00	17.850.000,00	13.967.150,00	18.391.850,00	5.391.850,00	0,00	0,00	15.218.016,00	17.526.896,00	31.526.896,00	12.700.000,00	
Recebido do exercício anterior - CG		9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	13.000.000,00	11.595.310,00	0,00	0,00	21.150.000,00	
Compensação de crédito/débito já programado	3.316.946,99	-5.711.043,94	1.256.546,69	-12.487.067,61	-11.658.001,85	-21.607.012,72	-2.947.006,75	-4.303.402,05	7.207.863,17	7.328.418,17	-10.706.875,18	
Créditos de aplicações financeira /outras	1.739.887,87	1.635.139,01	950.972,09	1.078.304,58	1.704.084,95	2.034.067,05	720.846,92	568.522,93	414.908,65	256.176,90	695.483,04	
Total de créditos (D=A+B+C)	38.244.122,16	39.437.793,74	43.331.871,56	49.336.946,90	44.888.351,16	40.178.242,40	24.094.068,31	30.504.566,97	30.839.376,53	40.536.150,69	52.020.582,48	
Despesas no exercício	27.964.087,14	23.332.693,14	35.387.546,92	34.915.638,02	34.828.970,07	30.705.731,10	21.807.008,70	18.614.878,50	22.259.178,98	22.961.007,16	25.874.097,23	
(-) Depreciação	0,00	0,00	0,00	0,00	-669.419,35	-667.762,64	-648.034,41	-372.798,95	-210.086,00	-300.873,05	-329.683,85	
Investimentos no exercício	117.400,29	966.215,39	716.933,43	1.625.581,89	158.935,49	125.601,09	40.410,91	8.023,25	37.205,76	400.917,14	200.000,00	
Despêndios pagos com saldos de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total de Gastos (desembolso) no exercício (D)	28.081.467,43	24.298.908,53	36.104.480,35	36.541.219,91	34.318.486,21	30.163.569,55	21.199.395,20	18.250.102,80	22.086.298,74	23.061.051,25	25.744.413,38	
Superávit para o próximo exercício (E=C-D)	10.162.654,73	15.138.885,21	7.227.391,21	12.795.726,99	10.569.864,95	10.014.672,85	2.894.683,11	12.254.484,17	8.753.077,79	17.475.099,44	26.276.169,10	
Ajuste superávit exercícios anteriores, recuperação de despesas, entre outros (F)		74.864,26	6.551,11	-1.299,20	16.160,40	52.943,96	228.054,93	643.087,71	0,00	0,00	1.703.405,23	
Superávit para o próximo exercício ajustado (G=E+F)		15.213.749,47	7.233.942,32	12.794.427,79	10.586.025,35	10.067.616,81	3.122.738,04	12.897.571,88	8.753.077,79	17.475.099,44	27.979.574,33	
Créditos a receber (H)	9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.558.150,00	32.558.150,00	13.000.000,00	11.595.310,00	0,00	0,00	21.150.000,00	4.399.695,00	
Compromissos a pagar (I)	-4.078.956,06	-14.456.546,69	-10.145.782,39	-8.900.148,15	-10.951.137,28	-10.052.993,25	-7.291.907,95	-7.207.863,17	-7.328.418,17	-10.443.124,82	-17.979.266,75	
Ajuste de compensação (J)												
Créditos / Débitos futuros a reprogramar (K=H-I-J)	5.711.043,94	-1.256.546,69	12.487.067,61	11.658.001,85	21.607.012,72	2.947.006,75	4.303.402,05	-7.207.863,17	-7.328.418,17	10.706.875,18	-13.579.571,75	
Sub-total (E-I) (Superávit líquido a reprogramar)	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71	1.424.659,62	28.181.974,62	14.400.002,58	
Reserva Técnica (L)	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71	9.921.555,62	3.632.889,94	
Saldo das ações a serem continuadas no ano seguinte (M)	5.579.066,05	10.171.003,66	11.303.401,88	14.866.993,50	14.238.740,38	7.929.033,40	5.923.146,44	3.445.747,21	1.265.230,39	16.526.022,15	15.238.341,83	
Saldo de ações encerradas (concluídas ou canceladas) a ser replicado no ano seguinte (N)	3.517.674,79	6.125.369,25	-636.878,57	-156.746,06	6.590.347,56	-6.199.985,12	-3.603.078,73	-3.649.182,96	-4.431.615,13	4.312.053,55	336.340,62	
Excentos ou déficit financeiros a reprogramar (O)	860.478,51	-9.796.272,53	1.384.299,75	1.324.574,15	4.613.541,31	2.331.277,59	628.331,56	315.403,64	504.439,65	-2.577.656,70	-4.807.569,81	

Total dos saldos a serem reprogramados no ano seguinte (P=I+J+K+L+M)	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71	1.424.669,62	28.181.974,62	14.400.002,58
---	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	---------------	---------------

4

Legendas:	
H,I,J	Informações para subsidiar a definição dos valores a serem renegociados para o exercício seguinte (posição orçamentária)
Créditos a receber	Valores pendentes de repasse ao final do exercício
Compromissos a pagar	Contratos já firmados, com pagamentos a serem feitos em exercícios posteriores
Ajustes de compensação	Débitos ou créditos oriundos de classificações incorretas que impactam os saldos acumulados do CG - resultaram de diferenças identificadas por ocasião dos levantamentos feitos para atender ao TCU e a transferência de saldos de ações em que os gastos excederam o orçamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2020	2019
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato Administrativo	1.900,78	3.164.654,18
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	3.133,19	12.740.091,03
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos de Gestão	25.789.211,86	4.090.779,89
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contratos Administrativos	5.562.814,26	3.520.802,90
Total	31.357.060,09	23.516.328,00

5. CLIENTES A RECEBER

Essa conta registra o valor a receber em 2020 no montante de R\$ 4.399.695,00, distribuído da seguinte forma:

- a) Ministério da Educação – MEC relativo ao 22º Termo Aditivo no valor de R\$ 2.899.695,00;
- b) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI relativo ao 23º Termo Aditivo no valor de R\$ 1.500.000,00.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 491.463,18 (R\$ 463.659,81 – 2019).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:



cggee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

NOTA TÉCNICA nº 002/2021

Assunto: 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para 2010/2021.

1 - Objeto:

Programação das ações e projetos/Atividades do 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

2 - Os fatos:

Abertura das dotações, constantes do 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão incluindo no Centro de Custo da Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2021 o valor de **R\$ 8.912.858,00** (recurso novo) que se destina a execução dos projetos temáticos e atividades no exercício além de estabelecer a reprogramação orçamentária dos projetos e atividades continuadas do exercício anterior (**R\$ 10.560.674,20**).

Diante dos dados acima, o anexo I do 26º Termo Aditivo estabeleceu um orçamento distribuído da seguinte forma: **R\$ 8.750.000,00** a ser aplicado em projetos temáticos e atividades no ano de 2021 e **R\$ 10.073.532,20** destinados a gestão operacional e **650.000,00** destinado a Reserva Técnica.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 27 de setembro de 2021.

DocuSigned by:

Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora de Finanças e Contabilidade

Ao Sr. Presidente do CGEE
Submeto à consideração e aprovação.

De acordo.
CGEE, 28.09.2021

DocuSigned by:

820C013C1A0443B

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha
Diretor Administrativo Financeiro

ANEXO:

- 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e anexo I

DocuSigned by:

Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

VIGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI E O CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, NA FORMA ABAIXO.

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI**, na qualidade de contratante, neste ato representada por seu titular, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações **MARCOS CESAR PONTES**, portador da cédula de identidade nº 372972, do Comando da Aeronáutica/ Ministério da Defesa, inscrito no CPF nº 040.971.638-33, nomeado pelo Decreto Presidencial de 10 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União, Edição 110-A, Seção 2e - Extra, página 1, de 10 de junho de 2020, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO SUPERVISOR**, e o **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE**, doravante denominado CGEE, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCIO DE MIRANDA SANTOS**, inscrito no CPF nº 618.397.877-91, e pela Diretora **REGINA MARIA SILVERIO**, inscrito no CPF nº 102.120.248-76,

RESOLVEM, com fundamento na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, firmar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato de Gestão assinado em 27 de maio de 2010, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, viabilizando a inclusão de Projetos Temáticos e a ampliação das atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2021, possibilitando a alocação de recursos financeiros destinados ao fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, do interesse do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda, bem como prorrogar a vigência do atual Contrato de Gestão.

O Termo Aditivo atualiza, preliminarmente, a programação de trabalho de 2021, conforme detalhamento constante do Anexo I - Plano de Ação - em que estão relacionados os Projetos Temáticos e as Atividades, por Linha de Ação, as estimativas de gastos e as correspondentes previsões de data de conclusão, incorporando, ainda, o Anexo II - Demonstrativo da Repactuação dos Resultados Acumulados em 31/12/2020 do Contrato de Gestão e o Anexo V - Quadro Demonstrativo de Ementas, que consolida e substitui o Anexo II do 23º Termo Aditivo. Integra, ainda, neste Termo Aditivo, o Anexo III - Demonstrativo de produtos com prazo de entrega até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento do objeto de que trata o presente Termo Aditivo, será repassado pelo ÓRGÃO SUPERVISOR à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no exercício de 2021, recursos financeiros no montante de R\$ 8.912.858,00 (oito milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e oito reais).

- R\$ 8.312.858,00 (oito milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) à conta do Programa de Trabalho nº 19.571.2204.212H.0001 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - PO-0004 Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE-OS, conforme notas de empenho 2021NE000206, 2021NE000228, e 2021NE000304; e
- R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) à conta do Programa de Trabalho nº 19.571.2204.212H.0001 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - PO-0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Despesas Diversas, conforme notas de empenho 2021NE000254, 2021NE000255, 2021NE000256, 2021NE000257 e 2021NE000258.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS FINANCEIROS IDENTIFICADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Ficam reprogramados os saldos financeiros em conta corrente e aplicações financeiras, demonstrados no Relatório Final do Contrato de Gestão - 2020 (p. 62), no montante de R\$ 25.791.707,07 (vinte e cinco milhões setecentos e noventa e um mil setecentos e sete reais e sete centavos), apurados em 31/12/2020, a serem utilizados no pagamento de contratos e compromissos firmados antes de 31/12/2020, no âmbito de atividades e projetos em andamento nessa data, e no desenvolvimento de novos trabalhos, conforme demonstrado no Anexo II - Demonstrativo da Repactuação dos Resultados Acumulados em 31/12/2020 e como Reserva Técnica Financeira estabelecida para o exercício de 2021.

CLAUSÚLA QUARTA - DO VALOR DA RESERVA TÉCNICA FINANCEIRA

Fica estabelecido em R\$ 1.450.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais) o valor da Reserva Técnica para o ano de 2021, obtida a partir dos saldos apurados em 31/12/2020, conforme demonstrado no Anexo II - Repactuação dos Resultados Acumulados em 31/12/2020.

CLAUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Fica definida, para o ano de 2021, a sistemática de avaliação conforme disposto no Quadro de Metas e Indicadores de Desempenho - Anexo VI.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem vigência a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO

O presente contrato fica prorrogado até a assinatura do novo contrato de gestão, tendo como prazo limite o dia 30 de novembro de 2021, a contar de 30 de setembro de 2021, tendo a sua vigência encerrada com a assinatura do novo contrato ou em decorrência do término do prazo citado anteriormente, o que acontecer primeiro.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, em extrato, no prazo legal e em sua íntegra, no sítio que mantém na internet.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo Aditivo.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

REGINA MARIA SILVERIO

Diretora do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações**, em 24/09/2021, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de miranda santos (E), Usuário Externo**, em 24/09/2021, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria silverio (E), Usuário Externo**, em 24/09/2021, às 16:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8142806** e o código CRC **595B94D6**.

Não Possui.

CGEE / MCTI / MEC
Período 2010 / 2021
ANEXO I
Plano de Ação MCTI - 2021
Orçamentos Estimativos e Prazos

Objetivos Estratégicos do CG	Linhas de Ação	Projetos / Atividades	Saldos apurados em 31.12.2020 - Projeto Temático ou Atividade	Recursos a serem aplicados em 2021 para Atividades e Projetos Temáticos continuados + novos	Demandante	Previsão de Conclusão
I e III	Estudos, Análises e Avaliações	Elementos técnicos em CT&I para o planejamento de grandes regiões metropolitanas	5.452.242,95	5.200.000,00	SEMPI/MCTI	31/12/2021
I e III		Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho	159.580,22	600.000,00	SEMPI/MCTI	30/06/2022
I		Mapa setorial da conectividade em território nacional	350.000,00	350.000,00	MCOM / MCTI	30/06/2021
I	Articulação	Subsídios técnicos para a implantação de centros para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas	0,00	100.000,00	SEMPI/MCTI	30/06/2021
I e III		Subsídios para o monitoramento e a avaliação do Programa Ciência na Escola	22.464,10	100.000,00	SEPEF/MCTI	31/12/2021
I	Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	0,00	100.000,00	MCTI	31/12/2021
I e III		Inovação para o desenvolvimento nacional: subsídios técnicos para políticas públicas	263.824,62	150.000,00	SEMPI/MCTI	31/12/2021
I		Subsídios para a criação, construção e implantação de laboratório de biossegurança nível 4 no Brasil	1.000.000,00	500.000,00	SEXEC/MCTI	31/12/2021
I e III		Arquitetura digital de inteligência de negócio do MCTI	1.229.241,44	500.000,00	DG/SEXEC/MCTI	31/12/2021
I e III		Atividade - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCT&I	796.315,85	400.000,00	MCTI	31/12/2021
III		Atividade - Notas técnicas	41.487,46	25.000,00	MCTI	31/12/2021
III		Atividade - Reuniões de especialistas	0,00	25.000,00	MCTI	31/12/2021
III	Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	0,00	200.000,00	MCTI	31/12/2021
III	Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	7.067,29	100.000,00	MCTI	31/12/2021
III		Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	0,00	400.000,00	MCTI	31/12/2021
Subtotais			9.322.223,93	8.750.000,00		
Saldo de Projetos concluídos + Superávit /Deficit compensável + Contratos vigentes em 31.12.2021 e baixados em 03.2021, com recursos reincorporados ao CG (Legenda C e Anexo II)			-2.394.439,67			
Reserva Técnica Contratual			3.632.889,94			
Total a Reprogramar dos saldos em 31.12.2020 - MCTI			10.560.674,20			
Total a Reprogramar						
Gestão Operacional		Pessoal e Encargos		6.530.000,00		
		Manutenção e operação		3.343.532,20		
		Investimentos (atualização de equipamentos)		200.000,00		
		Subtotal		10.073.532,20		
Plano de Ação 2021		Atividades e Projetos (novos e continuados)		8.750.000,00		
		Gestão Operacional		10.073.532,20		
		Valor da Reserva Técnica - 2021		650.000,00		
		Valor do Plano de Ação 2021		19.473.532,20		
Total de Recursos Novos - 2021				8.912.858,00		

Legenda	
A	Projetos em andamento
B	Atividades
C	Informação disponível na página 70 e 71 do Relatório Final do Contrato de Gestão - 2020

**cggee**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**NOTA TÉCNICA nº 003/2021****Assunto: 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para 2010/2021.****1 - Objeto:**

Programação das ações e projetos/Atividades do 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

2 - Os fatos:

Abertura das dotações, constantes do 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão incluindo no Centro de Custo da Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2021 o valor de **R\$ 3.000.000,00** (recurso novo) que se destina a execução dos projetos temáticos e atividades no exercício além de estabelecer a reprogramação orçamentária dos projetos e atividades continuadas do exercício anterior (**R\$ 5.916.117,90**) por demanda do Ministério da Educação (MEC).

Diante dos dados acima, o anexo I do 27º Termo Aditivo estabeleceu um orçamento distribuído da seguinte forma: **R\$ 3.750.000,00** a ser aplicado em projetos temáticos e atividades no ano de 2021 e **R\$ 4.366.117,90** destinados a gestão operacional e **800.000,00** destinado a Reserva Técnica.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 21 de dezembro de 2021.

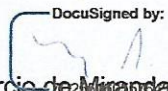
DocuSigned by:


Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora de Finanças e ContabilidadeAo Sr. Presidente do CGEE
Submeto à consideração e aprovação.De acordo.
CGEE, 21.12.2021

DocuSigned by:


820C013C1A0443B...
Luiz Arnaldo Pereira da Cunha
Diretor Administrativo Financeiro

DocuSigned by:


Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente**ANEXO:**

- 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e anexo I



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI, COM A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE, E O CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, EM FORMA ABAIXO.

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI**, na qualidade de contratante, neste ato representado por seu titular, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações **MARCOS CESAR PONTES**, portador da cédula de identidade nº 3***72, do Comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa, inscrito no CPF nº 040.9**.***-33, nomeado pelo Decreto Presidencial de 10 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União, Edição 110-A, Seção 2e - Extra, página 1, de 10 de junho de 2020, doravante denominado simplesmente de **ORGÃO SUPERVISOR**, tendo como interveniente o **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**, neste ato representado por seu titular, Ministro de Estado da Educação, **MILTON RIBEIRO**, portador da carteira de identidade nº 7.***.100 SSP/SP, expedida em 14 de julho de 2017, inscrito no CPF/MF nº 927.0**.***-04, nomeado pelo Decreto Presidencial s/n de 10 de julho de 2020, publicado no Diário da União nº 131-A, seção 2 – Extra, página 1, de 10 de julho de 2020, doravante denominado simplesmente **INTERVENIENTE**, e o **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE**, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCIO DE MIRANDA SANTOS**, inscrito no CPF nº 618.3**.***-91, e pela Diretora **REGINA MARIA SILVERIO**, inscrito no CPF nº 102.1**.***-76,

RESOLVEM, com fundamento na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, firmar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Gestão assinado em 27 de maio de 2010, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade atender ao que dispõe a Portaria MCTIC Nº 1.917/2020, bem como atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, viabilizando a inclusão de Projetos Temáticos e a ampliação das Atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2021, possibilitando a alocação de recursos financeiros destinados ao fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, do interesse do Ministério da Educação – MEC, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda.

O presente Termo Aditivo atualiza, preliminarmente, a programação de trabalho de 2021, conforme detalhamento constante do Anexo I - Plano de Ação, em que estão relacionados os Projetos Temáticos e as Atividades, por Linha de Ação, as estimativas de gastos e as correspondentes previsões de data de conclusão. Foram incorporados, ainda, o Anexo II - Demonstrativo da Repactuação dos Resultados Acumulados em 31.12.2020 do Contrato de Gestão; e o Anexo V - Ementas. Integra, também, este termo aditivo, o Anexo III - Demonstrativo de produtos com prazo de entrega em 31/12/2021.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Integra o presente instrumento, independente de transcrição, o Programa de Trabalho, assim compreendido:

Anexo I - Plano de Ação;

Anexo II - Demonstrativo da Repactuação dos Resultados Acumulados em 31.12.2020;

Anexo III - Demonstrativo de Produtos com prazo de entrega em 31/12/2021;

Anexo IV - Cronograma de Desembolso; e

Anexo V - Ementas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento do objeto de que trata o presente Termo Aditivo, serão repassados pelo INTERVENIENTE à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no exercício de 2021, recursos financeiros no montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), previstos na classificação funcional programática 12.571.0032.212H - 212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), Plano Orçamentário (PO) 0004 - Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE-OS, conforme Nota de Empenho 2021NE000443.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, em extrato, no prazo legal e em sua íntegra, no sítio que mantém na internet.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo Aditivo.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

MILTON RIBEIRO

Ministro de Estado da Educação

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente do Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos

REGINA MARIA SILVERIO

Diretora do Centro de Gestão
e Estudos Estratégicos

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações**, em 13/12/2021, às 23:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de miranda santos (E), Usuário Externo**, em 14/12/2021, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria silverio (E), Usuário Externo**, em 14/12/2021, às 17:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MILTON RIBEIRO (E), Usuário Externo**, em 17/12/2021, às 13:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8898829** e o código CRC **B87EF784**.

Vigésimo Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

CGEE / MCTI / MEC
Período 2010 / 2021
ANEXO I
Plano de Ação MEC - 2021
Orçamentos Estimativos e Prazos

Objetivos Estratégicos do CG	Linhas de Ação	Projetos / Atividades	Saldos apurados em 31.12.2020	Recursos a serem aplicados em 2021 para Atividades e Projetos Temáticos continuados + novos	Recursos específicos 27* TA	Demandante	Previsão de Conclusão
I e II	Estudos, Análises e Avaliações	Atividade - Subsídios para a formulação e avaliação de programas estratégicos na área de educação	5.318.998,06	2.550.000,00	0,00	MEC	31/12/2021
II	Articulação	Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	324.779,28	1.100.000,00	800.000,00	SESUMEC	31/12/2021
II		Mapa da Educação Superior no Brasil	272.348,56	100.000,00	0,00	SESUMEC	30/06/2021
Subtotais			5.916.117,90	3.750.000,00	800.000,00		
Saldo de Projetos concluídos + Superávit / Deficit compensável			0,00				
Reserva Técnica Contratual			0,00				
Total a Reprogramar dos saldos em 31.12.2020 - MEC			5.916.117,90				
Total a Reprogramar							
Gestão Operacional	Pessoal e Encargos			2.800.000,00	2.200.000,00		
	Manutenção e operação			1.550.117,90	0,00		
	Subtotal			4.350.117,90	2.200.000,00		
Plano de Ação 2021	Atividades e Projetos (novos e continuados)			3.750.000,00	0,00		
	Gestão Operacional			4.350.117,90	0,00		
	Valor da Reserva Técnica - 2021			800.000,00	0,00		
	Valor do Plano de Ação 2021			5.916.117,90	3.000.000,00		
Total de Recursos Novos - 2021				3.000.000,00			

Legenda	
A	Projetos em andamento
B	Atividades

**cggee**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**NOTA TÉCNICA nº 004/2021****Assunto: 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para 2010/2021.****1 - Objeto:**

Programação das ações e projetos/Atividades do 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

2 - Os fatos:

Abertura das dotações, constantes do 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão incluindo no Centro de Custo da Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2021 o valor de **R\$ 32.000.000,00** (recurso novo) que se destina a execução dos projetos temáticos e atividades no exercício (**R\$ 11.053.000,00**) e em 2022 (**R\$ 20.947.000,00**) além de consolidar a reprogramação orçamentária dos projetos e atividades continuadas do exercício anterior (**R\$ 10.073.532,20**) e o valor programado no 26º Termo aditivo constante na nota técnica 002/2021 (**R\$ 9.400.000,00**) .

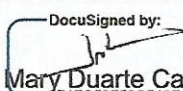
Diante dos dados acima, o anexo I do 28º Termo Aditivo estabeleceu um orçamento referente ao ano de 2021, distribuído da seguinte forma: **R\$ 19.803.000,00** a ser aplicado em projetos temáticos e atividades no ano de 2021, **R\$ 10.073.532,20** destinados a gestão operacional e **650.000,00** destinado a Reserva Técnica .

3 - Conclusão:

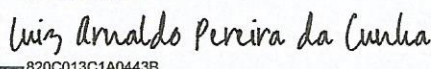
Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 27 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:


Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora de Finanças e ContabilidadeAo Sr. Presidente do CGEE
Submeto à consideração e aprovação.De acordo.
CGEE, 27.12.2021

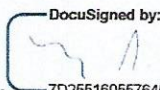
DocuSigned by:


820C013C1A0443B...Luiz Arnaldo Pereira da Cunha
Diretor Administrativo Financeiro

ANEXO:

- 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e anexo I

DocuSigned by:


702F5180557645Z
Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

VIGÉSIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI E O CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, NA FORMA ABAIXO

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI**, na qualidade de contratante, neste ato representado por seu titular, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Substituto, **SÉRGIO FREITAS DE ALMEIDA**, nomeado por meio do Decreto de 25 de maio de 2021, da CC/PR, publicado no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2021, Seção 2, pg 1, portador da Cédula de Identidade nº 1.299.694 SSP/PE e do CPF nº ***.493.414-**, residente em Brasília/DF, doravante denominado simplesmente de **ORGÃO SUPERVISOR**, e o **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE**, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCIO DE MIRANDA SANTOS**, inscrito no CPF nº 618.3**.***-91, e pela Diretora **REGINA MARIA SILVERIO**, inscrito no CPF nº 102.1**.***-76,

RESOLVEM, com fundamento na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, firmar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Gestão assinado em 27 de maio de 2010, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade atender ao que dispõe a Portaria MCTIC Nº 1.917/2020, bem como atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, viabilizando a inclusão de Projetos Temáticos e a ampliação das Atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2021, possibilitando a alocação de recursos financeiros destinados ao fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda.

O presente Termo Aditivo atualiza, preliminarmente, a programação de trabalho de 2021, conforme detalhamento constante do Anexo I - Plano de Ação, em que estão relacionados os Projetos Temáticos e as Atividades, por Linha de Ação, as estimativas de gastos e as correspondentes previsões de data de conclusão.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Integra o presente instrumento, independente de transcrição, o Programa de Trabalho, assim compreendido:

Anexo I - Plano de Ação;

Anexo II - Demonstrativo de Produtos;

Anexo III - Cronograma de Desembolso; e

Anexo V - Quadro Demonstrativo de Ementas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento do objeto de que trata o presente Termo Aditivo, serão repassados à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, recursos financeiros no montante de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), da seguinte forma:

- Em 2021: R\$ 11.053.000,00 (onze milhões e cinquenta e três mil reais), à conta do programa de trabalho 19.571.2204.212H.0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Plano Orçamentário (PO) 0004 - Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE-OS, conforme Nota de Empenho 2021NE000430.

- Em 2022: R\$ 20.947.000,00 (vinte milhões e novecentos e quarenta e sete mil reais), conforme disponibilidade orçamentária e financeira do ÓRGÃO SUPERVISOR.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, em extrato, no prazo legal e em sua íntegra, no sítio que mantém na internet.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo Aditivo.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Substituto

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente do Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos

REGINA MARIA SILVERIO

Diretora do Centro de Gestão
e Estudos Estratégicos



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações substituto**, em 24/12/2021, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de miranda santos (E), Usuário Externo**, em 24/12/2021, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria silverio (E)**, **Usuário Externo**, em 25/12/2021, às 02:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8961509** e o código CRC **88AADC21**.

Referência: Processo nº 01200.001681/2010-10

SEI nº 89615

[illegible][illegible]

Organismo Interamericano de Derechos Humanos

1. **El presente es el resultado de una investigación realizada por el Centro de Estudios y Documentación de la OEA, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile.**

2. **El presente es el resultado de una investigación realizada por el Centro de Estudios y Documentación de la OEA, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile.**

3. **El presente es el resultado de una investigación realizada por el Centro de Estudios y Documentación de la OEA, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile.**

4. **El presente es el resultado de una investigación realizada por el Centro de Estudios y Documentación de la OEA, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile, en el marco de la cooperación técnica entre el OEA y el Gobierno de Chile.**

**cggee**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**NOTA TÉCNICA nº 005/2021****Assunto: 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para 2010/2021.****1 - Objeto:**

Programação das ações e projetos/Atividades do 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

2 - Os fatos:

Abertura das dotações, constantes do 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão incluindo no Centro de Custo da Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2021 o valor de **R\$ 2.330.391,00** (recurso novo) que se destina a execução dos projetos temáticos e atividades no exercício além de estabelecer a consolidação da reprogramação orçamentária constante na nota explicativa 003/2021 (**R\$ 8.916.117,90**) das demandas relativas ao Ministério da Educação.

Diante dos dados acima, o anexo I do 29º Termo Aditivo estabeleceu um orçamento distribuído da seguinte forma: **R\$ 4.279.251,00** a ser aplicado em projetos temáticos e atividades no ano de 2021, e **R\$ 6.167.257,90** destinados a manutenção e operação e **800.000,00** destinado a Reserva Técnica.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:
Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora de Finanças e ContabilidadeAo Sr. Presidente do CGEE
Submeto à consideração e aprovação.De acordo.
CGEE, 30.12.2021

DocuSigned by:

820C013C1A0443B...

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha
Diretor Administrativo Financeiro

ANEXO:

DocuSigned by:

Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente

- 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e anexo I



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

VIGÉSIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI, COM A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE, E O CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, EM FORMA ABAIXO.

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES - MCTI**, na qualidade de contratante, neste ato representado por seu titular, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Substituto, **SERGIO FREITAS DE ALMEIDA**, nomeado por meio do Decreto de 25 de maio de 2021, da CC/PR, publicado no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2021, Seção 2, pg 1, portador da Cédula de Identidade nº 1.299.694 SSP/PE e do CPF nº ***.493.414-**, residente em Brasília/DF, doravante denominado simplesmente de **ORGÃO SUPERVISOR**, tendo como interveniente o **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**, neste ato representado por seu titular, Ministro de Estado da Educação, **MILTON RIBEIRO**, portador da carteira de identidade nº 7.***.100 SSP/SP, expedida em 14 de julho de 2017, inscrito no CPF/MF nº ***.074.678-**, nomeado pelo Decreto Presidencial s/n de 10 de julho de 2020, publicado no Diário da União nº 131-A, seção 2 - Extra, página 1, de 10 de julho de 2020, doravante denominado simplesmente **INTERVENIENTE**, e o **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE**, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **MARCIO DE MIRANDA SANTOS**, inscrito no CPF nº 618.***.***-91, e pela Diretora **REGINA MARIA SILVERIO**, inscrito no CPF nº 102.***.***-76,

RESOLVEM, com fundamento na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, firmar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Gestão assinado em 27 de maio de 2010, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade atender ao que dispõe a Portaria MCTIC Nº 1.917/2020, bem como atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, viabilizando a inclusão de Projetos Temáticos e a ampliação das Atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2021, possibilitando a alocação de recursos financeiros destinados ao fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, do interesse do Ministério da Educação - MEC, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda.

O presente Termo Aditivo atualiza, preliminarmente, a programação de trabalho de 2021, conforme detalhamento constante do Anexo I - Plano de Ação, em que estão relacionados os Projetos Temáticos e as Atividades, por Linha de Ação, as estimativas de gastos e as correspondentes previsões de data de conclusão.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Integra o presente instrumento, independente de transcrição, o Programa de Trabalho, assim compreendido:

Anexo I - Plano de Ação;

Anexo II - Demonstrativo de Produtos com prazo de entrega em 31/12/2021;

Anexo III - Cronograma de Desembolso; e

Anexo IV - Quadro Demonstrativo de Ementas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento do objeto de que trata o presente Termo Aditivo, serão repassados pelo INTERVENIENTE à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no exercício de 2021, recursos financeiros no montante de R\$ 2.330.391,00 (dois milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e noventa e um reais), previstos na classificação funcional programática 12.571.0032.212H - 212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), Plano Orçamentário (PO) 0004 - Desenvolvimento de Estudos de Prospeção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE-OS, conforme Nota de Empenho 2021NE000602.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, em extrato, no prazo legal e em sua íntegra, no sítio que mantém na internet.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo Aditivo.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações - Substituto

MILTON RIBEIRO

Ministro de Estado da Educação

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente do Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos

REGINA MARIA SILVERIO

Diretora do Centro de Gestão
e Estudos Estratégicos

Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida**, Ministro de Estado da Ciência,



Tecnologia e Inovações substituto, em 29/12/2021, às 11:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria silverio (E), Usuário Externo**, em 29/12/2021, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de miranda santos (E), Usuário Externo**, em 29/12/2021, às 16:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MILTON RIBEIRO (E), Usuário Externo**, em 29/12/2021, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8972313** e o código CRC **4F94D2C1**.

Vigésimo Nono Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

CGEE / MCTI / MEC
Período 2010 / 2021
ANEXO I
Plano de Ação MEC - 2021
Orçamentos Estimativos e Prazos

Objetivos Estratégicos do CG	Linhas de Ação	Projetos / Atividades	Saldos apurados em 31.12.2020	Realização dos Recursos a serem aplicados em 2021 para Atividades e Projetos Temáticos continuados previstos no 2º TA	Recursos específicos do 2º TA	Total de Recursos a serem aplicados em 2021 para Atividades e Projetos Temáticos continuados	Demandante	Previsão de Conclusão
I e II	Estudos, Análises e Avaliações	Atividade - Subsídios para a formulação e avaliação de programas estratégicos na área de educação	5.318.890,86	1.748.868,00	1.330.391,00	3.079.251,00	MEC	31/12/2021
II	Articulação	Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	324.719,28	100.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	SESU/MEC	31/12/2021
II		Mapa da Educação Superior no Brasil	272.348,56	100.000,00	0,00	100.000,00	SESU/MEC	30/06/2021
Subtotais			5.916.117,00	1.948.868,00	2.330.391,00	4.279.251,00		
Saldo de Projetos concluídos + Superávit / Déficit compensável			0,00					
Reserva Técnica Contratual			0,00					
Total a Reprogramar dos saldos em 31.12.2020 - MEC			5.916.117,00					
Total a Reprogramar								
Gestão Operacional	Pessoal e Encargos			4.000.000,00		4.000.000,00		
	Manutenção e operação			1.567.257,90		1.567.257,90		
	Subtotal			6.167.257,90		6.167.257,90		
Plano de Ação 2021	Atividades e Projetos (novos e continuados)			1.948.868,00		4.279.251,00		
	Gestão Operacional			6.167.257,90		6.167.257,90		
	Valor da Reserva Técnica - 2021			000.000,00		000.000,00		
	Valor do Plano de Ação 2021			8.916.117,90		11.246.508,90		
Total de Recursos Novos - 2021								

0,00

Legenda	
A	Projetos em andamento
B	Atividades

**cggee**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**NOTA TÉCNICA nº 006/2021****Assunto: 31º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para 2010/2021.****1 - Objeto:**

Programação das ações e projetos/Atividades do 31º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

2 - Os fatos:

Abertura das dotações, constantes do 31º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão incluindo no Centro de Custo da Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2021 o valor de **R\$ 10.088.154,00** (recurso novo) que se destina a execução dos projetos temáticos e atividades no exercício além de consolidar a reprogramação constante na nota técnica 004 (**R\$ 30.526.532,20**).

Diante dos dados acima, o anexo I do 31º Termo Aditivo estabeleceu um orçamento distribuído da seguinte forma: **R\$ 30.181.153,00** a ser aplicado em projetos temáticos e atividades no ano de 2021 e **R\$ 9.783.532,20** destinados a gestão operacional e **650.000,00** destinado a Reserva Técnica.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:
Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora de Finanças e ContabilidadeAo Sr. Presidente do CGEE
Submeto à consideração e aprovação.De acordo.
CGEE, 31.12.2021

DocuSigned by:

820C013C1A0443B...

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha
Diretor Administrativo Financeiro

DocuSigned by:

Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente**ANEXO:**

- 31º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e anexo I

Anexo IV - Quadro Demonstrativo de Ementas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento do objeto de que trata o presente Termo Aditivo, serão repassados ORGANIZAÇÃO SOCIAL, pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, no exercício de 2021, recursos financeiros no montante de R\$ 10.088.154,00 (dez milhões, oitenta e oito mil cento e cinquenta e quatro reais), à conta do programa de trabalho 19.571.2204.212H.0000 - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Plano Orçamentário (PO) 0004 - Desenvolvimento de Estudos de Prospeção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE-OS, da seguinte forma:

- R\$ 3.496.000,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais) para execução de projetos demandados em parceria com o Ministério das Comunicações (MCOM), via Termo de Execução Descentralizada (TED), conforme Nota de Empenho 2021NE000463;
- R\$ 1.239.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta e nove mil reais) para execução de iniciativas demandadas em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), conforme Nota de Empenho 2021NE000459;
- R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para execução de atividades demandadas em parceria com a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SEAE/PR), conforme Nota de Empenho 2021NE000407;
- R\$ 253.154,00 (duzentos e cinquenta e três mil cento e cinquenta e quatro reais) para execução de atividades demandadas em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), conforme Nota de Empenho 2021NE000480; e
- R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para execução de iniciativas demandadas por este ÓRGÃO SUPERVISOR, conforme Notas de Empenho 2021NE000400 e 2021NE000408.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, e seu extrato, no prazo legal e em sua íntegra, no sítio que mantém na internet.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo Aditivo.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações-Substituto

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente do Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos

REGINA MARIA SILVERIO
Diretora do Centro de Gestão
e Estudos Estratégicos



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações substituto**, em 30/12/2021, às 17:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria silverio (E), Usuário Externo**, em 30/12/2021, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de miranda santos (E), Usuário Externo**, em 30/12/2021, às 19:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8978073** e o código CRC **3A3B54D0**.

Objetivos Estratégicos do CG	Linhas de Ação	Projetos / Atividades	Recursos pactuados no 26º Termo Aditivo	Recursos pactuados no 26º Termo Aditivo, transferidos em 2021	Recursos pactuados neste 31º Termo Aditivo	Limites de recursos a serem aplicados em 2021 e 2022 para Atividades e Projetos Temáticos
I	Estudos, Análises e Avaliações	Estudo de rotas tecnológicas aplicadas a Tecnologias Estratégicas	-	4.000.000,00	-	4.000.000,00
I		Evolução do Mapa da Conectividade em Território Nacional	-	-	1.696.000,00	1.696.000,00
I		Informação Estratégica para o Programa de Computadores para Inclusão	-	-	1.400.000,00	1.400.000,00
I		Conectividade no Campo	-	-	400.000,00	400.000,00
I e III		Elementos técnicos em CT&I para o planejamento de grandes regiões metropolitanas	5.200.000,00	3.955.000,00	-	4.245.000,00
I e III		Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho	600.000,00	600.000,00	-	600.000,00
I		Mapa setorial da conectividade em território nacional	350.000,00	350.000,00	-	350.000,00
I e III	Articulação	Subsídios para a Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Equilibrado - PNDE	-	-	300.000,00	300.000,00
I		Subsídios técnicos para a implantação de centros para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas	100.000,00	80.000,00	-	80.000,00
I e III		Subsídios para o monitoramento e a avaliação do Programa Ciência na Escola	100.000,00	65.000,00	-	65.000,00
I e III		Atividade - Apoio Técnico ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)	-	-	1.600.000,00	1.600.000,00
I		Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	100.000,00	473.000,00	-	473.000,00
I	Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Subsídios para a modelagem de um núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária	-	-	1.239.000,00	1.239.000,00
I		Subsídios para a elaboração de Política Nacional de Infraestrutura da Qualidade e modelo de governança do CONMETRO	-	-	253.153,00	253.153,00
I e III		Inovação para o desenvolvimento nacional: subsídios técnicos para políticas públicas	150.000,00	150.000,00	-	150.000,00
I e III		Subsídios para a criação, construção e implantação de laboratório de biossegurança nível 4 no Brasil	500.000,00	230.000,00	-	230.000,00
I e III		Arquitetura digital de inteligência de negócio do MCTI	500.000,00	800.000,00	-	800.000,00
I e III		Atividade - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCT&I	400.000,00	2.440.000,00	3.200.000,00	5.640.000,00
III		Atividade - Notas técnicas	25.000,00	0,00	-	0,00
III		Atividade - Reuniões de especialistas	25.000,00	0,00	-	0,00
	Disseminação da Informação em CT&I	Pensar Alcântara 2040	-	500.000,00	-	500.000,00
III		Atividade - Produção e disseminação de informação	200.000,00	3.000.000,00	-	3.000.000,00
I e III	Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	100.000,00	2.160.000,00	-	2.160.000,00
		Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	400.000,00	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Subtotais			8.750.000,00	19.803.000,00	10.088.153,00	30.181.153,00
Total a Reprogramar						
Gestão Operacional		Pessoal e Encargos	6.530.000,00			6.530.000,00
		Manutenção e operação	3.343.532,20			3.123.532,20
		Investimentos (atualização de equipamentos)	200.000,00			130.000,00
		Subtotal	10.073.532,20			9.783.532,20
Plano de Ação 2021		Atividades e Projetos (novos e continuados)	8.750.000,00	19.803.000,00	10.088.153,00	30.181.153,00
		Gestão Operacional	10.073.532,20			9.783.532,20
		Valor da Reserva Técnica - 2021	650.000,00			650.000,00
		Valor do Plano de Ação 2021	19.473.532,20	19.803.000,00	10.088.153,00	40.614.685,20
Total de Recursos Novos - 2021			26º Termo Aditivo	26º Termo Aditivo	31º Termo Aditivo	26º, 28º e 31º Termos Aditivos
			8.912.858,00	11.053.000,00	10.088.153,00	30.054.011,00

Legenda
Projetos em andamento
Projetos Temáticos novos
Atividades
Atividade nova

5. Relatório dos Auditores Independentes

Relatório de auditoria do Contrato de Gestão

**Centro de Gestão e Estudos
Estratégicos – CGEE**

31 de dezembro de 2021

Brasília - DF, 10 de fevereiro de 2022.

MRP- 090/2022

Aos
Conselheiros e Diretores do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
Brasília - DF

Prezados senhores,

Realizamos nossos trabalhos voltados à avaliação das contas relativas ao Contrato de Gestão firmado entre o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos ("CGEE") e a União, referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Como parte integrante do exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, anexamos, à presente, relatório contendo o resultado dos nossos trabalhos sobre controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial, decorrentes de aspectos ou assuntos que vieram ao nosso conhecimento quando da aplicação de determinados testes seletivos, de acordo com as normas de auditoria, quando de nossa visita para revisão dos saldos contábeis e avaliação dos controles internos do CGEE.

Os aspectos adiante apresentados devem ser objeto de circulação restrita e não poderão ser utilizados por terceiros sem a prévia anuência formal da MRP Auditoria e Consultoria S/S.

Gostaríamos de agradecer a colaboração que obtivemos dos empregados e administradores do CGEE e colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O

Índice:

1.	Contexto do CGEE.....	3
2.	Recebimento de Recursos Financeiros do Contrato de Gestão	3
3.	Gastos com a Execução de Projetos do Contrato de Gestão	9
4.	Evolução do Ativo Imobilizado e Intangível	11
5.	Aderência à Portaria do MCTIC Nº 1.917/20	12
6.	Conclusão	13

1. Contexto do CGEE

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 31 de dezembro de 2021. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação - MEC foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

2. Recebimento de Recursos Financeiros do Contrato de Gestão

Em janeiro de 2021 foram recebidos R\$ 4.399.695,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil reais) do saldo remanescente referente ao ano de 2020. Esse montante corresponde a soma dos valores constantes no 22º Termo Aditivo (R\$ 2.899.695,00) repassados diretamente pelo Ministério da Educação e o 23º Termo Aditivo (R\$ 1.500.000,00) repassados pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI).

Dos valores programados dos repasses fixados nos cinco Termos Aditivos assinados no exercício de 2021, apenas um foi recebido integralmente (27º), restando um saldo a receber de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) do 26º e de 44.418.545,00 (Quatro e quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) relativos ao 28º, 29º e 31º Termos Aditivos:

Descrição	Data da assinatura	Objeto
Vigésimo Quarto Termo Aditivo	31/03/2021	Prorrogação de prazo do Contrato de Gestão para 31/05/2021.
Vigésimo Quinto Termo Aditivo	24/05/2021	Prorrogação de prazo do Contrato de Gestão para 30/09/2021.
Vigésimo Sexto Termo Aditivo	24/09/2021	Estabeleceu a reprogramação dos saldos financeiros do exercício de 2020 das ações continuadas demandas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MTCI e adicionou o montante de R\$ 8.912.858,00 (oito milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) a programação financeira para o ano.

Vigésimo Sétimo Termo Aditivo	14/12/2021	Reprogramou o saldo das ações continuadas do Ministério da Educação e acrescentou R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a programação financeira para 2021.
Vigésimo Oitavo Termo Aditivo	24/12/2021	Atualizou a programação de trabalho para 2021 e estabeleceu o cronograma de desembolso referente a ingressos de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
Vigésimo Nono Termo Aditivo	29/12/2021	Estabeleceu o repasse de recurso R\$ 2.330.391,00 do interveniente Ministério da Educação – MEC a fim de complementar o orçamento de 2021.
Trigésimo Termo Aditivo		Prorrogou o prazo do contrato de gestão para 30/04/2022.
Trigésimo Primeiro Termo Aditivo		Acrescentou a programação orçamentária de 2021 com o quantitativo de R\$ 10.088.154,00.

Assim, até a data-base de 31 de dezembro de 2021, foram realizados 31 (trinta e um) Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, com os valores a seguir relacionados:

Nº do Termo Aditivo	Período	Data de Assinatura	Valor
1º	2010	30/07/2010	10.290.000
2º	2011	20/07/2011	-
3º	2011	01/09/2011	29.850.000
4º	2011	29/12/2011	1.200.000
5º	2012	12/11/2012	29.450.000
6º	2012	27/12/2012	7.150.000
7º	2013	20/11/2013	39.950.000
8º	2014	11/11/2014	37.950.000
9º	2015	22/12/2015	8.000.000
10º	2016	30/06/2016	-
11º	2016	30/12/2016	11.595.310
12º	2017	30/06/2017	-
13º	2017	24/10/2017	15.218.016
14º	2018	28/06/2018	-
15º	2018	07/11/2018	15.526.896
16º	2018	21/12/2018	2.000.000
17º	2019	21/08/2019	12.576.896
18º	2019	13/12/2019	3.550.000
19º	2019	27/12/2019	15.550.000
20º	2019	27/12/2019	21.000.000
21º	2020	01/07/2020	12.700.000
22º	2020	24/12/2020	2.899.695
23º	2020	25/12/2020	1.500.000
24º	2021	31/03/2021	-
25º	2021	24/05/2021	-
26º	2021	24/09/2021	8.912.858
27º	2021	13/12/2021	3.000.000

28°	2021	24/12/2021	11.053.000
29°	2021	29/12/2021	2.330.391
30°	2021	29/11/2021	-
31°	2021	30/12/2021	10.088.154

Segue quadro demonstrativo dos recursos recebidos pelo Centro, provenientes do Contrato de Gestão no exercício de 2021:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS			
2021			TERMO ADITIVO
Fonte de Recurso	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	VALOR	DATA	
MCTI	1.500.000	04/01/2021	23°
	8.312.858	14/10/2021	26°
MEC	2.899.695	04/01/2021	22°
	3.000.000	31/12/2021	27°
TOTAL	15.712.553		

De acordo com a Resolução CFC 1.409/2012, que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, as receitas e despesas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos de gestão, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

Assim, todo recurso que possui obrigatoriedade do uso para evento específico, deve ser registrado com restrição em conformidade com a ITG 2002. O recebimento dos recursos deve ser reconhecido inicialmente em contas do ativo e passivo específicos e o reconhecimento da receita é simultâneo à realização da despesa. Com o objetivo de demonstrar todas as etapas das transferências

realizadas, as contas analíticas correspondentes à natureza da transferência devem ser informadas. O interessado pelas demonstrações contábeis deve observar que, simultaneamente à realização da despesa, é reconhecida a receita correspondente.

No caso de realização de despesas antes do envio dos recursos com restrição, a Entidade deve adotar a prática contábil imposta pela norma contábil aplicadas às Entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, a Entidade deve reconhecer as receitas e despesas pela competência, reconhecendo o contas a receber do recurso utilizado antecipadamente ao envio programado no convênio, parceria, auxílio, contrato de gestão, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica.

Em decorrência do atraso no repasse financeiro dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, que refletem o orçamento e o plano de ação anual, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o CGEE não aplicou, na sua totalidade, a Resolução CFC 1.409/2012 (ITG 2002).

Diante do exposto, recomendamos ao CGEE realizar os registros contábeis de convênio, parceria, auxílio, contrato de gestão, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, em conformidade com o que dispõe a Resolução CFC 1.409/2012 (ITG 2002). Cabe ressaltar que a assinatura dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão em dezembro de 2021, comprometeu os registros contábeis do CGEE no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Gastos com a Execução de Projetos do Contrato de Gestão

O CGEE, na execução dos objetivos vinculados ao contrato de gestão, incorreu, durante o exercício de 2021, nas despesas apresentadas a seguir, comparativamente ao exercício de 2020:

Natureza dos Gastos / Despesas	Em R\$ mil	
	2021	2020
Despesas Gerais e Administrativas	2.069	1.120
Despesas com Pessoal e Encargos	16.820	14.547
Serviços de Terceiros	6.920	7.422
Alugueis e Arrendamentos	1.979	1.774
Impostos e Taxas	100	182
Diárias	32	59
Passagens	1	145
Promoções e Eventos	81	35
Outras Despesas Operacionais	36	36
Depreciações e Amortizações	291	330
Despesas Financeiras	319	224
Total Geral	28.648	25.874

Durante a realização dos nossos trabalhos realizamos o exame, por amostragem, dos gastos incorridos pelo CGEE para a execução dos projetos vinculados ao Contrato de Gestão. A seguir apresentamos as ocorrências por nós identificadas:

- i) Identificamos o pagamento de despesas com a apresentação de nota fiscal modelo 3-A. Cabe ressaltar que a partir da data de exigência da NFe-ISSQN, não é permitida a emissão de Nota Fiscal (modelo 3). O contribuinte do ISSQN no Distrito Federal é obrigado a emitir, por ocasião da prestação do serviço, Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFe-ISS).

- ii) De acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, o CGEE poderá gastar até 60% dos recursos financeiros com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos. No exercício de 2021, as despesas com pessoal e encargos ultrapassaram o limite estabelecido, conforme demonstrativo a seguir relacionado:

	Em R\$ mil
	2021
Pessoal e Encargos	16.820
Recursos recebidos em 2021 ref. ao Contrato de Gestão	15.713
	107,05 %

Cabe ressaltar que o CGEE não recebeu financeiramente os recursos inicialmente previstos para o exercício de 2021.

4. Evolução do Ativo Imobilizado e Intangível

Durante o exercício de 2021, o ativo imobilizado e intangível do CGEE apresentou a seguinte evolução nos saldos das contas patrimoniais (em R\$ mil).

Imobilizado	Em R\$ mil		
	2020	Movimentação	2021
Equipamentos de Informática	2.257	97	2.354
Instalações	564	-	564
Máquinas e Equipamentos de Escritório	60	45	105
Móveis e Utensílios	654	-	654
Equipamento de Audiovisual	305	7	312
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	319	-	319
(-) Depreciações Acumuladas	-3.291	-277	-3.568
Subtotal Imobilizado	868		740
Intangível	2020	Movimentação	2021
Software	1.064	30	1.094
(-) Amortizações Acumuladas	-1.060	-16	(1.076)
Subtotal Intangível	4		18

Realizamos nossas análises e identificamos a necessidade de aprimoramento no processo de conciliação contábil dos valores do ativo imobilizado, tendo em vista que identificamos divergências imateriais nas nossas análises, conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTÁBIL	CONTROLE OPERACIONAL	DIFERENÇAS
Equipamentos de Informática	2.354.091,17	2.353.253,77	837,40
Total	2.354.091,17	2.353.253,77	837,40

DESCRIÇÃO	CONTÁBIL	CONTROLE OPERACIONAL	DIFERENÇAS
Sistemas Aplicativos - software	1.093.707,46	1.089.693,63	4.013,83
Total	1.093.707,46	1.089.693,63	4.013,83

5. Aderência à Portaria MCTI nº 1917, de 29 de abril de 2020.

Com base no que determina a Portaria MCTI nº 1917, de 29 de abril de 2020, recomendamos o aprimoramento dos controles internos, bem como o atendimento aos seguintes itens:

- a) Atentar para os limites estabelecidos no Contrato de Gestão referentes às despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens pagas aos diretores executivos, empregados e servidores públicos cedidos ao CGEE;
- b) Atentar para a devida constituição da Reserva Técnica do CGEE, obedecendo os limites estabelecidos, bem como os recursos necessários para assegurar condições de operação da Entidade, com custeio de suas atividades básicas, pagamentos de contratos ou direitos trabalhistas não previstos e para a realização de outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão;
- c) Atentar para os procedimentos de aquisição e movimentação de bens, de contratação de obras, de serviços e de compras, de forma a atender os regulamentos aprovados pelo Conselho de Administração, na forma da legislação vigente;
- d) Atender, integralmente, a Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) na elaboração das demonstrações contábeis.

6. Conclusão

O CGEE é responsável pelo ambiente de controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de relatórios gerenciais e suas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Com base nos nossos trabalhos realizados, na extensão julgada necessária, concluímos que as contas do Contrato de Gestão, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, representam a posição financeira em 31 de dezembro de 2021. Todavia, a Entidade adotou parcialmente a Resolução CFC 1.409/12 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes decorrentes da aplicação integral da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) sobre as demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

6. Parecer do Conselho Fiscal

**CONSELHO FISCAL****Sexagésima Sexta Reunião Ordinária**

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2022, por meio de sala virtual (ferramenta RNP), foi realizada a sexagésima sexta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, convocada para apreciar as contas do quarto trimestre e as demonstrações contábeis do exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A reunião do Conselho Fiscal foi aberta, com a palavra Sr. Luiz Arnaldo, Diretor de Administração e Finanças do CGEE, que iniciou com as boas-vindas a todos, seguiu trazendo informações sobre a realização da segregação das contas do CGEE, por origem dos recursos financeiros, conforme tratado em reunião anterior deste Conselho. Comentou também sobre problema ocorrido com a empresa de serviços Office, relacionados a emissão de Nota Fiscal, que teve seu contrato rescindido com o CGEE e consequente contratação de nova empresa. Atualizou o Conselho não ter havido informações adicionais a respeito da solicitação de informação enviada ao CGEE, em atendimento a LAI, via sistema de comunicação com cidadão do MCTI(Fala.Br), tratada na última reunião deste Conselho. Informou também, que houve novo pedido de informações sobre contratação realizada pelo CGEE, cuja resposta foi encaminhada, via e-mail de 04/02/2022, para o MCTI (manifestação Fala.BR 9287976). Por fim o Diretor apresentou valores relacionados aos Termos Aditivos assinados com o MCTI e com MEC, da ordem R\$ 76.000.000,00 e terminou respondendo aos questionamentos levantados pelos conselheiros.

De posse do Balancete e demonstrativos do quarto trimestre e do Balanço Anual do exercício financeiro de 2021, da documentação complementar, do parecer dos auditores independentes e das informações gerenciais prestadas pelo Centro, o Colegiado, apresenta as seguintes considerações:

- a) Reiteramos a preocupação quanto ao fato de não ter havido, até esta data, as assinaturas do Contrato de Gestão para o ciclo 21/30 e do termo aditivo orçamentário previsto para o corrente ano com o MEC;
- b) Recomenda-se ao CGEE que acompanhe junto ao Ministério o cumprimento do repasse financeiro do FNDCT, no valor de R\$ 20.947.000,00, conforme registrado no 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão;
- c) Mantém-se a recomendação que a Diretoria e o Conselho de Administração atuem junto aos entes financiadores do Contrato de Gestão, MCTI e MEC, no intuito de que seja definido um valor de reserva técnica que atenda ao seu objetivo, observando os parâmetros estabelecidos no Contrato de Gestão, e que esse valor,



Onde o futuro está presente

além de constar dos registros contábeis, seja depositado financeiramente em conta bancária específica;

- d) Diante da constatação em carta resposta do escritório de advocacia para empresa de auditoria independente, relatando sobre processo judicial (ação trabalhista) em curso, recomenda-se o provisionamento contábil para eventual sentença desfavorável ao CGEE;
- e) Conforme apoio registrado na última reunião e diante da criação das contas bancárias segregadas por fonte e destinação dos recursos, recomendamos que sejam efetuadas as correspondentes transferências financeiras;
- f) Recomenda-se que o CGEE busque manifestação de consultoria contábil independente sobre o apontamento identificado no relatório da auditoria sobre o cumprimento integral da Resolução CFC 1409/12 (ITG 2002).

Após concluir a análise do Balancete e Demonstrativos do quarto trimestre e do Balanço Anual do exercício financeiro de 2021, este Colegiado emitiu o seguinte Parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

Considerando a opinião dos Auditores Independentes em seu relatório de auditoria, bem como os esclarecimentos prestados pelo Diretor de Administração e Finanças e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com assinatura da presente Ata.

Brasília, 11 de fevereiro de 2022.

DocuSigned by:
Luiz Horta
E300F309900747F

Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa
Presidente

DocuSigned by:
Laudir Francisco Schmitz
D87C315F9E440F

Laudir Francisco Schmitz
Conselheiro

DocuSigned by:
Eduardo Pereira
71008F534E1F53

Eduardo Gomes Pereira
Conselheiro

DocuSigned by:
Izabella da Costa Leal
F78C0D439E1924

Izabella Da Costa Leal
Conselheira

7. Cumprimento das recomendações da CA

RECOMENDAÇÕES EMITIDAS DECORRENTES DA AVALIAÇÃO ANUAL (2019) DO DESEMPENHO DO CONTRATO DE GESTÃO

Ao MCTI e ao CGEE

RECOMENDAÇÃO:

"Tendo em vista a consolidação do processo de avaliação que vem sendo aprimorado nos últimos anos, quando da renovação do Contrato de Gestão, a Comissão recomenda:

1 - A inclusão do Quadro de Indicadores e Metas no modelo utilizado para todas as demais organizações no Contrato de Gestão, de modo a garantir a transparência das metas contratadas para cada um dos indicadores constantes do Contrato.

2 - A pactuação efetiva do Indicador VIII, com a previsão de peso 0,5 e meta 3, adicionando-se à descrição do indicador o seguinte texto: "Os critérios a serem avaliados pelos demandantes, por solicitação do Órgão Supervisor, são: (1) Contribuições do Trabalho; (2) Solidez do embasamento da pesquisa e adequação das condições em que foi realizado; (3) Estrutura, formatação, redação e organização do produto final; (4) Grau de atendimento aos objetivos e prazos pactuados; e (5) Apreciação Geral do Trabalho. Para cada um desses critérios será emitido um conceito, conforme métrica estabelecida, e registradas observações consideradas relevantes pelo demandante."

Manifestação da CAA na Avaliação Semestral 2021: Recomendação Mantida.

RESPOSTA DO CGEE:

Item 1 da Recomendação da CAA: O Quadro de Indicadores e Metas relativo ao pactuado no âmbito do Contrato de Gestão no ano de 2021 consta deste Relatório.

Item 2 da Recomendação da CAA: O procedimento de obtenção e aferição desse indicador foram discutidos entre o Órgão Supervisor, o CGEE e a CAA para a sua efetiva incorporação nas novas métricas de avaliação de desempenho constantes da proposta de novo ciclo do Contrato de Gestão.

Ao CGEE

RECOMENDAÇÃO:

"A Comissão recomenda a apresentação, em seu Relatório Anual, de todas as

informações relativas ao desempenho anual da Organização, contendo o Quadro de Indicadores e Metas com os resultados do ano, os dados primários e as memórias de cálculo, bem como a análise da organização quanto aos fatores que afetaram positiva ou negativamente o desempenho da Organização."

Manifestação da CAA na Avaliação Semestral 2021: Recomendação Mantida."

RESPOSTA DO CGEE:

As informações relativas ao Quadro de Indicadores e Metas com os resultados do ano bem como a análise da organização quanto aos fatores que afetaram positiva ou negativamente o desempenho da Organização são apresentados neste Relatório. Os dados primários e as memórias de cálculo relativos aos indicadores constantes do QIM serão apresentados para a CAA por ocasião da sua reunião de avaliação do desempenho do CGEE no Contrato de Gestão em 2022, a partir das aferições feitas no início deste ano.

RECOMENDAÇÕES EMITIDAS NA AVALIAÇÃO ANUAL 2020

A Recomendação da CAA constante do seu Relatório referente à avaliação anual do Contrato de Gestão em 2020 foi endereçada ao Órgão Supervisor (MCTI) e ao Interviente (MEC), não cabendo, portanto, manifestação por parte do CGEE.